

JORGE LUIZ CUNHA LIMA

**BANCO PALMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONJUNTO  
PALMEIRAS: UM ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
HUMANO SUSTENTÁVEL E O TRABALHO SOLIDÁRIO  
(1998-2002)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual do Ceará (UECE), Centros de Humanidades (CH) e de Estudos Sociais Aplicados (CESA), para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas sob orientação do Prof<sup>o</sup> Doutor Francisco Josênio Camelo Parente.

Universidade Estadual do Ceará  
Fortaleza – 2003

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES – CH**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE**

**BANCO PALMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONJUNTO  
PALMEIRAS: UM ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
HUMANO SUSTENTÁVEL E O TRABALHO SOLIDÁRIO  
(1998-2002)**

Jorge Luiz Cunha Lima

Novembro – 2003

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta e indireta de muitas pessoas. Assim, manifesto minha gratidão de forma particular aos discentes e docentes do curso de Ciências Sociais (UFC/UECE) e do Mestrado Acadêmico em Políticas públicas e Sociedade (UECE). De uma forma especial agradeço aos Professores Carlos Versiani (UFC), Josênio Parente (UECE), Horácio Frota (UECE), Neyára Araújo (UFC), Manfredo de Oliveira (UFC) e Ubiracy Braga (UECE).

Portanto, também agradeço aos meus pais (Francisco Luiz Lima e Maria Zenóbia Cunha Lima) pelo empenho e orientação, sem os quais não teria tido condições de realizar esse mestrado; à minha amada inseparável Maria Sueli Cisne pela compreensão, amor e incentivo; à minha irmã Ana Clébia Cunha Lima pelo feliz incentivo humano e profissional; e a Deus, principalmente, por dar-me uma sabedoria e uma força de vontade precisa para realizar meus estudos, em benefício da humanidade e ao crescimento pessoal.

“A liberdade depende da participação na vida política que é o meio através do qual os indivíduos se constroem como cidadãos”.

**Jean-Jacques Rousseau**

Aos meus pais, à Ana Clébia e à Sueli Cisne.

## RESUMO

Dentro dessa nova ordem mundial globalizada, as exigências do capital em Fortaleza só contribuem para o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e ao aumento da exclusão social. Inserida nesse contexto da precarização do trabalho, em face das transformações tecnológicas e da nova divisão internacional do trabalho, a economia solidária surge como uma alternativa aos trabalhadores para superarem os antagonismos entre capital/trabalho. Diante da escassez de perspectivas para se conseguir um emprego, no Conjunto Palmeiras, as pessoas desempregadas procuram novos meios de inserção no mercado de trabalho, buscando alternativas para o desemprego estrutural, seja através do ingresso no mercado informal de trabalho ou por meio da criação de pequenos negócios. Nesse momento, o Banco Palmas surge possibilitando a realização de projetos de desenvolvimento popular e solidário auto-sustentáveis que, antes de tudo, ainda encontram-se em construção. Nesse sentido, o desenvolvimento do trabalho solidário é também tarefa de toda a sociedade, particularmente da sociedade organizada nesta perspectiva de humanização das relações de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Trabalho Solidário, Banco de Crédito Popular, Socioeconomia Solidária, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano Sustentável.*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1 – A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA DA CIDADE DE FORTALEZA E O SURGIMENTO DO CONJUNTO PALMEIRAS</b>	21
1.1. A cidade de Fortaleza: crise urbana e desigualdade social .....	22
1.2. O Banco Palmas e o Conjunto Palmeiras: limitações da socioeconomia solidária .....	34
<b>CAPÍTULO 2 – A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONJUNTO PALMEIRAS E SUA RELAÇÃO COM A CRISE DO EMPREGO (1998 – 2002)</b> ..	46
2.1. O Banco Palmas e a crise do trabalho assalariado .....	58
<b>CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONJUNTO PALMEIRAS E SUA RELAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE DO TRABALHO SOLIDÁRIO (1998 – 2002)</b> .....	70
3.1. A sustentabilidade do trabalho solidário .....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>ANEXOS</b> .....	101
Anexo I .....	101
Anexo II .....	102



Anexo III .....	104
Anexo IV .....	105
Anexo V .....	106
Anexo VI .....	107
Anexo VII .....	108
Anexo VIII .....	111
Anexo IX .....	112
Anexo X .....	113
Anexo XI .....	114
Anexo XII .....	117
<b>REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS .....</b>	<b>121</b>
<b>REFERENCIAIS DOCUMENTAIS .....</b>	<b>131</b>
1. Via Internet .....	131
2. Revistas, jornais, informativos, relatórios e cadernos .....	132

## INTRODUÇÃO

O nosso desejo de investigar o tema, ora em pauta, vincula-se a uma questão que a nós se impõe pela curiosidade e interesse: “por que o trabalho solidário é considerado uma alternativa que vem sendo socialmente construída, através do Banco Palmas, como solução democrática à crise do trabalho assalariado diante da questão do desemprego, da exclusão social e do não exercício pleno da cidadania no Conjunto Palmeiras, desde 1998 a 2002?”

Ademais, a investigação sobre o fenômeno do trabalho solidário em Fortaleza é fundamental, porquanto é preciso compreender como se deu seu surgimento sociohistórico e econômico no Conjunto Palmeiras. De fato, os trabalhadores sempre buscam um sistema socioeconômico humanizado e sustentável que possibilite o enfrentamento dos conflitos na relação capital/trabalho, como o desemprego, a precarização do trabalho, o desmonte das conquistas trabalhistas que, indiscutivelmente, vem agravando o cenário de injustiça social e de negação da cidadania.

Com base em nossa pesquisa de campo e na literatura relacionada à temática dessa dissertação — *Banco Palmas e políticas públicas: um estudo sobre o desenvolvimento humano sustentável e o trabalho solidário* —, o nosso objeto de estudo é o Banco Palmas, porque por meio deste se dá o financiamento da experiência do trabalho solidário, visando à produção econômica solidária e a geração de renda ao seu desenvolvimento sustentável no Conjunto Palmeiras. Sem dúvida, através dessa nova economia social, esse Banco de Crédito Popular Solidário surge em Fortaleza (1998) como uma das conseqüências da flagrante impotência do Poder Público e do Setor Privado

cearenses em dar soluções à exclusão e desigualdades sociais.

Além do mais, as experiências de trabalho solidário no Conjunto Palmeiras alcançam níveis de inclusão social que as habilitam para um processo de crescimento endógeno. Assim sendo, o Banco Palmas, assumindo uma racionalidade econômica solidária e planejando seus investimentos, busca modificar o sentido do trabalho e a formação de rentabilidade local: beneficiando-se da geração de renda endógena ao possibilitar a prática de suas estratégias de desenvolvimento humano sustentável. Sem dúvida, o “Banco Palmas” e o “trabalho solidário” transformam-se em empreendimentos econômicos solidários. Assim, esse Banco de Crédito Popular Solidário é efeito de uma ação social comunitária (ASMOCONP), que busca desenvolver racionalmente o trabalho solidário como fim último.

Nesse sentido, o trabalho solidário deve ser entendido como uma forma de organização das atividades sociais desenvolvidas mediante a cooperação entre trabalhadores locais, onde as decisões relativas à organização são diretamente tomadas por quantos aí participarem, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade. Destarte, o Banco Palmas é também a realização estimuladora de novas relações sociais democráticas dentro de Fortaleza, pois é fruto de uma ação social comunitária que tenta exercitar a cidadania e desenvolver seu potencial microeconômico por direito. Além do mais, o desenvolvimento dessa experiência de um Banco de Crédito Popular Solidário é determinado tanto por condições sociopolíticas e econômicas exógenas vinculadas ao próprio agravamento da questão social nos processos de vulnerabilidade do trabalho —, quanto pelas relações sociais endógenas construídas na realidade do Conjunto Palmeiras.

Sendo assim, o nosso *objetivo geral* busca compreender e explicar causas e conseqüências do surgimento do trabalho solidário no Conjunto Palmeiras, considerando o Banco Palmas como seu principal financiador ao desenvolvimento humano sustentável. Destarte, nossos *objetivos específicos* preocupam-se em: 1) averiguar a possível existência sustentável dessas experiências de trabalho solidário, como forma de inserção social dos palmeirenses no mercado de trabalho; e 2) expor os fatos sociohistóricos e político-econômicos fortalezenses que viabilizaram o surgimento do trabalho solidário no Conjunto Palmeiras.

Ademais, esse estudo também nos permite formular a *hipótese* de que a socioeconomia solidária poderá ser estendida, gradativamente, para outros campos das atividades microeconômicas de Fortaleza, como forma de resistência contra o desemprego e a exclusão social. Ora, esse tipo de economia popular é outra forma de combate às relações de trabalho alienado na capital cearense. Na realidade, o que estamos assistindo não é exatamente o desaparecimento do trabalho, mas sua metamorfose (ANTUNES, 2002ab). Como o trabalho faz parte da vida — e não o contrário — a solução para o desemprego não seria o emprego em si mesmo, mas o trabalho em suas diversas formas. Ademais, o trabalho solidário seria uma dessas maneiras, pois possibilita o desenvolvimento de atividades autônomas pelos excluídos do mercado de trabalho assalariado. Portanto, compreendemos que buscar um emprego — ou salário — não poderia mais continuar sendo o único objetivo que dá sentido à vida dos palmeirenses.

A rigor, a *justificativa* desse estudo sociológico deleita-se sobre o nosso interesse em dar algumas contribuições à implementação de políticas públicas solidárias ao desenvolvimento humano sustentável. Para tanto, consideramos dois fatores justificadores de nosso interesse pela socioeconomia solidária no Conjunto Palmeiras:

- 1) a existência de um Banco de Crédito Popular e de grupos de moradores locais interessados na organização do trabalho solidário;
- 2) a realização de políticas de crédito solidário, direcionadas à criação de fundos de financiamento endógeno para empreendimentos populares solidários.

Além do mais, em resposta ao problema da exclusão social, compreendemos que os palmeirenses desejosos por consumir os produtos ofertados no mercado e não possuindo renda familiar, crédito e trabalho no comércio local ainda necessários ao acesso do consumo imediato de produtos industrializados —, encontraram uma proposta de inclusão social na socioeconomia solidária. De certa forma, se o trabalho é a fonte da renda e do crédito no mercado; e se a maioria é excluída de seu labor, como as famílias palmeirenses adquirirão o pecúlio fundamental para manterem-se vivos e reproduzir sua base material familiar na sociedade? E nesse momento em que a socioeconomia solidária possibilita a inserção social dos palmeirenses ao organizar e desenvolver o trabalho autônomo local e o direito ao crédito capazes de construir não só o acesso ao consumo, e

sim a cidadania, onde os moradores criam a sua própria renda, facilitando o acesso aos bens e serviços de qualidade e de baixo custo à realização das necessidades individuais e coletivas. A realização dos trabalhadores em seu meio social é o fim último da socioeconomia solidária.

Assim sendo, entendemos o surgimento da socioeconomia solidária em Fortaleza (1998) como uma das alternativas de luta contra a “exclusão social” e a “informalização das relações de trabalho”. Esse tipo de economia da população excluída do mercado de trabalho ocorre dentro sociedade civil, e ainda se encontra em construção. Sem dúvida, hoje a imagem de impotência dos pobres é revista. As alternativas econômicas exigem que consideremos a existência de um saber popular em matéria econômica que não pode ser visto como pura alienação (CORAGGIO, 1996), que reaproximemos a teoria econômica da vida das pessoas, que religuemos a economia com a cultura. O desafio contemporâneo fortalezense é superar a sociedade salarial através da reinvenção do trabalho. Todavia, como, quando e por que toda essa experiência da socioeconomia solidária começou a atuar nesse cenário de vulnerabilidade das relações de trabalho?

Na década de 1990, o crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho, na própria organização econômica no Ceará, no Brasil e no mundo continuavam promovendo um forte processo de expansão de novas formas de relação de trabalho. Um grande número de experiências coletivas de atividades e de produção continuava disseminando-se em todo o país. São diversas formas de cooperativas, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários, organizações populares no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada socioeconomia solidária. Ao mesmo tempo crescem iniciativas de organização dos trabalhadores, a fim de ampliar e melhorar o acesso aos recursos e as políticas públicas. Sendo assim, a socioeconomia solidária aparece como uma alternativa de luta contra a crise nas relações de trabalho assalariado.

Nesse contexto, o Brasil sente os efeitos da globalização da economia — reformas político-administrativas, flexibilização da economia, desemprego estrutural etc. —, possibilitando a manifestação concreta de “movimentos sociais” e “políticas públicas” em favor da humanização da relação capital/trabalho. O desafio contemporâneo brasileiro e

superar a sociedade salarial através da reinvenção do trabalho (ANTUNES, 2002a). Assim, surge a socioeconomia solidária como resultado desses movimentos sociais que reagiram à crise do desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER e SOUZA, 2000). Em verdade, a socioeconomia solidária no Brasil combate direta e indiretamente o aumento do desemprego estrutural e da informalização das relações de trabalho, incentivando algumas comunidades a buscar formas de organização solidária — associações de moradores, bancos de crédito popular etc. —, a fim de que os indivíduos excluídos e marginalizados encontrem saídas para os seus dramas socioeconômicos.

Assim, face ao momento de “vulnerabilização do trabalho”, essas formas de organização solidária adotaram a “socioeconomia solidária” como meio de superar significativamente a marginalidade daqueles-que-vivem-do-trabalho frente ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que possibilitam o desenvolvimento microeconômico solidário local. Sem dúvida, a sustentabilidade de políticas públicas para o desenvolvimento humano é o centro dos debates sociais. Por quê?

A temática do desenvolvimento humano sustentável é um campo em construção no Brasil, que ganha centralidade para a construção de projetos locais que incorporem aqueles-que-vivem-do-trabalho no mercado de trabalho formal, a fim de combater a desigualdade e a exclusão socioeconômicas, para que se estruture e integre as políticas públicas de forma centralizada e, assim, poder viabilizar o exercício da cidadania, fortalecendo os mecanismos democráticos de participação popular como modelo ao desenvolvimento da qualidade de cidadão.

Doravante, as ações de articulação, reflexão e informação — que constituem o móvel do desenvolvimento sustentável — têm como centro as questões relativas as inovações no padrão estratégico das políticas públicas, associadas às potencialidades locais e à perspectiva de sustentabilidade. Apoiadas na construção de redes de socioeconomia solidária que coordenem e priorizem ações estratégicas de desenvolvimento local.

Ora, aqui podemos considerar que a noção de sustentabilidade corresponde à definição mais abrangente das temáticas derivadas da consciência crítica aos modelos de desenvolvimento nascidos na modernidade. O objetivo é fortalecer as dimensões

econômicas de reestruturação das cadeias produtivas, na busca de vantagens à construção do trabalho solidário, que levem em conta as dimensões endógenas e sua articulação com as externalidades locais, as redes solidárias e fluxos regionais e nacionais.

A construção de mecanismos abertos de formulação e monitoramento de políticas de desenvolvimento local guarda estreita relação com a criação de formas institucionalizadas de participação da sociedade civil. Aferir sobre a constituição desses espaços públicos, associados a um enfoque de integração e sustentabilidade, mostra-se essencial na perspectiva aqui assumida. Além do mais, consideramos a mudança no padrão do planejamento público como um sinal básico da transformação subjetiva dos atores e da forma institucional de regular as ações estratégicas de socioeconomia solidária. Isso significa que há limitações ao exercício do trabalho solidário. São limitações subjetivas que estão relacionadas à experiência cultural daqueles-que-vivem-do-trabalho e para questões relacionadas à viabilização econômica dos empreendimentos solidários, pois alguns se formam por motivações imediatistas como, por exemplo, a possibilidade de trabalho e o acesso ao crédito em curto prazo. Sem uma dimensão estratégica e ressentindo-se de processos formativos, muitos grupos não mantêm um projeto coletivo e solidário de longo prazo.

Acrescenta-se ainda que a maioria dos trabalhadores continua presa ideologicamente à cultura da subordinação, possuindo precários conhecimentos de gestão e pouca qualificação no mercado de trabalho. Ora, essa precariedade dos trabalhadores refere-se à impossibilidade de dirigir os próprios negócios, pois, culturalmente, encontram-se atados às relações alienadas do trabalho assalariado, reproduzindo continuamente a relação de dominação legal centrada na obediência e na execução das ordens (WEBER, 2001b). Assim sendo, os trabalhadores não conseguem desenvolver uma participação democrática nos negócios locais, porque estão acostumados a receber ordens, em vez de perpetuarem a participação solidária de todos nos interesses da organização local.

Conseqüentemente, essa cultura da subordinação inviabiliza um interesse coletivo no desenvolvimento humano sustentável das relações de trabalho solidário ao possibilitar a centralização do poder. Assim, entendemos que o sucesso dos empreendimentos solidários depende de um processo lento de mudança cultural e de comportamentos, combinado continuamente com a capacitação e formação técnico-

científica dos trabalhadores. Sem demora, as barreiras legais, tributárias, comerciais devem ser também superadas através de políticas públicas de redes solidárias de apoio ao crédito, a fim de proporcionar um melhor desenvolvimento sustentável do trabalho solidário local.

Sem dúvida, a valorização dessas redes de socioeconomia solidária à construção de uma nova esfera pública está no desenho e na implementação de um desenvolvimento local sustentável. Os atores sociais locais são diferenciados e articulam iniciativas de socioeconomia solidária, operando de forma planejada sobre temas e questões sociais escolhidas, monitorando, avaliando e redefinindo suas ações, num esforço onde atuam a diversidade e o conflito, junto com o consenso mínimo que alimenta a continuidade das interlocuções. Ao definirmos o espaço local como um marco estratégico na orientação de processos de desenvolvimento, precisamos buscar referências que indiquem os passos dados na direção da efetividade das políticas públicas dali implementadas, sempre à luz do enfoque inovador orientado pela perspectiva da sustentabilidade e da inclusão social.

Para tanto, devemos entender que o desenvolvimento socioeconômico solidário local relaciona-se com a construção de uma base socioprodutiva sustentável e ampliada, baseada na potencialidade dos empreendimentos e dos trabalhadores locais, como resposta contrária aos condicionamentos de mercado capitalista e a favor de uma urgência na superação de contextos de desigualdade e exclusão sociais. Aqui vale o apoio e o fomento a projetos capazes de dinamizar as cadeias produtivas populares solidárias. Destaque para as formas associativas e cooperativas; construção de modos de gestão e arranjos institucionais inovadores; uso ativo dos agentes de desenvolvimento sustentável; e construção de bancos de crédito popular solidário. Tudo isso consoante as formas de diagnóstico e planejamento locais, bem como em relação à presença de liderança dos poderes públicos (estadual e municipal) em valorização da construção de alianças e parcerias de amparo e estímulo.

Além do mais, não podemos esquecer que o conceito de políticas públicas relaciona-se à liderança dos agentes sociais solidários (Banco de Crédito Popular Solidário e Associação de Moradores) e do Poder Público (estadual e municipal), enquanto sujeitos do desenvolvimento local. Sem dúvida, a construção, integração e ampliação de sistemas de políticas públicas populares solidárias definiriam em seu conjunto uma situação de



desenvolvimento sustentável. O destaque para as políticas públicas de trabalho e renda, de saneamento, de urbanização em áreas periféricas e faveladas, de solidariedade contra a fome e a miséria. Ações e sistemas cuja articulação e integração resultam numa forte incidência no protagonismo dos poderes governamentais e agentes sociais sobre os diferentes espaços socioeconômicos locais.

Aqui, a metodologia de políticas públicas parte da busca de referências prioritárias de ação pública baseada na noção de sustentabilidade. A sua base é a criação de sistemas de metodologias de implementação de políticas de interesse público ao lado de um plano de ação com destaque para os sistemas de gerenciamento transparente que levem o futuro em consideração. A visão compartilhada do futuro da comunidade deve estar orientada por um conjunto de princípios tais como: preocupação com o futuro, responsabilidades, equidade e justiça, transparência, parcerias e participação.

Nesse cenário, as responsabilidades sociais no seu conjunto exigem um modo de gestão de participação popular solidária: democrática, transparente e autônoma que focalize estratégias voltadas à qualidade de vida daqueles-que-vivem-do-trabalho. O enfoque humano do desenvolvimento sustentável leva em conta a crise dos paradigmas e as possibilidades abertas pelas novas tecnologias de produção, para fortalecer as esferas de participação popular, repensando os princípios e formatos que ordenam as políticas públicas. Dando centralidade para soluções que valorizam novos conceitos de participação democrática baseados no uso intensivo de ações socioeconômicas solidárias sustentáveis.

Já o conceito de socioeconomia solidária busca abranger as novas formas de geração de trabalho e renda fora da lógica do capitalismo, com forte ênfase nas questões ligadas ao enfoque da economia de comunhão/social/popular. Assim, há valorização das redes de cooperação solidária entre trabalhadores desempregados, a fim de que existam práticas de negociação e planejamentos de estratégias político-econômicas locais de desenvolvimento sustentável. Destarte, também se busca situar o contexto de precarização, desconstrução de direitos e reestruturação das relações de trabalho como aspecto chave para recolocar a centralidade do trabalho; e a construção de plataformas e demandas por direitos econômicos e sociais, como forma de reorientar a construção das políticas públicas, a partir de uma perspectiva de sustentabilidade social.

A rigor, sobre economia popular podemos apenas estar nos referindo à chamada economia de sobrevivência, marginal à economia de mercado. Nesse caso, preferimos entender popular no sentido substantivo de uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades sempre novas dos seres humanos, na perspectiva do bem viver de todos e para todos. A serviço, portanto, do homem invertendo a lógica fetichista da economia capitalista. E, por fim, ao dizermos solidária damos um caráter prático que recupera a igualdade como condição do exercício da liberdade, para que a realização da solidariedade implique na criação de condições socioeconômicas de igualdade no exercício da liberdade cidadã.

Neste sentido, a liberdade não se dá pela livre iniciativa individual, mas na liberdade de iniciativa solidária, como exercício público de objetivos, que deve levar em conta interesses individuais, não privatistas, possíveis de se tornarem coletivos. E o exercício de redução da esfera privada pela construção de espaços públicos capazes de subsumi-la na perspectiva coletiva. Portanto, a economia popular solidária subverte o conceito funcionalista de economia e recoloca a economia no seio do mundo da vida, do mundo das relações humanas, desfazendo-a como sistema colonizador e sufocador de potencialidades. Dentro dessa lógica, o mercado deixa de ser o agente obscuro que determina as relações sociais. Recupera-se a idéia de troca (valor de uso) como a essência das relações econômicas — em contraposição à idéia de mercado. A socioeconomia solidária, por seu turno, nega o mercado como mão invisível, e afirma relações de troca com função social. E isso deve ser compreendido de forma objetiva e prudente.

Para tanto, a *metodologia* dessa dissertação de mestrado orientou essa pesquisa sobre o "Banco Palmas" e o "trabalho solidário sustentável", colhendo "dados qualitativos e quantitativos" (1998-2002) para explicar as causas e as conseqüências do desenvolvimento humano sustentável no Conjunto Palmeiras, mapeando os fatos afins dentro de uma explicação que busca revelar como se deu a implantação do trabalho solidário nesse sub-bairro do Jangurussu. Isso significa que o nosso esforço investigativo está voltado para uma análise crítica, compreensiva e histórica desse fenômeno socioeconômico em Fortaleza.

Com certeza, as avaliações aqui realizadas consideram a função sociohistórica e a ação político-econômica dos seguintes agentes sociais: o Banco Palmas, a Secretaria

Executiva Regional VI, o Poder Público (municipal e estadual) e a Agência de Desenvolvimento Solidário (CUT). Tudo isso com a finalidade de investigarmos o nível de complexidade das políticas públicas favoráveis à organização da socioeconômica solidária no Conjunto Palmeiras.

Nossa pesquisa orientou-se por intermédio de categorias teóricas weberianas (ação social, relações de dominação legal) e de Karl Marx (trabalho alienado, valor de uso, valor de troca) ao discutirmos a possibilidade do trabalho solidário sustentável no Conjunto Palmeiras. Por fim, também utilizamos outras categorias relacionadas ao pensamento teórico de Paul Singer e de Inácio Gaiger — socioeconomia solidária, desenvolvimento sustentável e trabalho solidário. Tudo isso com o intuito de compreender e explicar adequadamente os fatos relacionados ao trabalho solidário como algo em construção em Fortaleza.

Para a realização da investigação encarnada nessa dissertação de mestrado, desenvolvemos um percurso metodológico em termos da pesquisa bibliográfica e trabalho de campo. Assim, a pesquisa bibliográfica possibilitou-nos uma discussão teórica através de obras, documentos e artigos científicos publicados sobre a socioeconomia solidária. Mesmo que restrita, devido à atualidade da existência desse fenômeno socioeconômico solidário no Brasil. Ainda não existe uma Teoria da Economia Solidária e, sim, estudos analíticos e sociohistóricos sobre categorias relacionadas a esse tipo de fenômeno. Portanto, a pesquisa de campo foi realizada ao valer-se de entrevistas, depoimentos e históricos de vida, onde as experiências de socioeconomia solidária no Conjunto Palmeiras encontram-se em construção, possibilitando-nos uma análise direta do fenômeno *in loco*.

Por seu turno, a pesquisa via internet evidenciou-se como outra fonte de pesquisa empírica, na busca de dados atuais — conceitos, documentos, históricos, imagens etc. — e de explicações críticas (contrárias e favoráveis) em relação a sustentabilidade do trabalho solidário em Fortaleza. Além do mais, essa pesquisa nos possibilitou um acúmulo de informações sobre outras causas socioeconômicas e políticas que delinearão o surgimento da socioeconomia solidária, através de e-mails, telefonemas e acessos aos sites eletrônicos dos agentes sociais, políticos e econômicos (públicos e privados) em parceria com a socioeconomia solidária cearense.

Portanto, essa dissertação está dividida em três capítulos fundamentais que abrem uma discussão sobre a importância do Banco Palmas para o desenvolvimento humano sustentável do trabalho solidário, enquanto alternativas de luta ainda em construção contra a crise do trabalho assalariado em Fortaleza.

O primeiro capítulo explica como se deu o surgimento da socioeconomia solidária em Fortaleza, mencionando sucintamente alguns fatos sociohistóricos e político-econômicos relacionados: 1) à inexistência de um *plano diretor* para a capital cearense, que organizasse democraticamente as infra-estruturas do meio urbano ao atendimento de sua população excluída; 2) à formação de uma modernização das estruturas macroeconômicas dessa cidade, que contribuiu também para a *reprodução das desigualdades no meio urbano e à concentração de renda*, onde a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida, a maximização do desemprego e a precarização das relações de trabalho deslocaram comunidades inteiras às periferias fortalezenses; e, por fim, 3) à *falta de focalização de políticas públicas comprometidas com a realização de atividades com função social* nos empreendimentos financeiros e construções urbanas que, sem dúvida, ainda incentivam a precarização político-administrativa (municipal/estadual), bem como ainda possibilitam o surgimento de *mecanismos corruptos na gestão dos recursos públicos*. Nesse cenário citadino, insere-se a discussão sobre o Conjunto Palmeiras, enquanto também resultado da crise urbana e da desigualdade social de Fortaleza.

Além do mais, o mesmo capítulo também se preocupa em revelar as limitações subjetivas que estão relacionadas à experiência cultural dos palmeirenses e para as questões relacionadas à viabilização econômica dos empreendimentos solidários. E consideramos a atual ausência de uma teoria da socioeconomia solidária como uma das causas de utopia e alienação políticas in loco. Aqui, o nosso intuito é configurar uma compreensão relacional sobre a sustentabilidade do trabalho solidário, que é fundamental para um entendimento das questões que serão abordados nos capítulos posteriores.

O segundo capítulo discute sucintamente a modernização econômica e a despolitização de políticas públicas governamentais em Fortaleza e, concomitantemente, avalia-se as condições favoráveis ao aprofundamento da descentralização administrativa, para a precarização do trabalho assalariado e ao surgimento de políticas populares solidárias, no período de 1998-2002. Sendo assim, objetivamos enfatizar críticas ao 1)

corte substancial do gasto público para liberar recursos ao emprego de capital, em empresas privadas, com fim especulativo ou em empréstimos a juros; 2) à desregulamentação do mercado de trabalho assalariado e da comercialização da força laboral; e, por fim, 3) à redução do efeito redistributivo das políticas sociais, que supõe a flexibilização ou retração da sua garantia, como as principais causas político-econômicas da crise do trabalho formal em Fortaleza — empregadas pelos projetos governamentais de reformas político-administrativas e econômicas de *Tasso Jereissati* e de *Juraci Magalhães*, sendo o grande referencial as políticas reformistas do Estado sugeridas por FHC e que, por efeito, possibilitaram o desenvolvimento do trabalho solidário, por intermédio da socioeconomia solidária praticada pelo Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, desde 1998.

Enfim, o terceiro capítulo evidencia como ocorreu o desenvolvimento sustentável do trabalho solidário, como forma de isenção social daqueles-que-vivem-do-trabalho no Conjunto Palmeiras. A rigor, esclarecemos que o exercício da cidadania é o principal objetivo desse novo tipo de trabalho, mas que se encontra limitado por fatores subjetivos dos palmeirenses e político-econômicos exógenos. Além do mais, dois fatos sociais se tornam intrigantes nas relações de trabalho em Fortaleza, diante da impossibilidade do Poder Público cearense em atender as demandas sociais crescentes. São fatos que incentivam a maquinação do trabalho solidário por intermédio de populares associados em resposta as dicotomias das relações de trabalho/capital. O primeiro refere-se à privatização dos serviços públicos e sociais que, por seu turno, não trouxe nenhum benefício ou vantagem para a sociedade diante da desigualdade social. O segundo enfatiza a questão da exclusão social diante do aumento do desemprego formal e da flexibilização do trabalho. O objetivo é explicar que o papel social do trabalho solidário é o de ser uma alternativa de inserção social dos palmeirenses no mercado de trabalho formal.

## CAPÍTULO 1

### A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA DA CIDADE DE FORTALEZA E O SURGIMENTO DO CONJUNTO PALMEIRAS

O presente capítulo possui como preocupação expor alguns resultados deste estudo sociológico sobre as reais causas de características sociohistóricas e político-econômicas do surgimento de uma socioeconomia solidária<sup>1</sup> em Fortaleza. A fim de sistematizar melhor as informações, o capítulo foi dividido em dois subtítulos.

No primeiro, mostraremos o surgimento de uma socioeconomia solidária em Fortaleza relacionada por efeito, desde 1960, 1) à inexistência de *um plano diretor* para a cidade, que organizasse democraticamente as infra-estruturas do meio urbano ao atendimento de sua população excluída; 2) à modernização das estruturas macroeconômicas da cidade com pouca função social, que contribuiu para a *reprodução das desigualdades no meio urbano* e à *concentração de renda*, onde a especulação

---

<sup>1</sup> “A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar, investir e segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias”. Essa afirmação de Paul Singer na página 181 de sua *Utopia militante*, já citada, distingue-se das noções de economia solidária nos termos de uma convergência de ações sociais do terceiro setor, de um mero processo de organização de empresas sociais e cooperativas, bem como de formas públicas de ocupação sociocomunitária em redes horizontais que atendem setores de baixa renda das favelas, bairros, cidades e periferias marcadas pela pobreza. Outro enfoque é o das teorias da reciprocidade que combinam lógicas de mercado com formas não monetárias de organização social, definindo um terreno político de unificação de formas de produção e reprodução social, como podemos depreender da leitura de textos como os organizadores sob a direção de LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidarie. Une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

imobiliária, o aumento do custo de vida, a maximização do desemprego e a precarização das relações de trabalho deslocaram comunidades inteiras às periferias desta cidade; e, por fim, 3) à *falta de focalização de políticas públicas* comprometidas com a realização de *atividades com função social* nos empreendimentos financeiros e construções urbanas que, sem dúvida, ainda incentivam à *precarização político-administrativa municipal e estadual*, bem como possibilitaram o surgimento de *mecanismos corruptos na gestão dos recursos públicos*. Nesse cenário citadino, insere-se a discussão sobre o Conjunto Palmeiras, enquanto resultado de uma crise urbana e da desigualdade social de Fortaleza.

Em seguida revelaremos as limitações subjetivas que estão relacionadas à experiência cultural dos palmeirenses e para as questões relacionadas à viabilização econômica dos empreendimentos solidários. E ainda consideraremos a atual ausência de uma teoria da socioeconomia solidária como causa de utopia e alienação políticas *in loco*. Entre outros, são fatos sociais importantes para a compreensão sociológica. A rigor, na parte final deste capítulo ainda revelaremos fatos históricos do Conjunto Palmeiras da década de 1970 e 1980, a fim de possibilitar um melhor esclarecimento sobre o contexto da década, onde de fato o fenômeno socioeconômico solidário surgiu.

### **1.1. A cidade de Fortaleza: crise urbana e desigualdade social:**

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), a cidade de Fortaleza vinha sofrendo mudanças em sua organização político-urbana. A partir da década de 1960, a cidade foi perdendo gradativamente seus referenciais históricos com a modernização de seus espaços socioeconômico e urbano. Segundo o Professor Gisafran Jucá (2003), as antigas estruturas arquitetônicas de Fortaleza (1945-1960) foram cedendo espaço aos modernos prédios, assim, rompendo com a manutenção contínua de sua memória local.

*A antiga estrutura foi quebrada e, em decorrência, ocorreu por falta de planejamento diminuição do número de praças, face ao aumento das construções (JUCÁ, 2003:39).*

Na década de 1960, a cidade busca moderniza-se, a fim de que seja viável a sua inserção no cenário econômico nacional. Assim o capitalismo moderno se impõe à nova Fortaleza como referencial de progresso e desenvolvimento. Doravante, o capital planeja o espaço urbano da capital cearense, determinando transformações e ajustes na organização das estruturas econômicas locais. O planejamento urbanístico de Fortaleza substitui sua

função social de atender a voz de sua população, por determinantes econômicos que almejam transformar as relações socioespaciais de forma associada aos interesses do capital moderno. Por isso, a substituição de algumas praças antigas, lugar da narrativa polissêmica cidadina, por construções (hotelaria, bancos, companhias, etc.) que atendem às exigências da modernidade econômica.

A destruição das *representações sociohistóricas* desses espaços da narrativa polissêmica de Fortaleza cria uma experiência social da modernidade comprometida com a formação de lugares sociais efêmeros, híbridos e flexíveis. Sem dúvida, essas representações articulam experiências sociais a um ambiente revitalizador da memória local, dando-lhe um contexto e significações particulares. Por isso, torna-se importante modernizar a cidade de Fortaleza sem destruir sua memória, comprometendo a identificação de sua população com seu passado social-histórico-cultural.

Nesse contexto, fins dos anos 1960, ao iniciar-se uma transformação da natureza urbana da cidade, por intermédio da supressão de sua dimensão histórica, imprime-se gradativamente um novo sentido: o de coisa global e exótica. Assim, Fortaleza começa a desenvolver sua vocação para a capitalidade e para o cosmopolitismo. Sem demora, assistimos a radicalização das relações antagônicas entre capital/trabalho na cidade. Aqui, a *reforma social da modernidade* desenvolveu condições ao exercício do progresso social articulado ao capital moderno, criando um *meio social* onde as questões urbanas e sociais se articulam sob determinantes econômicos.

Em Fortaleza (pós-60), a questão urbana não levou a um questionamento social, mas a questões técnicas de reordenamento do espaço urbano. Ou seja, a questão urbanística se resume à modernização da cidade ao atendimento de suas necessidades de industrialização, sem enfatizar os problemas que afligem o meio de vida dos trabalhadores da periferia. A capital cearense torna-se positivista, acrítica e despolidizada de políticas sociais de combate à desigualdade socioeconômica e à especulação imobiliária. Nesse sentido, Pechman (2000) alerta sobre os perigos da *racionalização do meio urbano* (ANEXO I), bem como de seu esvaziamento político:

*Enquanto que a cidade, esvazia-se da política, é tomada de assalto e convertida em laboratório de experimentação das novas formas de modelação do espaço que visam racionalizar e domesticar as conflitantes relações entre os grupos sociais no sentido de mitigar*



*a ansiedade social diante do fantasma da desordem urbana e da convulsão política* (PECHMAN, 2000:403).

Assim, a cidade de Fortaleza foi sendo metaforizada, enquanto laboratório de experimentação dos administradores técnicos governamentais. Nesse contexto, um padrão de crescimento da cidade foi sendo desenvolvido com uma modernização incompleta e excludente, revelando a ausência de planejamento urbano com função social que, por efeito, intensificou o crescimento de periferias, principalmente metropolitanas, e a consolidação de um mercado imobiliário restritivo e especulativo. Sendo assim, a cidade teve como paradigma a segregação e a diferenciação hierárquica dos espaços. Segundo Letícia Osório (2002), é a partir da própria qualidade da governança<sup>2</sup> que a sustentabilidade da cidade torna-se possível ao romper com a lógica do mercado, preservando o espaço.

*Somente um processo de governança urbana transparente e responsável poderá assegurar o desenvolvimento sustentável das cidades com justiça social e preservação ambiental. Sem estes componentes a sustentabilidade significará a preservação do status quo* (OSÓRIO, 2002:47).

De forma notória, o Poder Público de Fortaleza ainda não possui total transparência no processo de suas ações técnico-administrativas, pois há preservação do *status quo* (OLIVEIRA, 1981). Isso viabiliza a perpetuação de *políticas clientelitas* e *paternalistas* através de mecanismos político-administrativos corruptos, dificultando a focalização de políticas públicas sociais para os fortalezenses excluídos e favorecendo o fortalecimento da concentração de renda pelas elites locais (**ANEXO II**) Além do mais, o processo de licitação dos serviços públicos é realizado de certa forma combinada e associada aos interesses da livre iniciativa empresarial local, contrariando a ética e a responsabilidade administrativas da capital cearense. Mais uma vez, Letícia Osório (2002) alerta para os grandes desafios que a cidade tem pela frente para romper com a subjugação e a instrumentalização da Esfera Pública em relação aos interesses da Esfera Privada, a fim de que seja possível algum processo de mudanças sociais fora da lógica do mercado.

*O desafio é romper com o controle político das elites locais exercido através de mecanismos corruptos e clientelitas. É colocar as instituições em funcionamento para impulsionar um processo de mudanças sociais como resposta à crise de governabilidade que o*

---

<sup>2</sup> Referente à capacidade de governo do Município.

*predomínio da lógica de mercado impôs aos governos e à sociedade. (...) Na outra face da mesma moeda está o desafio de redirecionar os investimentos públicos para o atendimento das necessidades básicas da população, rompendo-se com a lógica que sempre priorizou o benefício do capital imobiliário, das grandes empreiteiras e construtoras, dos bancos e das companhias de crédito, justificada na eficiência econômica (Ibidem, 2002:48 e 50).*

A rigor, desenvolver processos de politização da vida urbana é uma questão crucial às políticas públicas sociais e urbanísticas em Fortaleza, pois viabiliza o exercício da atribuição de função social à administração pública e, também, o acesso da participação popular na gestão municipal. Contudo, a capital cearense gradativamente vai submergindo nas águas turvas da globalização, onde a gestão pública deve adequar-se às transformações na forma de administrar o espaço urbano.

Uma dessas transformações foi a descentralização da economia de Fortaleza. Sem dúvida, até os anos 1960, suas primeiras atividades comerciais estavam organizadas no centro da cidade. Na década seguinte (1970), devido à precarização da infra-estrutura do centro comercial e também ao crescimento geográfico e econômico de Fortaleza, ocorreu um processo de deslocamento gradativo de algumas dessas atividades econômicas para outras regiões municipais (Damas, Aldeota, São Gerardo, Edson Queiroz, Messejana, Parangaba, João XXIII, Autran Nunes, etc.). Na década de 1990, este processo de realocação das atividades comerciais locais ainda continuava, mas o fenômeno da descentralização já estava consolidado.

Sem demora, ainda na década de 1970, ocorreu também a transferência das Secretarias Estaduais para o Centro Administrativo do Estado do Ceará, no bairro do Cambé — a 14km do centro comercial, na Zona Sudeste da cidade de Fortaleza. Ao contrário da descentralização da economia da capital cearense, o poder político-administrativo do Estado do Ceará centralizava-se (1970). Ou seja, a economia Fortalezense tornou-se descentralizada e realizada em espaços heterogêneos, sendo centralmente administrada por uma política aparentemente homogênea de interesse público. Desse modo, principalmente na década de 1990, a cidade passava por mudanças infra-estruturais e administrativas significativas, a fim de se adequar às novas exigências do crescimento populacional e do desenvolvimento das relações comerciais com o Brasil e o mundo. Na óptica de Milton Santos (1982), esse fenômeno de diferentes transformações

socioespaciais e econômicas ocorreu devido às seguintes considerações:

*As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional. A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades externas, aquelas do modo de produção 'puro', quando pelas necessidades internas, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 1982:14).*

Ainda na década de 1990, o desenvolvimento das relações socioeconômicas e Fortaleza, dentro da dinâmica dialética espaço-tempo, ocorreu concomitantemente com o avanço inovador e recriador das estruturas da totalidade social. Contudo, isso não significou somente a reprodução ampliada das relações de poder econômico, mas também da ideologia ou visões-de-mundo da totalidade. A totalidade social globalizante foi compreendida como um referencial socioeconômico, político e cultural adequado às circunstâncias nacionais e locais. Por efeito, foram criadas as necessidades de “modernização”, de “mudança” e de “transformação” particularizadas pelo espaço, a fim de *determinar a ação social dos indivíduos com relação a valores de mercado*, favorecendo à redefinição das estruturas sociais conforme os ditames da esfera econômica. Na perspectiva de Milton Santos (1982), os efeitos dessa realidade globalizante do espaço como agente condicionador acontecem da seguinte forma:

*O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos (Ibidem, 1982:18).*

Sem dúvida, sobre essa matéria trabalhada, a estrutura socioeconômica de Fortaleza continua sofrendo constantes processos de transformações socioespaciais, devido

às políticas públicas governamentais e à migração sertaneja que, por sua vez, e agravada pela ausência de políticas públicas eficazes de incentivo: à “reforma urbana”, à “reforma agrária” e à “ampliação de fluxo de capitais de investimento” para dinamizar a criação de novos postos de trabalho na economia local em médio prazo.

Nesse contexto, o crescimento populacional em Fortaleza cria uma necessidade de planejamento e de construção de bairros residenciais mais estruturados, para acolher a população vinda do sertão nordestino, expulsa pela seca e pela desigualdade fundiária por efeito da inexistência da reforma agrária. A reforma urbana de Fortaleza é o primeiro passo à distribuição das funções sociais nas relações de produção e à organização planejada do desenvolvimento urbano, possibilitando a consolidação do crescimento socioeconômico local. Comungando dessa perspectiva, Milton Santos (1982) confirma essa reflexão ao defender a seguinte proposição:

*De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição qualitativa e quantitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais (Ibidem).*

Neste sentido, a fim de possibilitar uma melhor reorganização urbanística, administrativa e econômica da cidade, justo na gestão do prefeito PMDBista Juraci Vieira de Magalhães (figura 1), a Prefeitura Municipal de Fortaleza (1997) criou seis Secretarias Executivas Regionais (SER), descentralizando a administração da modernização das infra-estruturas urbanas da cidade ao dividir as responsabilidades legais (e não políticas) de desenvolvimento local com as Regionais (**ANEXO III**). Ou seja, cada uma das SER's está responsável pela melhoria infra-estrutural de seus bairros, administrando e financiando recursos à elevação do padrão de vida dos fortalezenses, ao mesmo tempo em que organiza o crescimento urbanístico da cidade.

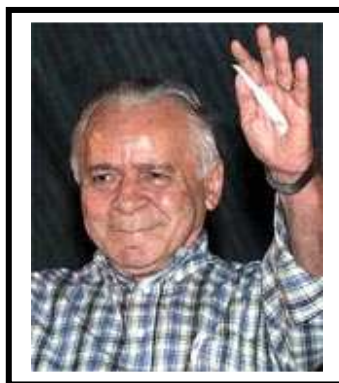


Fig. 1- Fonte: Internet.

Nesse contexto (1990), a cidade de Fortaleza aplicou políticas que possibilitavam uma melhoria na administração pública de sua região urbana. Concomitantemente ao governo do estado do Ceará, Tasso Jereissati (1995-2002), a administração municipal de Juraci Magalhães (1997) é também descentralizada ao buscar uma maior aproximação com a realidade da população cidadina, com a criação das SER's. sendo assim, os recursos da Prefeitura da capital cearense se convertem em obras e serviços públicos distribuídos estrategicamente dentre os bairros mais necessitados de melhorias infra-estruturais, cuja administração dos investimentos e a realização das políticas públicas setoriais eram de competência das SER's. sem dúvida, cabia à sede da prefeitura de Fortaleza centralizar a coordenação das políticas setoriais das SER's entorno de Juraci Magalhães, sendo o grande responsável pela viabilização da administração financeira dos recursos para investimento local. As Secretarias Regionais não possuíam autonomia política legal, pois só cabia ao prefeito tal função executiva de caráter constitucional legítimo. Nesse sentido, Nelson Saule Júnior (2002) esclarece:

*A definição das políticas públicas e das prioridades de investimento, em função da realidade local e da manifestação da população, confere a legitimidade necessária para inverter a ordem da destinação, das obras e serviços públicos para atender a tais interesses da população (OSÓRIO, op. cit., 2002:88-89).*

Com a criação das SER's, a cidade de Fortaleza passa à gestão participativa, com a colocação de todos os serviços básicos mais próximos da população, economizando tempo, esforços e recursos. Como medida política, o cidadão não precisa mais se deslocar para o Centro e às outras instituições (escolas, hospitais etc.) da cidade para resolver muitos de seus problemas básicos. É uma alternativa já experimentada em outros centros

urbanos da Europa, que visa o cidadão como ser integral, cuidando simultaneamente de todas as suas necessidades, identificando e prevenindo dificuldades ao antecipar soluções para os grupos populacionais. Sem dúvida, ocorre uma divisão das responsabilidades de fiscalização em relação à qualidade e eficácia dos serviços públicos. O cidadão é condicionado a participar da gestão municipal (e estadual), a fim de contribua à regulação qualitativamente satisfatória das instituições públicas quando o solicitar. De certa forma, esta lógica da política municipal também é alienada e alienante, pois na prática parcialmente (ou não) acontece. As estruturas de comunicação com a população que viabilizam a participação do cidadão(ã) fortalezense estão instrumentalizadas ao atendimento dos interesses políticos da máquina administrativa municipal — omitindo informações e imprecisões da administração pública —, a fim de que não haja algum movimento político popular subversivo às ações político-administrativas da sede da Prefeitura de Fortaleza.

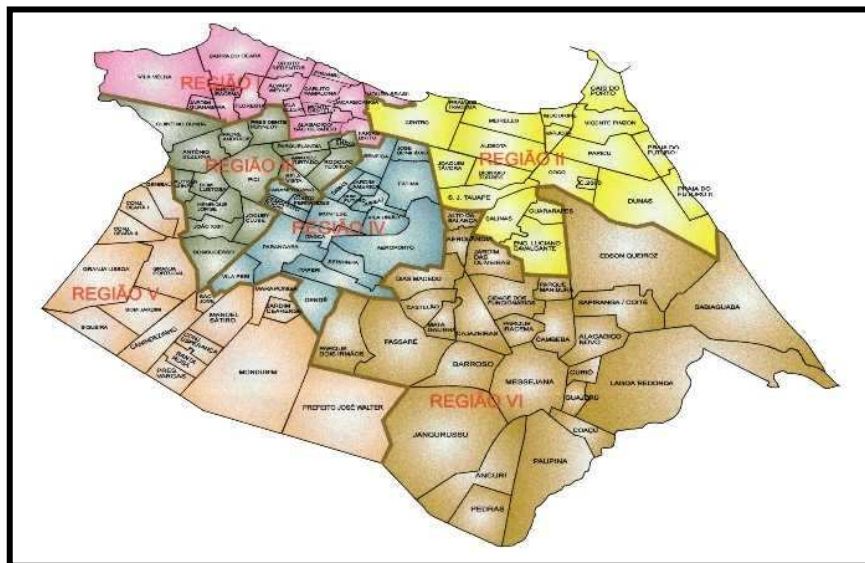


Fig. 2 - Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza.

De fato, é durante a gestão do prefeito Juraci Magalhães que Fortaleza desenvolve políticas públicas adequadas à modernização de suas estruturas político-econômicas e administrativas. Assim, em três momentos, a cidade inicia o processo de sua inserção no mercado global. O primeiro deu-se quando o prefeito considerou a cidade como uma grande empresa, que pode produzir dentro da lógica do mercado global. O segundo realizou-se quando a administração da gestão municipal foi flexibilizada, fragmentada e descentralizada na forma de Secretarias Executivas Regionais (**ANEXO IV**). E, por fim, o terceiro diz respeito à modernização da infra-estrutura da capital

cearense, com modernização dos meios de transporte de massa (metrô, sistema de terminais viários integrados), ampliação e modernização de obras públicas (rede de saneamento, hospitais, urbanização etc), a fim de atender também as exigências do fluxo turístico de e para Fortaleza. Contudo, a cidade não possui na prática um Plano Diretor como instrumento básico da política urbana. Sem dúvida, ele é essencial à integração e ao planejamento urbano dos bairros do Município. Nesse contexto, Nelson Saule Júnior (2002) alerta:

*O Município deve ter o seu Plano Diretor para atender as finalidades da política urbana preconizadas na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e não para atender o interesse de um específico empreendimento ou atividade que gere impacto no meio natural e construído. O Município deve condicionar a aprovação destes empreendimentos as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor (Ibidem, 2002:99).*

A gestão municipal de Fortaleza utilizou-se bastante do condicionante econômico para definir políticas públicas para o desenvolvimento local, onde o Plano Diretor da cidade não se faz presente. A cidade exprime um desenraizamento de suas formas e das pessoas. O espaço urbano político-econômico agora define a vida e as formas de relação dos indivíduos que lá vivem e transitam cotidianamente.

Isso tudo revela que a cidade de Fortaleza é também um local de grandes contrastes sociais, convivendo com modernos aparatos industriais, financeiros, turísticos e luxuosas áreas residenciais que existem paralelamente (senão literalmente) em relação a população pobre e excluída. Cabe ressaltar que muitos estudos econômicos afirmam, atualmente, que o setor de serviços (Setor Terciário) está crescendo devido ao pouco investimento ao aumento de novos postos de trabalho formal em setores produtivos, trazendo conseqüentemente a não absorção de grande parte da mão-de-obra excedente do *Primeiro* e do *Segundo* setores da economia local. Sem dúvida, a crise do emprego em Fortaleza está indireta e diretamente relacionada à flexibilização (instabilidade econômica) e à desorganização (fragilização do movimento sindical) das relações de trabalho em termos nacionais e internacionais. Tudo isso é efeito da modernização desregulamentadora das estruturas macroeconômicas e sociais brasileiras. Segundo Mattoso (1996), o problema da economia local é que ela está sujeita às transformações nas relações do mercado

financeiro nacional, afetando o nível de renda da população.

*É questionável, também, que o setor terciário seja capaz de absorver adequadamente a população ativa. Nos serviços, a capacidade de geração de empregos tem sido afetada por mudanças estruturais, bem-illustradas pelas transformações no setor financeiro, que tem passado por alterações técnicas, terceirização de diversas atividades e mais recentemente por mudanças patrimoniais. (...) Além disso, uma melhor performance de certas atividades do terciário, como turismo e diversões, depende diretamente de um aumento generalizado do nível de renda da população (MATTOSO, 1996:102).*

Com essas informações, é preocupante que os governos municipal e estadual tenham apenas essa diretriz de crescimento e desenvolvimento socioeconômico através da terceirização e de incentivos fiscais para empresas e indústrias filiadas (ou associadas) ao capital estrangeiro, pois é notório que a aplicação de recursos em larga medida no setor de serviços não dá sustentação econômica estável para a capital cearense. Considerando, também, que a renda dos fortalezenses não consegue viabilizar o usufruto dos serviços privados (**ANEXO V**), pois são muito dispendiosos. Além do mais, a política de incentivos fiscais acirra a concorrência entre os Estados do Nordeste, dificultando também o amadurecimento das estruturas político-econômicas regionais. Com relação aos problemas de desemprego estrutural na esfera municipal de Fortaleza, tomemos a afirmativa de Mattoso (1996) para evidenciar o grau de carência de investimentos em políticas públicas sociais, que reduzem a presença de financiamento para o desenvolvimento sustentável do trabalho local:

*Com a continuada carência de investimentos públicos em infraestrutura econômica e social, a ausência de financiamento para a construção civil e com ainda poucos investimentos privados produtivos, esta redução de postos de trabalho não poderia ser compensada, mesmo que parcialmente, por uma ampliada geração de novos empregos em outros setores (no caso setor de serviços). Para o futuro imediato tampouco se podem vislumbrar cenários mais promissores para o crescimento econômico. Mesmo o otimista (...) de investimentos proposto pelo governo prevê um crescimento de apenas 4% a 5% até 1999, insuficiente para superar a elevação da produtividade, favorecer a inclusão dos novos ingressantes no mercado de trabalho e reduzir o estoque de desempregados e de trabalho precário (Ibidem, 1996:45-46).*



Nesse sentido, verificamos que a demanda de integrar os usuários da assistência social para o mercado de trabalho vem sendo a tônica de governos neoconservadores e progressistas. Não obstante, faz-se necessário retirar os véus que encobrem a grande questão social que não só se referem aos ditos “antigos miseráveis” alvos das políticas assistenciais, mas também ao grande contingente de trabalhadores ativos que são expulsos do mercado de trabalho e não retornam mais via trabalho formal.

O atual cenário com o qual o assistencialismo social de Fortaleza se defronta, inclui pensar em alternativas de geração de trabalho e renda, não só porque as políticas de corte assistenciais com as ofensivas neoliberais sofreram drásticas reduções, mas por ser um instrumento que aglutina as pessoas para pensar formas de combater a pobreza e encontrar, também, uma saída coletivamente para as mazelas que o capitalismo no atual estágio impõe. Nesse contexto, as políticas públicas de combate ao desemprego têm jogado peso na qualificação e requalificação de pessoas que se encontram desempregadas, ou que estão em vias de perder o emprego. Estas políticas vêm sendo o carro-chefe da gestão municipal de Juraci Magalhães (2002), sendo os resultados pouco significativos quando centrados em amenizar a situação de vulnerabilidade do trabalho. Além disso, deve-se também investir em projetos que busquem a solução da crise do trabalho formal.

Ora, desde a década de 1970, o desemprego estrutural em Fortaleza provocou o surgimento de políticas públicas municipais voltadas à redução dos efeitos do antagonismo da relação capital/trabalho. A política municipal atual, (1998-2002) não poderia destruir os ditames da exploração do trabalho capitalista. Além do mais, a economia fortalezense está estruturada historicamente sobre as determinações político-econômicas do capital — por desenvolver relações de produção capitalista —, pois modificá-la seria sua própria ruína. Então, a humanização da relação trabalho/capital não poderia partir do Município ou do Estado, mas de um outro novo agente social independente das intervenções governamentais, mas comprometido com o desenvolvimento sustentável humano através do trabalho solidário local.

O Banco popular<sup>3</sup> é esse novo agente econômico, muito mais vinculado aos interesses locais, onde a parceria com as instituições governamentais e não-governamentais é considerada como fundamental à sua articulação político-econômica e social com a totalidade socioespacial. Todavia, essa parceria pode desenvolver uma relação clientelista entre aquelas instituições e o próprio Banco Popular, pondo em dúvida a relação dos interesses populares *in loco*. Aos governos municipal e estadual cabe apenas incentivar e possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o combate da exclusão social dos fortalezenses no cenário local. A rigor, o trabalho de parceria entre Prefeitura de Fortaleza e o Banco Popular deveria desenvolver relações solidárias entre os grupos e as pessoas, e o papel da Prefeitura seria também o de possibilitar meios fecundos à realização de uma socioeconomia solidária. Sem dúvida, esta exigência inviabiliza esse tipo de relação solidária entre o governo cearense, a Prefeitura de Fortaleza e o Banco Palmas.

Nesse contexto, ao pensar sobre requalificação profissional, alguns estudos estatísticos (IBGE/PMF/PROAFA/SINE) revelam que a maior parte da população fortalezense possui baixo índice de escolaridade, o que, segundo alguns empresários, dificulta a contratação de parte desse contingente. Então, sem intervenção política subnacional, o primeiro passo para a sustentabilidade de uma economia solidária local seria a socialização dos indivíduos socioeconomicamente excluídos, através de uma *educação não instrumentalizada e includente* (FREIRE, 1987). A rigor, por intermédio da *educação libertadora*<sup>4</sup> as pessoas constroem e planejam suas vidas, possibilitando a transformação da realidade local e melhorando a qualidade de vida no trabalho.

Portanto, as três causas de características sociohistóricas e político-econômicas que possibilitaram o surgimento de uma socioeconomia solidária em Fortaleza dizem respeito: 1) à inexistência de um *Plano Diretor* para a cidade, que organizasse democraticamente as infra-estruturas do meio urbano ao atendimento de sua população

---

<sup>3</sup> Um Banco Popular é uma instituição totalmente administrada e gerenciada pelos líderes comunitários de um bairro. O objetivo do banco é desenvolver uma rede de solidariedade de produção e consumo local. Sendo assim, ele possui uma linha de microcréditos para quem quer produzir (criar ou ampliar um pequeno negócio) e outra linha que financia quem quer comprar aos produtores e comerciantes do bairro. Um Banco Popular estabelece na própria comunidade um círculo monetário de produção e consumo, que a longo prazo poderá se autofinanciar, dando sustentação aos seus empreendimentos. Este sistema oxigena a rede de solidariedade local, fazendo a renda circular no próprio bairro, promovendo o crescimento econômico.

<sup>4</sup> A educação libertadora é a proposta de Paulo Freire, onde o homem constrói sua autonomia política (cidadania) com consciência crítica e liberdade política. Sem as quais, o indivíduo não poderá transformar sua própria realidade socioeconômica local.

excluída; 2) à modernização das estruturas macroeconômicas da cidade com pouca função social, que contribuiu para a *reprodução das desigualdades no meio urbano e à concentração de renda*, onde a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida, a maximização do desemprego e a precarização das relações de trabalho deslocaram comunidades inteiras às periferias de Fortaleza; e, por fim, 3) à *falta de focalização de políticas públicas comprometidas com a realização de atividades com função social* nos empreendimentos financeiros e construções urbanas que, sem dúvida, ainda incentivam à *precarização político-administrativa municipal e estadual*, bem como ainda possibilitam o surgimento de *mecanismos corruptos na gestão dos recursos públicos*.

### **1.2. O Banco Palmas e o Conjunto Palmeiras: limitações da socioeconomia solidária:**

Na cidade de Fortaleza, a partir de 1973, os primeiros habitantes do Conjunto Palmeiras chegaram na Região Sul do Jangurussu. Esta região era formada por “currais de criação intensiva e extensiva de animais” (vacarias), sendo logo desapropriada e loteada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) para a construção de casas, a fim de abrigar as trinta famílias vindas em caminhões dos despejos realizados na região litorânea da Leste-Oeste, próxima ao Centro, devido à “especulação imobiliária local” — com a construção de prédios residenciais e abertura de avenidas e ruas.

Na época, a Prefeitura Municipal de Fortaleza não forneceu materiais de construção civil às famílias despejadas. Assim sendo, os moradores foram construindo espontaneamente seus barracos, dando origem a uma grande favela, sem nenhuma rede de saneamento básico, água, energia elétrica ou outro serviço público. Havia muita água e lama, pois era uma região castigada pelas inundações das chuvas torrenciais. Não havia condições mínimas de moradia. E para tentar resolver essas dificuldades do bairro, os moradores começaram a organizar-se procurando melhorias para o lugar.

Na década de 1980, os despejados começaram a se organizar em mutirão para construir suas casas, praças e saneamento básico. Por efeito, a primeira sede da Associação de Moradores foi uma “casinha de taipa”, que era a residência da líder comunitária Marinete Brito da Silva (Figura 3).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Marinete Brito da Silva é filha de agricultores e nasceu em Quixeramobim - CE. Mãe de quatro filhos, cedo teve de trabalhar para sustentar a família. Concluiu apenas o primário e ainda jovem, na clandestinidade, ingressou no PCB (Partido Comunista Brasileiro) somando forças contra o Regime Militar. Em 1980,



Fig. 3 - Fonte: PRORENDA.

A partir do dia 11 de fevereiro de 1981, com a criação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) deu-se início o processo de organização das famílias. Um pouco mais tarde, a sede da associação passaria por mais duas reformas até alcançar a modernização de suas estruturas físicas e organizacionais de atendimento ao público palmeirense. Mas, como essas transformações ocorreram? Através de mobilizações populares e de parcerias com ONG's estrangeiras e instituições governamentais, a Associação de Moradores foi aos poucos construindo o bairro. Em 1988, conseguiu a implantação das redes de água encanada e energia elétrica. Em 1990, através de mutirão, construiu 1.700 metros de canal de drenagem e, dois anos após, organizou os moradores por quadras e implantou a rede de esgotamento sanitário (PRORENDA, 2000). Segundo Nilson Almino de Freitas (2000), a miséria e a pobreza humanas são efeito do descaso das políticas públicas do poder público em propor melhorias significativas ao meio urbano.

*A miséria da vida dos homens destes bairros “desclassificados” e “esquecidos” pelo poder público constrói a imagem e as regras da pobreza humana (FREITAS, 2000:52).*

Apesar dos avanços nos aspectos urbanísticos, a população continuava pobre e começava a vender suas casas para habitar em outras favelas. Nesse momento (1990), a intervenção da PMF seria decisiva para a melhoria da qualidade de vida no Conjunto Palmeiras, à redução da pobreza e da miséria reinantes. Mas, como sempre e quando

---

ingressou no movimento pró Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, ajudando a construir a entidade, e por oitos anos participando de sua diretoria. Mas, a história de Marinete eterniza-se em suas lutas pela construção do Conjunto Palmeiras desde o início dos anos 70. Morando na comunidade com outras lideranças, Marinete criou em 1981 a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Ela organizou grupo de mulheres, liderou passeatas, elaborou propostas de desenvolvimento do Conjunto e gerenciou projetos. Junto a um coletivo de entidades, conquistou rede de água, energia elétrica, saneamento, escolas, creches e, com colaboração dos palmeirenses, tornou o bairro habitável. Em janeiro de 1997, Marinete compõe a equipe que cria o Palmas (o Banco Popular do Conjunto Palmeiras) e torna-se uma das coordenadoras do projeto. Hoje, com 53 anos de idade, Marinete ajuda a criar os netos e busca equilíbrio espiritual em suas orações evangélicas. Todas as manhãs, bem cedo, ela caminha peregrinamente na estrada, em direção à associação, na certeza de que a cada dia uma nova luta espera. **(Histórico de Vida da líder comunitária Marinete Brito da Silva** - realizado em abril/2002, na sede da ASMOCONP, pelo *sociólogo Jorge Luiz Cunha Lima*).

ocorrem, as políticas públicas de modernização de estruturas e de infra-estruturas locais se limitaram aos períodos de campanha política eleitoral.

Com população estimada em mais 30 mil pessoas, em 118 hectares, o Conjunto Palmeiras completou trinta anos em 2003 (*Jornal Diário do Nordeste*, 17/01/2003). As três anteriores décadas podem ser resumidas por discussões, lutas, mobilizações e resultados práticos, como o Banco Palmas (**ANEXO VI**) que oferece assistência financeira aos moradores. O Conjunto Palmeiras é um sub-bairro do Jangurussu, atualmente, situado na zona sul de Fortaleza — a 20km do Centro. Segundo dados do PRORENDA – Urbano (2000), este bairro possui características de extrema pobreza econômica, onde 80% da população residente sobrevive com renda familiar abaixo de dois salários mínimos (US\$ 130). Atualmente, o bairro possui também uma nova e reformada Associação de Moradores (ASMOCONP) que fica na rua Val Paraíso, 698 – Jangurussu (Figura 4). A área é de competência da SER VI da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

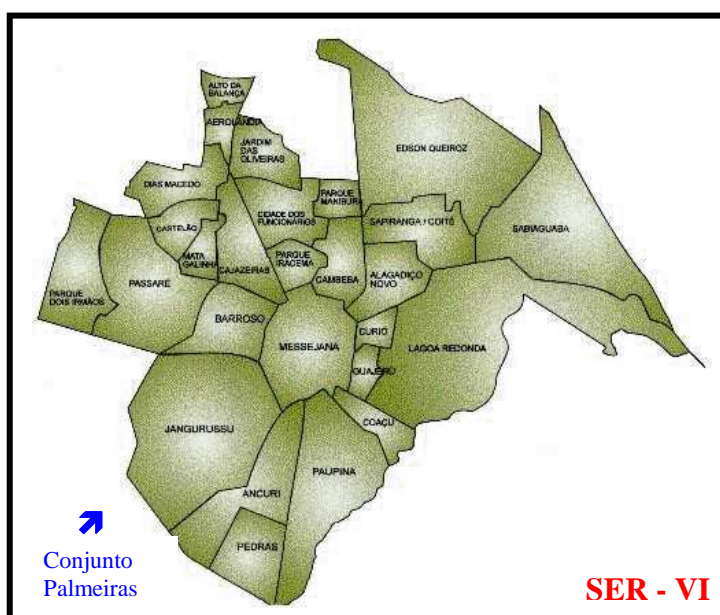


Fig. 4 - Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Contudo, a excessiva concentração de riqueza por parte dos pequenos grupos e empresas de famílias ricas de Fortaleza é uma porta aberta para a desigualdade econômica local. Com a concentração de renda e privilégios políticos, os que fazem parte das classes média e baixa vão perdendo o poder de compra a cada momento nessa experiência neoliberal em que vive Fortaleza. Nesse contexto, na capital cearense podemos perceber uma crescente desigualdade social pelo número de miseráveis e favelados. Segundo dados

do PMF (1999), cerca de 30% da população mora em favelas, onde dos 113 bairros da capital, 87 possuem áreas faveladas. Ademais, ao verificarmos que menos de 1% da população da capital detém 13% da renda total, enquanto que 33% destas massas populares possuem somente 8%, notaremos também a gravidade da desigualdade socioeconômica em Fortaleza.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), revela que o grande problema no Brasil — maior que a alta taxa de inflação — é o alto índice de concentração de renda, e que na década de 90, atingiu o mais alto índice de concentração de renda de sua história e um dos mais elevados no mundo. Por quê?

*Porque as políticas sociais no Brasil sempre foram feitas para manter certo nível de desigualdade. As camadas sociais mais altas e as médias são as que mais se beneficiam dessas políticas. No mundo moderno e pós-industrial, a melhor maneira de combater a pobreza futura é apostando na educação, especialmente na primária. Outra medida imprescindível é usar os recursos do Estado de modo que as políticas sociais atinjam os mais pobres. Essa é nossa maior dificuldade (LAHÓZ, 1999:144).*

Nesse sentido, a fim de enfrentar o problema da pobreza no Conjunto Palmeiras, no dia 20 de janeiro de 1998, a ASMOCONP criou um Banco Popular (Banco Palmas), totalmente administrado e gerenciado pelos líderes comunitários do Conjunto Palmeiras, instalado em uma pequena sala localizada na sede da associação. Destarte, a filosofia central do banco está voltada para uma rede de solidariedade de produção e consumo local. O Banco Popular possui uma linha de microcréditos para quem quer produzir (criar ou ampliar um pequeno negócio), e outra linha que financia quem quer comprar aos produtores e comerciantes do Conjunto Palmeiras. O Banco Palmas estabeleceu na própria comunidade um circuito monetário de produção e consumo solidários, que em longo prazo se autofinanciará, dando sustentação aos seus empreendimentos. Esta reorganização otimiza os laços de solidariedade local, facilitando a comercialização dos produtores da comunidade, fazendo a renda circular no próprio sub-bairro, promovendo o crescimento econômico (MELO NETO e MAGALHÃES, 2003). A estratégia objetiva criar um virtuoso círculo econômico local. Então, como funciona este círculo de economia? E quais os instrumentos econômicos este Banco Popular utiliza para viabilizar a socioeconomia solidária, como forma de inclusão social?

Para financiar o consumo, o Banco criou um cartão de crédito popular: o *PalmaCard*. Esse cartão, utilizado apenas no Conjunto Palmeiras, estimula as famílias a comprarem em qualquer comércio cadastrado do sub-bairro e pagar ao Banco Popular após trinta dias, em uma data estabelecida pela própria família. O valor do crédito é de 20 reais, podendo chegar até 100 reais. No caso de compras acima de 100 reais — um guarda-roupa, uma mesa e cadeiras, ou outro produto de médio porte fabricado no local —, a família pode receber uma autorização do banco e parcelar a compra em até três prestações. No dia estipulado pelo Banco Palmas, os comerciantes levam suas faturas e recebem do banco tudo que venderam para o *PalmaCard*. Como taxa de administração, o banco desconta 3% de todas as vendas realizadas (MELO NETO e MAGALHÃES, 2003).

Os produtores-comerciantes beneficiados pelo sistema se encontram em assembléia mensais para avaliarem o funcionamento do cartão, apresentar sugestões e contribuírem com sua participação e trabalho voluntário para as ações sociais da associação (limpeza e preservação de praças, acompanhamento de crianças às escolas e postos de saúde, etc.).

O cartão de crédito do bairro, além de resolver os problemas emergenciais de cada família, garantindo o acesso a remédios, gás de cozinha, gêneros alimentícios e outras necessidades básicas, também eleva a auto-estima e a confiança da comunidade em resolver seus problemas. É através das economias populares, geradas a partir do consumo solidário dos próprios moradores, que se consegue o desenvolvimento econômico da comunidade. Por exemplo, quando um pequeno artesão de sapatos vende sua mercadoria, concomitantemente, está conseguindo recursos financeiros para poder comprar doces de alguém que, por sua vez, corta o cabelo na barbearia de outro... E assim por diante. São simples relações de troca e consumo.

Dessa forma, ao se consumir produtos e serviços do bairro, os moradores estarão ajudando a distribuir a renda, gerando riquezas e melhorando a qualidade de vida na comunidade, permitindo ao Banco Popular local criar vários instrumentos de comércio solidário. Os mais visíveis são as feiras solidárias dos produtores palmeirenses, que acontecem semanalmente em frente à sede da Associação de Moradores. E também há lojas solidárias que funcionam na própria sede do Banco Palmas, expondo e vendendo os produtos fabricados no bairro. Para este círculo continuar existindo e funcionar

adequadamente, é necessário que na comunidade sejam produzidas as mercadorias mais necessárias à população consumidora local. Neste sentido, o Banco Palmas apóia a criação de empreendimentos comunitários que vão se multiplicando através de sua política de crédito popular.

A rigor, já foram criadas a empresa de confecção *Palmafashion*, a empresa de artesanato *Palmart* e a empresa de materiais de limpeza *Palmalimpe*, e um “laboratório de agricultura urbana” que ensina as famílias a plantar hortaliças, plantas medicinais e peixes em cativeiro nos quintais de suas residências, para posterior comercialização. Em termos de gênero, a maioria das pessoas beneficiadas é composta por mulheres. Segundo a Administração do Banco Palmas, no futuro as cadeias produtivas poderão ser remontadas, de maneira que cada empresa produza os insumos a serem consumidos pela outra. Essa lógica compreende a concepção de que é possível tornar o sub-bairro auto-sustentável, a partir de uma rede de colaboração econômica solidária entre seus moradores, sem perder de vista a relação local-global: ação exigente de uma solidariedade universal com todas as comunidades pobres.

Implantado pelo Banco Palmas no Conjunto Palmeiras, o sistema financeiro integral e sustentável criou uma Escola de Socioeconomia Solidária que, por seu turno, tem a função de capacitar os pequenos empreendimentos locais, trabalhando nos moradores a sensibilização de uma cultura solidária, que é um fundamento à continuidade do *Clube de Trocas* com uma moeda social local. Sendo assim, o Banco Palmas criou o *Palmares* (maior valor monetário) e o *Palmirins* (menor valor monetário) como moedas sociais locais que facilitam as trocas durante as sessões do Clube de Trocas. Todos os produtos e serviços que não são vendidos nas feiras e nas lojas solidárias do banco são levados quinzenalmente para o Clube de Trocas, onde são comercializados. Atualmente, o seu funcionamento se dá através da troca dos produtos por *Palmares* logo na abertura do Clube. O Banco Palmas compra com *Palmares* os produtos e os serviços de cada membro do Clube de Trocas e expõe as mercadorias em uma grande barraca ou loja. Quando todos já adquiriram seus *Palmares*, então, começa a rodada de trocas, que na verdade consiste na aquisição dos produtos através da moeda social.

O círculo virtuoso da economia local encontra nos *Palmares* um grande aliado, uma vez que a moeda ajuda — pela troca — a realização de vários fluxos econômicos



internos, potencializando a produção e o consumo local. Se a necessidade de um morador é satisfeita pela moeda social local, significa que ele consumiu produtos feitos no Conjunto Palmeiras, ajudando a rede solidária local a aumentar suas empresas (empreendimentos) e a variedade de produtos oferecidos, fazendo com que os moradores dependam cada vez menos do mercado capitalista de altos juros. Nesse contexto, Karl Marx também critica o capital e sua reprodução ampliada através de juros abusivos, revoltando-se contra o crédito oferecido pelos bancos convencionais, definindo-o como:

*...o juízo econômico sobre a moralidade do homem. No crédito, no lugar do metal e do papel, o próprio homem tornou-se intermediário da troca, mas não enquanto homem e sim enquanto existência de um capital e dos seus juros (MARX, apud., HOBSBAWM, 1983:79).*

Por sua vez, o microcrédito popular<sup>6</sup> é essencial à consolidação da socioeconomia solidária no Conjunto Palmeiras que, por sua vez, se manifesta como uma alternativa de luta contra a crise nas relações de trabalho em Fortaleza. Ou seja, o crédito popular não deve reproduzir a lógica do capital, porque seu objetivo supremo é proporcionar o exercício da cidadania, a fim de que os palmeirenses tenham inserção no mercado de trabalho e de consumo.

Apesar de tudo, observamos que há muitas restrições ao exercício do empreendedorismo dos trabalhadores de baixa renda do Conjunto Palmeiras. São limitações subjetivas que estão relacionadas à experiência cultural dos palmeirenses-que-vivem-do-trabalho e para as questões ligadas à viabilização econômica dos empreendimentos solidários, pois alguns se formam por motivações imediatistas: como possibilidade de trabalho e acesso ao crédito em curto prazo. Sem uma dimensão estratégica e ressentindo-se de processos formativos, muitos grupos não mantêm um projeto coletivo e solidário de longo prazo. Neste sentido, os limites da socioeconomia solidária. Singer e Souza (2000) alertam:

*Ela exige dos seus integrantes uma opção contra valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho. Por isso, seu nascimento requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e*

---

<sup>6</sup> Vide o Anexo XII.

*amparar tais empreendimentos), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONG's) etc* (SINGER e SOUZA, 2000:22-23).

Além disso, a maioria dos trabalhadores ainda está presa ideologicamente à cultura da subordinação, possuindo precários conhecimentos de gestão e pouca qualificação no mercado de trabalho. Ora, essa precariedade dos trabalhadores refere-se a impossibilidade de dirigir os próprios negócios, pois, culturalmente, encontram-se atados às relações alienadas do trabalho assalariado (MARX, 2001b), reproduzindo continuamente a relação de dominação legal centrada na obediência e na execução das ordens (WEBER, 2001b). Assim, os trabalhadores não conseguem desenvolver uma participação democrática nos negócios locais, porque estão acostumados a receber ordens, em vez de perpetuarem a participação solidária de todos nos interesses da organização local.

Outro limite refere-se à compreensão paupérrima que os palmeirenses possuem a respeito do conceito de economia popular solidária. Ora, este conceito introduz uma novidade na compreensão da economia e outra na compreensão da política. Ou seja, falar de economia popular solidária é repensar a própria economia no sentido de superar suas contradições, atribuindo-a função social. Mas não só, é entender o lugar da economia no processo de transformação social como exercício político, um novo lugar fora da lógica desumana do capital.

Assim sendo, ao dizermos *economia popular* podemos apenas estar nos referindo à chamada economia de sobrevivência, marginal à economia de mercado. Preferimos entender popular no sentido substantivo de uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades — sempre novas — dos seres humanos, na perspectiva do bem viver de todos e para todos. A serviço, portanto, do homem invertendo a lógica fetichista da economia capitalista. E, também, ao dizermos *solidária* damos um caráter prático que recupera a igualdade como condição do exercício da liberdade e da cidadania, já que a realização da solidariedade (não-capitalista) implica na criação de condições históricas de igualdade no exercício da liberdade.

Neste sentido, a plenitude da liberdade não se dá pela livre iniciativa individual, mas na liberdade de iniciativa solidária, como exercício público de objetivos, que deve levar em conta interesses individuais, não privatistas, passíveis de se tornarem

coletivos. E o exercício de redução da intervenção incômoda da esfera privada pela construção de espaços públicos capazes de subsumi-la na perspectiva coletiva. Portanto, a economia popular solidária afunda o conceito funcionalista de economia recolocando-a no seio do mundo da vida, do mundo das relações humanas, desfazendo-a como sistema colonizador e sufocador de potencialidades. Assim, o mercado deixa de ser o agente obscuro que determina as relações sociais. Recupera-se a idéia de troca como a essência das relações econômicas — em contraposição à idéia de mercado.

Uma outra limitação diz respeito às barreiras tecnológicas, legais, tributárias, comerciais e de escala que devem ser também superadas pelo Banco Palmas através de políticas públicas, de organizações solidárias, de redes de apoio ao crédito e de assessorias técnico-científicas, a fim de conseguir um melhor desenvolvimento sustentável do trabalho solidário local. Sem dúvida, a ausência de parcerias e de investimentos governamentais e não-governamentais dificulta a integração — que já é frágil — do Banco Palmas junto à comunidade palmeirense.

Ora, esta fragilidade é consequência também do descaso do Poderes Públicos estadual e, principalmente, municipal que insistem em acolher a iniciativa privada de forma privilegiada. Porque os resultados esperados aparecem em curto e médio prazos, com mais objetividade no mercado. Além do mais, a socioeconomia solidária no Conjunto Palmeiras está em processo de construção. De antemão, desde o seu surgimento no Ceará (1998), a maior limitação à consolidação dos projetos socioeconômicos solidários encontra-se também na ausência de uma teoria que coordene a práxis econômica popular solidária. Na realidade, isso significa que esta *prática* desarticulou-se da *teoria* dificultando a transparência racional desse fenômeno socioeconômico solidário. Por isso, é muito comum que os palmeirenses envolvidos politicamente com a economia solidária sejam movidos pelo espírito utópico em relação à transformação da realidade local.

A rigor, para superar essas limitações, a expansão da socioeconomia solidária no Conjunto Palmeiras depende de políticas que visem o apoio direto — via formação de trabalhadores, crédito, assessoria —, sempre visando a superação de condicionantes econômicos. Assim sendo, a consolidação da experiência da socioeconomia solidária poderá ser estendida gradativamente para outros campos das atividades microeconômicas de Fortaleza, como *forma de resistência contra a crise do trabalho no mercado local*.

Mas, para que esta propagação se efetive no Conjunto Palmeiras é preciso garantir bases de sustentação a esse tipo de economia popular solidária. As mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional/legal por parte das autoridades governamentais e não-governamentais locais. Sem dúvida, vem ficando cada vez mais claro que os “ativos econômicos” são necessários, mas não são suficientes para o sucesso de projetos de desenvolvimento solidário sustentável no Conjunto Palmeiras.

Doravante, sugerimos que as condições fundamentais à viabilização do desenvolvimento microeconômico sustentável solidário precisam basear-se nos seguintes vetores:

- 1) *Significativa distribuição de renda local* que garanta a capacidade socioeconômica endógena de desenvolvimento de empreendimentos solidários sustentáveis pelos próprios palmeirenses. Afinal, repartir rendas e defender ideais de igualdade e justiça sociais é muito mais ameaçador para a ordem burguesa fortalezense, do que deixar os indivíduos livres de regulações protetoras para lutarem sozinhos pela sua sobrevivência;
- 2) *Credibilidade popular do Banco Palmas junto aos palmeirenses*, a fim de desenvolver continuamente com a participação popular o planejamento, o gerenciamento e o controle democrático dos projetos de desenvolvimento sustentável local. Tudo isso, a fim de definir as estratégias produtivas solidárias adequadas às condições locais;
- 3) Existência de fortes laços contínuos de cooperação entre os agentes locais ao amadurecimento de projetos sociais que viabilizem a inserção social dos palmeirenses-que-vivem-do-trabalho, pois a ausência desta realidade leva à fragilidade das relações de parceria (econômica, política e social) com instituições governamentais (federais, estaduais e municipais), organizações não-governamentais (nacionais e estrangeiras) e populares.

Esses vetores nos ajudam a enxergar as grandes limitações das experiências de socioeconomia solidária no Conjunto Palmeiras. Além do mais, falta muito para que o Banco Palmas possua os projetos de socioeconomia solidária mais consolidados em Fortaleza. *A práxis econômica solidária* não pode continuar distanciada de sua *teorização*. Ambas devem andar juntas, obrigatoriamente, a fim de que a coordenação dessa economia popular solidária seja concretizada sobre fatos reais não utópicos, de forma distanciada de uma militância política romântica.

No entanto, observamos que a urgência dos palmeirenses em definir as estratégias produtivas adequadas à luta contra a exclusão social contribui para a construção de alternativas de inserção social. Na maioria das vezes, essas alternativas são solidárias, à medida que todos sejam cooperativamente solidários entre si mesmos. Aqui o trabalho adquire um novo valor de solidariedade, que busca humanizar as relações de trabalho a partir de sua essência: o homem cidadão. Na contramão, os liberais cearenses chegaram a afirmar que a competição é que pode tornar as pessoas solidárias, numa tentativa de subverter esse valor, mas logo foram desmascarados pela dura e contraditória realidade cotidiana. Portanto, a sociedade capitalista de Fortaleza não conseguiu eliminar o valor da solidariedade, apesar de toda ênfase à competição entre trabalhadores vulnerabilizados.

Enquanto estratégia de inclusão social, com o Banco Palmas é possível se pensar na cooperação solidária contínua. Com a condição de que esse tipo de Banco Popular supere suas limitações anteriormente mencionadas. Mas enquanto estratégia de ruptura da desordem capitalista existente em Fortaleza, como alternativa histórica local dos excluídos fica difícil de aceitar. Caso seja possível articular elementos teóricos em torno dela, a teoria tem que responder a essa questão; do contrário, estamos no campo da retórica. Então, a ausência dessa teoria é causa de utopia e alienação política.

É verdade também que a base material é condição sociohistórica essencial para que a solidariedade se constitua. Neste sentido, pensar na organização da produção local, naquilo que a prática dos grupos vem apresentando — e não pensá-la a partir de uma idéia genial de um iluminado —, tem um aspecto positivo. Entretanto, as experiências de socioeconomia solidária no Conjunto Palmeiras são estratégias de sobrevivência, tentativas de inclusão, busca de agir no imediato. Desta forma, a contribuição efetiva que poderíamos dar a este esforço de sobrevivência dos grupos de trabalho solidários é entendê-lo dentro de

seus exatos limites.

Portanto, neste último subtítulo confeccionamos sucintamente um histórico sobre a formação e a organização do Conjunto Palmeiras, evidenciando os dramas de seus moradores como uma denúncia ao descaso político dos Poderes Públicos em solucionar o problema da exclusão social. Ademais, também explicitamos os limites endógenos de uma socioeconomia solidária que o Banco Palmas, totalmente administrado e gerenciado pelos líderes comunitários palmeirenses, tem que enfrentar para concretizar a sustentabilidade de projetos ao desenvolvimento humano para a sua comunidade. São limitações subjetivas que estão relacionadas à experiência cultural dos palmeirenses-que-vivem-do-trabalho e para as questões relacionadas à viabilização econômica dos empreendimentos solidários, pois alguns se formam por motivações imediatistas. Assim sendo, sugerimos a viabilização prática de alguns vetores político-econômicos — distribuição de renda local, credibilidade popular do Banco Palmas junto aos palmeirenses e a existência de fortes laços contínuos de cooperação entre os agentes locais —, a fim de que existam condições fundamentais à realização do desenvolvimento microeconômico sustentável solidário no Conjunto Palmeiras. Mas enquanto estratégia de ruptura da desordem capitalista existente em Fortaleza fica difícil de aceitar, como alternativa histórica local dos excluídos. Mesmo assim, enquanto estratégia de inclusão social, com o Banco Palmas é ainda possível se pensar na cooperação solidária contínua. Por fim, a atual ausência de uma teoria da socioeconomia solidária é causa de utopia e alienação política *in loco*. Isso é concreto na histeria discursiva de uma militância romântica local. Ainda falta muito à concretização de projetos solidários naquele sub-bairro do Jangurussu.

## CAPÍTULO 2

### A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONJUNTO PALMEIRAS E SUA RELAÇÃO COM A CRISE DO EMPREGO (1998 – 2002)

O cenário nacional de crise e reestruturação da economia afeta o mercado de trabalho acentuando a precarização das relações de trabalho assalariado, tornando uma exigência social desenvolver políticas públicas e projetos que apóiem as alternativas de sobrevivência das classes populares. A difusão de políticas governamentais e projetos não-governamentais voltados para a questão do trabalho, desde o que vem sendo chamado de setor popular da economia, ou das formas de “socioeconomia solidária”, vem definindo a cidadania e contemporaneamente de ações alternativas que se tornaram nacionalmente significativas. Doravante, para compreendermos esses fatos sociais, é-nos necessário explicar a situação da capital cearense no contexto nacional com relação ao desemprego estrutural para, finalmente, averiguarmos o seu cenário político-econômico e administrativo que viabilizou o aparecimento do trabalho solidário no Conjunto Palmeiras.

Sendo assim, a cidade de Fortaleza (1998-2002) situava-se em um contexto nacional em que o Brasil encontrava-se governado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (figura 5). Este seu segundo mandato no governo federal foi marcado pelo aprofundamento prático de *políticas neoliberais*<sup>1</sup>, visando à abertura da economia brasileira ao mercado global. Isso significou a aplicação de políticas de desregulamentação

---

<sup>1</sup> A partir dos anos de 1980 uma nova ortodoxia econômica assumiu o lugar do keynesianismo no mundo ocidental. Trata-se do que ficou conhecido como *neoliberalismo* por ser, de fato, o liberalismo econômico revisitado e adaptado aos tempos do capitalismo globalizado e da produção flexível (BRAVO e PEREIRA, 2002:35-36).

do Estado brasileiro, cujas conseqüências limitaram-se às ondas de intensificação das privatizações de estatais, perpetuação do Estado Mínimo em intervenção econômica, aplicação de políticas deflacionárias e vulnerabilização do trabalho. Sendo assim, essas medidas neoliberais ampliaram a sensibilidade da economia brasileira em relação à instabilidade do câmbio e ao mercado internacional, pois o Brasil precisava manter o Plano Real forte e revelar-se como confiável aos investimentos de capital estrangeiro no país. A fim de reduzir os desequilíbrios de arrecadação de fundos monetários, o governo FHC incentivou o Banco Central do Brasil a maximizar as taxas de juros anuais para 18%, com o intuito de também garantir a maior permanência de investimentos de capitais estrangeiros no país.



Fig. 5 - Fonte: Internet.

Contudo, o Brasil precisava crescer e modernizar sua economia para concorrer significativamente no mercado internacional. Para tanto, a “política de incentivos fiscais” às filiais de multinacionais estrangeiras para captação de capitais, a “reforma tributária” na Constituição Federal e o “aumento das importações” foram algumas medidas entre outras que contribuíram para o desencadeamento da crise na balança comercial brasileira. Assim sendo, como o Brasil não conseguia equilibrar a expansão da taxa diferencial entre “exportação e importação”, o país entrou numa crise na sua balança comercial: as importações eram maiores que as exportações e, com efeito, determinou um forte desequilíbrio em sua dívida externa. Segundo Médici, as dificuldades da modernização da economia brasileira foram demasiadas e se relacionaram a vários fatores, entre os quais podem-se destacar:

*... a defasagem tecnológica de seu parque produtivo em relação ao de outros países, o que inviabilizou a competitividade de suas produções no mercado; as deficiências de infra-estrutura, como nos setores dos transportes e portuário, elevaram os custos da produção interna; seus produtos tradicionais (siderúrgicos e agroindustriais) foram desvalorizados (em termos relativos) diante*



*dos produtos importados, desenvolvidos por novos ramos industriais que usam tecnologia de ponta; as taxas de juros no Brasil são bem mais elevadas que as cobradas pelos países concorrentes nos mercados internacionais (MÉDICI, 1999:53).*

Sem dúvida, um dos motivos que conduziram o Brasil a intensificar a captação de recursos financeiros externos sob forma de capitais especulativos foi a seqüência de saldos negativos na balança comercial. Apesar do processo de globalização ter fortalecido o sistema produtivo interno, o setor exportador brasileiro não conseguiu corrigir significativamente as distorções da dívida externa. Segundo Médici, isso aconteceu porque as filiais de multinacionais:

*... direcionaram sua produção muito para o atendimento do mercado interno do que para o mercado externo, por considerarem o primeiro mais lucrativo; enviaram grande parte dos lucros para suas matrizes, aumentando o valor anual da saída de divisas; impuseram suas tecnologias de produção, o que aumentou a saída de divisas sob forma de royalties (Ibidem, 1999:56).*

Esses fatos econômicos, adicionados às pesadas dívidas externas em relação aos antigos compromissos e acordos assumidos pelo Brasil, com as instituições econômicas internacionais (FMI/BM/BIRD), impuseram sua dependência aos capitais estrangeiros. Isso significou o desenvolvimento econômico brasileiro dependente do capital especulativo, sendo associado aos interesses político-econômicos e financeiros estrangeiros. Nesse contexto, José Luís Fiori (1998) avalia o aspecto perigoso dos desequilíbrios econômicos brasileiros:

*...a evolução dos nossos desequilíbrios e a progressão quase geométrica das nossas dívidas, externa e interna, e do nosso desequilíbrio externo em particular, é certamente o problema mais preocupante, até porque ele gera uma espécie de círculo vicioso. Na medida em que essa progressão acontece, você tem que aumentar os elementos de asseguramento e o problema aí vem da coisa mais perversa. Qual é a coisa mais perversa? É que de certa maneira os mesmos fatores que geram a estabilidade são os que geram a instabilidade. O problema é que os efeitos dessa estratégia de gestão deflacionária se manifesta também em outros planos, que são planos dificilmente reversíveis. São menos monetários e mais físicos (FIORI, 1998:202).*

Nesse momento, José Luís Fiori (1998) evidencia que a modernização das indústrias (Setor Secundário) possibilitou o aumento das importações e aquisição de dívida frente aos bancos internacionais. Como o Brasil não possuía fundos suficientes para bancar o seu próprio desenvolvimento interno, as necessidades das estruturas físicas da economia nacional em modernizar-se e adquirir competitividade no mercado internacional maximizaram os níveis de desenvolvimento dependente e associado do país, em relação ao capital internacional, através de empréstimos vultuosos. Como efeito, crises estruturais ocorreram na economia nacional, porque o Brasil se adequava aos ditames do capital estrangeiro sob uma política neoliberal de aplicar essas mudanças estruturais em curto prazo, a fim de desregulamentar o Estado.

Nesse contexto, a maior preocupação do governo FHC era que o capital estrangeiro desaparecesse, retirando seus investimentos fundamentais nos setores estratégicos da economia brasileira, aprofundando a crise e enfraquecendo a estabilidade do Plano Real. Sem dúvida, a estabilidade monetária do Real seria o grande referencial de confiança para o capital estrangeiro manter investimentos no país. Segundo Emir Sader (1999), a estabilização monetária brasileira do governo FHC permitiu a produção de vários fenômenos negativos emergentes, podendo ser assim descritos:

*Ao fixar uma taxa de juros altíssima para atrair capitais externos, o governo estabeleceu, ao mesmo tempo, a taxa de juros que incidiria no pagamento de suas dívidas. Assim, (...) o estado, já responsabilizado pela inflação e outros males, por causa dessa dívida, ficou praticamente falido. Com o valor da moeda brasileira artificialmente alto em relação às moedas estrangeiras, a economia do país teve grande dificuldade para exportar seus produtos no exterior. Por isso, o Brasil (...) passou a mostrar déficits da mesma ordem e perder terreno no comércio mundial. Ao estabelecer taxas de juros altas, o governo tanto prejudicou a expansão da economia (...), como contribuiu para aumentar a inadimplência e as falências de empresas nacionais. Ao tomar a estabilidade monetária dependente de um grande excedente de capitais externos, o governo passou a precisar de um grande volume de reservas (...). Essas reservas constituem recursos imobilizados, que não podem ser investidos em políticas sociais ou em créditos para a produção e consumo, ficando disponíveis apenas para a recompra de dólares no caso de saída abrupta de capitais especulativos do país (SADER, 1999:46).*

A ausência de políticas públicas sociais reguladoras do desenvolvimento socioeconômico e a excessiva ampliação da concentração de renda no Brasil contribuíram

também para o “acirramento do desemprego estrutural” no governo de FHC que, por sua vez, já vinha crescendo desde o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Nessa Era FHC, o Brasil viveu a pior crise do emprego em toda sua história (**ANEXO VII**). Segundo o IBGE (2002), as taxas anuais gerais de *desemprego aberto*<sup>2</sup> no Brasil em 1998, 1999, 2000 e 2001 foram, respectivamente: 7,60%, 7,50%, 7,10% e 6,20%. Isso significou que o ano da passagem do primeiro para o segundo mandato de FHC (1998) foi o pior em nível de desemprego no país, devido ao aprofundamento das mudanças estruturais do Estado brasileiro ao se adequar às exigências rígidas das políticas neoliberais (FMI/BM/BIRD); e aos efeitos da inserção do país na globalização econômica.

Contudo, mesmo com a queda das taxas de desemprego nos anos seguintes, já no segundo mandato de FHC, o desemprego ainda manteve-se alto e alarmante. Ora, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a causa do desemprego foi atribuída também ao sucesso da “estabilização monetária”, cujo efeito foi a “baixa expansão da ocupação”. Depois disso, a “política de câmbio fixo” do governo possibilitou o exercício de “juros elevados” por longo prazo, retraindo o crescimento da economia nacional. Já em seu segundo governo, como reflexo do primeiro, o desemprego estrutural foi mais corpóreo quando as causas limitaram-se também à “crise do câmbio fixo” e à “crise financeira internacional”, devido à “flexibilização da economia de mercado”, aumentando os custos sociais com o “desequilíbrio da estabilidade do real frente ao dólar”. Nesse sentido, alerta Ribamar Oliveira para outras possibilidades causais do desemprego brasileiro:

*...a dimensão estrutural do desemprego no Brasil decorreria também do abandono do projeto de desenvolvimento, da crise econômica dos anos de 1980 e do processo abrupto de abertura comercial e de reestruturação empresarial em curso durante a década de 1990 (LAMOUNIER e FIGUEIREDO, 2002:102).*

Sem dúvida, numa forma particular, a flexibilização da economia brasileira somente foi possível devido ao desenvolvimento econômico-histórico do país estar associado ao capital estrangeiro, aprofundando atualmente a institucionalização da dependência econômico-financeira brasileira em relação aos investimentos de capitais

---

<sup>2</sup> O conceito de desemprego aberto aqui utilizado refere-se àquelas pessoas que, na semana de referência da pesquisa, não exerciam qualquer atividade econômica, mas que estavam ativamente à busca de trabalho. A taxa de desemprego é medida pela proporção da População Economicamente Ativa (PEA) que está desocupada (buscando trabalho).

especulativos. Nesse sentido, avalia José Luís Fiori (1998) a postura política de FHC a respeito dessa irreversível situação brasileira:

*É importante ter claro que FHC não traiu suas idéias. Primeiramente, ele assume que só tínhamos espaço de crescimento associado. Em segundo, que isso passava por uma internacionalização crescente dos nossos mercados. (...) Agora, o desenvolvimento segue associado no sentido lato, e há uma internacionalização e dependência ainda maior do nosso Estado e da nossa economia, mas a estratégia é completamente diferente: a economia é aberta, o Estado se retira do setor produtivo e as empresas nacionais ou quebram ou são internacionalizadas. (...) passamos a ser mais ainda dependentes do que antes dos humores da economia internacional (FIORI, op. cit., 1998:186-187).*

Essa situação do desenvolvimento da economia brasileira estar associada e dependente do capital estrangeiro caracterizou a substituição do “Capitalismo Protegido” da Era Vargas pela a “Revolução Silenciosa” da Era FHC. Esta última significou um conjunto de transformações em curso, submersos, acima de tudo na economia brasileira, que substituiria a política desenvolvimentista nacional getulista por uma política neoliberal internacional de mercado. Sem dúvida, o Estado brasileiro abdica de sua postura de patrocinador do crescimento interno, mas não se anula em cumprir o papel de vitalizador dos interesses empresariais que não se movem a favor do desenvolvimento nacional.

Assim sendo, a política neoliberal de FHC aplicou os “planos de estabilização econômica” no Brasil. Com efeito, houve o desenvolvimento da ampliação dos índices de: centralização de capital, de concentração de riqueza privada brutal, de privatização, de desemprego, de vulnerabilização do trabalho no país. Isso tudo aliado à “desaceleração do crescimento” e ao “aumento exponencial da dívida pública”, reduzindo gastos com salários e com políticas sociais (**ANEXO VIII**). Esse contexto brasileiro reflete o desencadeamento e o aprofundamento institucional de políticas neoliberais da “instabilidade” e da “ingovernabilidade” na Era FHC. Nessa sentido, José Luís Fiori (1998) avalia a gênese desse processo globalizante da economia brasileira:

*... a principal fonte de instabilidade e ingovernabilidade está concentrada nas decisões dos agentes econômicos responsáveis pelas decisões de investimento determinadas, em grande medida, pelas flutuações cambiais e monetárias produzidas pela política econômica das grandes potências. (...) Situação que ao prolongar-se no tempo só pode produzir na prática o surgimento de uma nova*

*forma de autoritarismo fundado não mais nas “razões de estado”, mas agora nas “razões do mercado” (Ibidem, 1998:238-239).*

Dessa forma, as “razões do mercado” nunca coincidirão com as “razões dos trabalhadores” em fortalecer os “direitos trabalhistas” nesse período de instabilidade e de ingovernabilidade do país. A flexibilização dos mercados de trabalho é um fenômeno capitalista que desarticula e enfraquece as organizações de cooperativas e sindicalistas dos trabalhadores, vulnerabilizando as relações de trabalho em prol da redução dos custos com direitos trabalhistas e sociais (**ANEXO IX**). Assim sendo, o desenvolvimento da “oligopolização do mercado” com a expansão da globalização econômica cria interesses divergentes entre consumidores e trabalhadores. Nesse momento, essa flexibilização amplia e fortalece o individualismo concorrencial entre trabalhadores sindicalizados e cooperados, cujos mais especializados, com experiência e menor faixa etária permanecem no mercado de trabalho. Nesse sentido, a “reprodução ampliada do capital” procura a maximização da competitividade e da rentabilidade de si mesmo. Dentro dessa óptica, José Luís Fiori (1998) avalia a reação dos trabalhadores frente à flexibilização e vulnerabilização do trabalho no Brasil:

*Enquanto isso, (...), já agora, depois de uma década, vêm aumentando as resistências dos trabalhadores sindicalizados às novas tentativas para ampliar ainda mais a “flexibilização dos mercados de trabalho” e para “reduzir os custos dos sistemas de proteção social” em nome do aumento da competitividade e da rentabilidade do capital (Ibidem, 1998:81).*

A rigor, esses efeitos da “flexibilização dos mercados de trabalho” no Brasil, aliados à modernização e reestruturação da economia nacional (Plano Real), liquidações de empresas nacionais menos competitivas e demissões massivas de brasileiros(as) promoveram o surgimento duma demasiada migração de trabalhadores(as) especializados(as) desempregados(as) do Setor Secundário (Atividade Industrial) para o Setor Terciário (Setor de Serviços). Isso significou o crescimento duma participação exagerada de brasileiros(as) que atuam no “mercado informal” da economia brasileira (**ANEXO IX**). Sem demora, Ribamar Oliveira revela que:

*O desemprego afetou fortemente o setor industrial. De acordo com o estudo ‘Emprego no Brasil: diagnóstico e políticas’, do Ministério do Trabalho, a maior geração de emprego ‘deslocou-se da atividade industrial, no anos 70, para o Setor de Serviços, nos*

*anos 80 e 90'. Em 1996, o Setor Terciário abrigava 73,7% da ocupação não-agrícola e mais da metade da população ocupada do País, enquanto a indústria reduziu sua participação para 17,9%. De 1991 a 1997, o crescimento da ocupação concentrou-se nos serviços e no comércio e menos na construção civil, de acordo com o Ministério do Trabalho (LAMOUNIER e FIGUEIREDO, op. cit., 2002:103).*

Sem dúvida, efeitos colaterais da “flexibilização do mercado de trabalho” e das “concentrações de renda e riqueza” redimensionaram a esfera econômica brasileira com a dilatação brutal da pobreza e o acirramento alarmante das desigualdades sociais. Segundo dados reunidos no Almanaque Abril (2001):

*Em 1999, cerca de 57 milhões de brasileiros — o equivalente a 35% da população — vivem em condição de pobreza, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo (...) do economista Marcelo Néri (...) mostra que a porcentagem de pobres diminuiu de 33% para 25% entre 1994 e 1996, mas volta a crescer a partir de 1997. Em 1998 alcança 27,5% dos brasileiros. O decréscimo é atribuído aos ganhos de renda das camadas mais pobres propiciados pela implantação do Plano Real, em 1994. Em 1997, no entanto, essas vantagens começam a se deteriorar em decorrência, principalmente, dos juros e da recessão. O Pnud publica, em 2000, estudo específico sobre a pobreza no Mundo. Segundo essa pesquisa, cerca de 15% dos brasileiros são extremamente pobres, pois dispõem de 1 dólar ao dia. O que mais chama a atenção no caso brasileiro é a persistência da pobreza (Almanaque Abril, 2001:112).*

Assim sendo, a “vulnerabilização do trabalho” e as “desigualdades de renda e riqueza” acabaram piorando o índice de pobreza no Brasil, pois a “flexibilização das relações de trabalho” foi legalizada como Lei Federal pelas Elites Políticas. Isso significou uma legitimação nacional da institucionalização da pobreza e da naturalização das relações antagônicas entre capital/trabalho através do Poder Legislativo, onde o capital com grande representatividade política se reproduz na esfera econômica, a fim de alcançar seus objetivos na “economia de mercado”. Nesse sentido, dados do Almanaque Abril (2001) afirmam que:

*Também em 1998 são feitas outras importantes alterações na legislação trabalhista. O Senado aprova o projeto do governo que institui o contrato temporário por tempo determinado, com redução nos encargos pagos pelas empresas. Com o Plano Real, a*

*reivindicação de reposição salarial, baseada nos índices de inflação, perde importância (Ibidem, 2001:110).*

A rigor, a flexibilização do contrato de trabalho por tempo limitado legitima o desenvolvimento de formas precárias de emprego em todos os Estados da União — inclusive no Ceará —, onde há o incentivo à disseminação do trabalho informal sem o acompanhamento de direitos trabalhistas e garantias de trabalho com Carteira de Trabalho assinada. Com efeito, os trabalhadores trocam ininterruptamente de ocupação, impossibilitando sua organização em associações, sindicatos e cooperativas. Além do mais, essa desorganização da classe trabalhadora dificulta bastante a formação duma oposição às políticas governamentais, tornando esquelética a resistência dos movimentos sociais e associativos dos trabalhadores locais, regionais e nacionais contra a vulnerabilidade do trabalho no Brasil.

Sem demora, nesse contexto de crise do emprego assalariado brasileiro, os(as) trabalhadores(as) promovem alternativas de luta contra os ditames da relação antagônica entre capital/trabalho. Essas experiências que buscam a humanização das relações de trabalho são alternativas populares de combate à vulnerabilização do trabalho no Brasil. São diversas formas de cooperativas, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, “bancos comunitários”, organizações populares no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada socioeconomia solidária. Ao mesmo tempo em que crescem iniciativas de organização dos trabalhadores(as), a fim de ampliar e melhorar o acesso aos recursos e às políticas públicas. Nesse contexto, alguns pesquisadores revelam suas preocupações sobre a importância de uma socioeconomia solidária, como uma alternativa de luta contra a exploração do homem na relação capital/trabalho. Nesse contexto, Paul Singer e Souza avaliam:

*Duma maneira ou doutra, a construção da economia solidária tem sido (...) uma das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais (SINGER e SOUZA, 2000:15).*

As experiências da socioeconomia solidária aparecem como alternativas de luta contra a crise nas relações de trabalho assalariado, pois o Brasil sente os efeitos da globalização da economia, possibilitando a manifestação concreta de “movimentos sociais” e “políticas públicas” em favor da humanização do trabalho. E que, desde a década de 90,

se espalham em todo o país — Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará etc. —, à medida que se maximizam brutalmente o índice de desemprego e as transformações no mercado de trabalho assalariado, na própria organização econômica no Brasil, desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de relação de trabalho (ANTUNES, 2002a).

E dentro dessa conjuntura nacional, face ao momento de “vulnerabilização do trabalho”, algumas associações de moradores também adotaram a socioeconomia solidária como alternativa de reduzir significativamente as diferenças socioeconômicas entre os indivíduos, ao mesmo tempo em que possibilitam o desenvolvimento microeconômico local. Sem dúvida, é uma luta contra os ditames político-ideológicos do neoliberalismo. Nesse sentido, Francisco de Oliveira avalia os objetivos do poder neoliberal no Brasil:

*... a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil (SADER e GENTILE, 1995:28).*

Apesar das investidas ideológicas do neoliberalismo na sociedade brasileira, as organizações populares e os movimentos sociais ainda são importantes para o desenvolvimento de uma consciência crítica transformadora de sua própria realidade antagônica.

Atualmente, a práxis da socioeconomia solidária está presente como movimento amplo e generalizado no chamado Terceiro Setor, cuja importância cresce dia-a-dia. O termo Terceiro Setor, em suma, é utilizado referindo-se a uma realidade mais ampla que incorpora a economia popular solidária, a economia social e a autogestão. O Terceiro Setor é uma área da economia brasileira onde também se enquadram entidades sem fins lucrativos e não-governamentais (ONG's), voltadas à produção de bens e serviços públicos, onde os recursos financeiros advêm, em sua maior parte, de doações sociais, sendo mínima a participação do Estado brasileiro e do Setor Privado da economia nacional.

Além do mais, as entidades não-governamentais contribuem para a elaboração das políticas públicas e à descentralização da economia. As associações, sindicatos e cooperativas também participam do Terceiro Setor, pois são entidades que se organizam em função de sua atividade e buscam defender os interesses comuns de seus componentes



filiados. Portanto, no Primeiro Setor e no Segundo Setor constam, respectivamente, o Estado e a iniciativa privada em geral.<sup>3</sup>

De fato, todos vivenciam nos circuitos de ajuste brasileiro a instituição do modelo de acumulação flexível: o capital adquire uma grande mobilidade, concentra-se e reorganiza/desorganiza o mundo do trabalho, com mudanças substantivas na produção, onde um grande segmento da população trabalhadora é excluído do mercado de trabalho; surgem formas descentralizadas de organização da produção; a vida dos(as) trabalhadores(as) na sociedade passa a ser regulada por contratos temporários de prestação de serviços; desmontam-se direitos trabalhistas. Enfim, no cenário brasileiro atual, verifica-se o intenso processo de flexibilização do mercado de trabalho. Como consequência, a moderna organização da produção em redes de empresas interligadas cria novas formas de conflito entre o capital e o trabalho.

A nova estrutura do mercado de trabalho no contexto dessa acumulação flexível começa a ser formada, então, por três grandes categorias de trabalhadores(as): 1) um núcleo de trabalhadores(as) no mercado formal articulado a 2) um grupo de trabalhadores(as) autônomos e 3) um grande grupo periférico de subcontratados(as). Neste contexto desfavorável aos interesses dos(as) trabalhadores(as), os(as) desempregados(as) se organizaram na forma de cooperativas e associações, como estratégia para enfrentar a desorganização do mundo do trabalho pelo capital globalizado. A socioeconomia solidária constituiu-se, portanto, como uma das alternativas mais viáveis na luta contra os ditames dessa relação capital/trabalho.

Com a socioeconomia solidária, o trabalhador brasileiro investe no desenvolvimento da produtividade local, humanizando as relações de produção ao buscar superar a contradição da relação capital/trabalho. A rigor, essa nova relação de trabalho vem afirmando-se como forma de enfrentamento das demasiadas desigualdades de renda e riqueza na sociedade brasileira, causando uma maior eficiência na administração dos negócios e rendas favoráveis ao resgate da dignidade dos(as) trabalhador(as). Cumpre destacar que, no Brasil do ajuste, a socioeconomia solidária emerge e avança como estratégia de luta dos trabalhadores(as). Entendemos que para garantir a sua instituição faz-se necessária a regulamentação de suas metas de humanização das relações de trabalho,

---

<sup>3</sup> Essa demarcação sobre os setores da economia brasileira proveio das informações do Almanaque Abril – 2001.

através de uma legislação forte e comprometida com a classe trabalhadora, possibilitando a participação dos(as) trabalhadores(as) na associação e na cooperativa. Assim, a socioeconomia solidária luta para que a democracia seja realmente estabelecida nas relações de trabalho, como uma alternativa de manter os trabalhadores(as) livres da alienação do capital.

A rigor, é neste contexto de crise do trabalho assalariado que a cidade de Fortaleza se torna o nosso espaço de discussões e de reflexões críticas sobre a sustentabilidade da socioeconomia solidária, enquanto alternativa de humanização das relações de trabalho, a partir da experiência comunitária de sucesso do Banco Palmas no Conjunto palmeiras. Antes de tudo, faz-se necessário reconhecer que o surgimento dessa socioeconomia solidária relaciona-se ao passado histórico de crescimento gradativo da desigualdade econômica e da exclusão social na capital cearense.

Portanto, a inserção do Brasil no cenário da globalização promoveu o acirramento das contradições da relação capital/trabalho local, onde a cidade é o lugar da modernização das estruturas político-econômicas e administrativas e da despolitização de políticas públicas populares. Assim sendo, a economia capitalista moderna ordena o espaço político-administrativo que, por seu turno, tende a separar dos lugares aqueles-que-vivem-do-trabalho. A modernização econômica brasileira vem acompanhada de uma desapropriação dos brasileiros de seu lugar cidadão. Desse modo, não há surpresa em saber que as administrações técnicas governamentais (municipais, estaduais e federais) possuem mais interesse pelo capital e pouco pelos habitantes.

A seguir, discutiremos sucintamente a modernização econômica e a despolitização de políticas públicas governamentais em Fortaleza e, concomitantemente, avaliaremos as condições favoráveis ao aprofundamento da descentralização administrativa, para a precarização do trabalho assalariado e ao surgimento de políticas populares solidárias, no período de 1998-2002. Portanto, objetivaremos revelar que 1) o corte substancial do gasto público para liberar recursos para a *inversão privada*<sup>4</sup>; 2) a desregulamentação do mercado de trabalho assalariado e da comercialização da força laboral; e, por fim, 3) a redução do efeito redistributivo das políticas sociais, que supõe a flexibilização ou retração da sua garantia, foram as principais causas político-econômicas

---

<sup>4</sup> Sentido referente ao emprego de capital, numa empresa, com fim especulativo ou em empréstimos a juros.

da crise do trabalho assalariado em Fortaleza — empregadas pelos projetos governamentais de reformas político-administrativas e econômicas de *Tasso Jereissati* e de *Juraci Magalhães* — e que, por efeito, possibilitaram o desenvolvimento do trabalho solidário popular, por intermédio da socioeconomia solidária praticada pelo Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras desde 1998.

### **2.1. O Banco Palmas e a crise do trabalho assalariado:**

Atualmente, como herança problemática das relações políticas do Brasil, o grande problema que emperra o desenvolvimento sustentável do trabalho solidário em Fortaleza é a histórica limitação da ação transformadora da “sociedade civil”, pelo poder peculiar das elites políticas neoconservadoras e empresariais modernas. Porque é a partir da sociedade civil que germinam os principais movimentos sociais, como meio de transformação das relações de poder local. Além do mais, para as elites somente interessa a defesa de seus interesses e privilégios de classe, na manutenção conservadora das relações de poder existentes. Neste contexto, o Estado cearense e sua capital Fortaleza tornaram-se instrumentos político-administrativos privilegiados das elites modernas, onde a ideologia da classe dominante institucionaliza significativamente as relações antagônicas entre capital/trabalho. Segundo Karl Marx:

*... o Estado enfeixa, controla, regulamenta, vigia e mantém sob tutela a sociedade civil, desde suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas modalidades mais gerais de comportamento até a existência privada dos indivíduos...”* (MARX, op. cit., 2000:69).

Ora, os poderes executivos do Estado (Era Jereissati) e do Município de Fortaleza (Era Juraci) preferem privilegiar de forma demasiada e utópica o desenvolvimento macroeconômico local, pois acreditam que os benefícios conquistados pelo crescimento da esfera econômica afetaram direta e indiretamente os diversos segmentos sociais, por efeito, da mesma forma como a chuva atinge a terra para fertilizá-la. Em suma, segundo Mônica Dias Martins, o discurso político-ideológico do “poder central da administração do ceará” e de Fortaleza mostra-se “voluntarista e com características neoliberais” (PARENTE e ARRUDA, 2002).

Esse discurso político-ideológico da elite moderna cearense, senão conseguiu eliminar a *solidariedade*<sup>5</sup>, possibilitou o surgimento de diferentes práticas e visões fundamentadas neste valor. Uma delas refere-se ao próprio pensamento social-democrata cearense que defende a solidariedade enquanto princípio do Estado liberal, onde seu conceito estrutura-se na condição de realizar a distribuição da riqueza, concomitantemente, preservando-se as propriedades, as liberdades e os direitos individuais.

Com sede em Fortaleza, essa solidariedade social-democrata cearense está relacionada estrategicamente às *práticas concretas das políticas neoliberais*<sup>6</sup>. Para tanto, as reformas das estruturas econômico-administrativas são fundamentais para uma gestação moderna do Estado e do Município cearenses. Entretanto, não se trata de unicamente de mero atendimento às necessidades materiais. Na verdade, o objetivo é tomar em consideração as novas conveniências administrativas e de recursos humanos, para as quais os grupos econômicos vislumbram novas possibilidades de modernização gerencial da administração pública e privada. De forma especial, os grupos econômicos privados cearenses (empresários) pensam suas relações de produção (material e humana) na articulação com as novas formas qualitativas de administração gerencial da produção, que emergem neste processo de flexibilização e de redução dos encargos socioeconômicos. Para fins práticos, os empresários modernos da livre iniciativa entendiam que seria melhor controlar politicamente a máquina estatal cearense, a fim de que seus interesses político-econômicos fossem mantidos e assegurados de forma contínua, através de projetos governamentais e de financiamento de empreendimentos de longo prazo.

Ademais, a utilização da máquina estatal cearense em defesa desses interesses privados dos empresários modernos, a fim de que os projetos lucrativos da elite moderna tenham continuidade em sua realização política, aprofundou ainda mais o problema da “má

---

<sup>5</sup> O sentido refere-se à solidariedade que dá o caráter prático e recupera a igualdade como condição do exercício da liberdade, já que sua realização implica criação de condições históricas na igualdade no exercício da liberdade. A plenitude da liberdade, neste sentido, não se dá pela livre iniciativa individual, mas na liberdade de iniciativa solidária, como exercício público de objetivos, que deve levar em conta interesses individuais, não privatistas, passíveis de ser tornados coletivos. É o exercício de redução da esfera privada e privatista pela construção de espaços públicos capazes de subsumi-la na perspectiva coletiva.

<sup>6</sup> Segundo o britânico Perry Anderson, as práticas neoliberais possibilitariam “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre rendas. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos” (SADER e GENTILI, 1995:11).

distribuição da renda e da riqueza produzidas no Ceará”, pois os “instrumentos de produção” e o “acesso ao crédito” não foram socializados, mas foram utilizados manipuladamente para aumentar os lucros do setor industrial de bens de consumo de massa. Nesse contexto, o *marketing político* foi fundamental à realização comercial dos interesses do setor de produção de bens de consumo de massa, comprometidos com a modernização estrutural da macroeconomia cearense para a formação de uma parceria de acesso ao mercado nacional e internacional. Sem a intermediação do Estado cearense à consolidação e à viabilização dos anseios econômicos privados, intervindo nos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e na organização e formação dos(as) trabalhadores(as), os empresários cearenses modernos não desenvolveriam a sustentabilidade político-econômica de seus projetos neoliberais. Para tanto, a apropriação privada dos recursos sociais no Ceará seria um meio de realização desses projetos neoconservadores. Sobre essa política de apropriação de recursos sociais cearenses pela livre iniciativa moderna, Mônica Dias Martins diz que:

*... se mantém e se amplia, evidenciando a prioridade dos interesses particulares face aos interesses públicos. A geração de empresários (...), da qual Jereissati é um dos expoentes, passa a ocupar cargos-chave nas empresas estatais, constituindo-se numa elite de dirigentes públicos (PARENTE e ARRUDA, 2002:148).*

Esses dirigentes públicos estão profundamente identificados com o sistema capitalista, revelando seu distanciamento com a socialização dos recursos públicos relacionados com a redução significativa da dependência econômica do trabalhador cearense em relação ao Estado. Segundo Francisco José Camelo Parente (1989), assim Tasso Jereissati representou e assumiu o projeto neoliberal da elite empresarial moderna ao discursar da seguinte forma:

*Acreditamos no capitalismo, não apenas porque somos capitalistas, mas porque ele é o único sistema capaz de distribuir a riqueza e preservar, ao mesmo tempo, as liberdades e os direitos do homem (PARENTE, 1989:14).*

A postura capitalista romântica de Tasso Jereissati (figura 6) contradiz com a própria realidade nacional e cearense. O Brasil é um dos países capitalistas campeões em desigualdade social e concentração de riqueza e renda do mundo (ANEXO X). E como o Ceará está inserido diretamente nesse contexto antagônico da macroeconomia capitalista,

não seria descartada a realidade de cada cearense ser reflexo de tamanha desigualdade socioeconômica. Ademais, a qualidade de “moderno” atribuída ao grupo de empresários cearenses liderados por Tasso — com posturas político-administrativas inovadoras diante das propostas empreendidas pelos antigos “coronéis conservadores” que, por sua vez, dominaram por décadas a política cearense —, possui um significado revelador.



Fig. 6 - Fonte: Internet.

Segundo Ricardo Antunes (2002), o moderno é o “mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a concentração”. E como o governo Tasso Jereissati era sinônimo da “mudança”, por se referir à modernização (informatização e flexibilização) das estruturas administrativas, trabalhistas, tributárias e comerciais; e, também, por possuir políticas contrárias aos coronéis de governos passados, o moderno facilmente atrelou-se a esse tipo de convicção política dessa modernidade. Porque interessava à elite empresarial moderna cearense a reprodução ampliada de seus lucros e dividendos, bem como a racionalização competitiva de toda a sua produção integrada com os mercados nacional e internacional. Isso diz respeito à “acumulação de riqueza” nas mãos de uma minoria monopolizadora do poder político-econômico e não para a sua “distribuição socializada” na sociedade civil. Assim sendo, dentro da perspectiva de Karl Marx:

*A condição mais essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado (MARX, 1999:77).*

Nesse contexto, o trabalho assalariado no Ceará foi enfraquecido em sua força organizacional, em todo governo de Tasso Jereissati. Sem dúvida, o trabalho faz resistência à reprodução ampliada do capital, pois os(as) trabalhadores(as) organizados(as) sempre exigem redução de sua exploração na criação e recriação da riqueza. E para que essas

exigências não comprometam de fato aos interesses do capital, faz-se necessário fragmentar, vulnerabilizar, flexibilizar, degradar o trabalho assalariado. Assim sendo, os(as) trabalhadores(as) possuirão uma visão parcial e fragmentada sobre os problemas socioeconômicos no Ceará, então, reduzindo o senso crítico de todos. Dessa forma, amplia-se a concorrência entre os(as) próprios(as) trabalhadores(as), desorganizando-os(as) no combate à espoliação do trabalho (MARX, 2001).

Isso tudo porque o governo do Cambéba (1998-2002) queria enquadrar a macroeconomia cearense dentro das exigências do mercado capitalista ao praticar a acumulação flexível do capital. Para tanto, o trabalho deveria ser flexibilizado (subcontratação, emprego temporário, terceirização etc.), onde o setor de serviços teria que se desenvolver sob a luz das políticas neoliberais. Ou seja, a mão-de-obra seria em sua maioria não-especializada, barata e não-filiada aos sindicatos fortes. Além de haver a manipulação dos interesses das cooperativas e associações de trabalhadores(as) pelos empresários modernos cearenses, em favor dos seus objetivos lucrativos na política-econômica estadual. “A intervenção do Estado é caracterizada como inócua e em desacordo com a realidade cearense...” (PARENTE e ARRUDA, op. cit., 2002:153).

Neste período moderno da política econômica cearense, o trabalho imaterial (intelectual e informatizado) é muito mais valorizado — apesar de ocupar a minoria dos(as) trabalhadores(as) extremamente especializados(as) —, que o trabalho material (produção advinda da força física), porque as novas tecnologias tornaram-se a pedra angular à *modernização das estruturas administrativa, burocrática, tributária e comercial*<sup>7</sup>. Isso é uma condição fundamental para quem quer inserir-se no mercado nacional e internacional, oferecendo seus produtos e realizando intercâmbios tecnológicos entre países e/ou regiões do globo. Então, reduzir os empecilhos com encargos trabalhistas

---

<sup>7</sup> A lógica de modernização das estruturas administrativas públicas do governo Tasso Jereissati e do prefeito Juraci Magalhães segue o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo FHC (1995). “O Plano Diretor focaliza sua atenção na administração pública federal, mas muitas das suas diretrizes e propostas podem também ser aplicadas no nível estadual e municipal. A reforma do estado envolve múltiplos aspectos. O ajuste fiscal devolve ao Estado a capacidade de definir e implementar políticas públicas. Através da liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações. O programa de privatizações reflete a conscientização da gravidade da crise fiscal e da correlata limitação da capacidade do estado de promover poupança forçada através das empresas estatais. Através desse programa, transfere-se para o setor privado a tarefa da produção que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente. Finalmente, através de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle” (Vide **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: 1995, p. 17-18).

é focalizar e limitar o “capital variável” em setores econômicos estratégicos do Estado do Ceará, e fazer crescer o “capital constante” na maioria dos outros setores da economia local, a fim de que o capital dependa cada vez menos do trabalho material para reproduzir-se ampliadamente. Portanto, dentro da óptica de David Harvey, podemos ter duas posições que explicam a inserção dos empresários modernos cearenses, liderados por Tasso Jereissati, na condição pós-moderna do capital internacional:

*A primeira posição (...) é a de que as novas tecnologias abrem possibilidade de uma reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases sociais, econômicas geográficas inteiramente distintas. (...) A segunda posição vê a idéia da flexibilidade como um ‘termo extremamente poderoso que legitima um conjunto de práticas políticas’ (principalmente reacionárias e contrárias ao trabalhador), mas sem nenhuma fundamentação empírica ou materialista forte nas reais fases de organização do capitalismo do final do século XX (HARVEY, 2001:177-178).*

Essas posições reveladoras indicam a adoção de políticas públicas neoliberais de profundo impacto sobre o desenvolvimento das estruturas das relações de trabalho e de produção no Ceará. A primeira posição diz respeito à fragmentação e para a ampliação da concorrência entre trabalhadores(as), flexibilizando o trabalho ao terceirizar os serviços. E, também, ao modernizar os diversos setores de produção, inserindo novas técnicas nos processos produtivos de interesse estadual, informatizando as informações e outros setores da administração estratégica do governo cearense do Cambé. Por fim, a segunda posição engloba o controle das reformas político-administrativas não-populares e seus efeitos ideológicos, a fim de precarizar a organização do trabalho e de fortalecer o controle da riqueza através de uma classe empresarial moderna, que só pensa em maximizar e garantir seus lucros e dividendos.

Por efeito, essas políticas públicas neoliberais não focalizam os interesses da coletividade cearense que, por seu turno, é composta por aqueles que realmente precisam de políticas sociais eficazes que combatam a pobreza e o desemprego. Mas, ao contrário, essas posições político-econômicas aumentam a desigualdade social e a concentração de riqueza e renda no Estado do Ceará. Neste cenário, ao criticar o papel do Governo Estadual das Mudanças (Tasso Jereissati) pelo seu distanciamento das políticas públicas sociais e pela focalização demasiada ao atendimento dos interesses macroeconômicos da elite



cearense, Mônica Dias Martins caracterizou da seguinte forma “o modelo político-econômico das mudanças”:

*Este o modelo que mais se adequa à função do Estado viabilizar o processo de valorização do capital, apoiando-se nas políticas públicas e nas ações dos órgãos governamentais, para integrar os produtos à economia de mercado, sendo a produção dirigida à maximização dos lucros dos empresários, via apropriação pelos capitalistas das riquezas produzidas pelos trabalhadores (PARENTE e ARRUDA, op. cit., 2002:169).*

Essa apropriação das riquezas cearenses pela classe empresarial moderna, realizada através do “Governo das Mudanças”, surge com essa “modernização” das relações de produção e de trabalho, que significa “subordinar a sociedade civil a um projeto hegemônico de dominação de classe” (PARENTE e ARRUDA, 2002). Isso revela que a “economia de mercado” no Ceará pratica uma política macroeconômica de minimização da estabilidade empregatícia, maximizando quantitativamente o “exército de reserva” de trabalhadores(as) à espera da participação no “mercado de trabalho”. É uma das *políticas do Estado Mínimo*<sup>8</sup> praticada no Ceará, com medidas reacionárias e contrárias aos interesses socioeconômicos dos cearenses-que-vivem-do-trabalho.

Além do mais, a modernização das estruturas da administração, da informação, do comércio, da tributação, da tecnologia e do trabalho, não significou em nenhum momento no “Governo das Mudanças” a criação de novos empregos estáveis e suficientes à inserção socioeconômica dos trabalhadores(as) cearenses, pois enxuga os custos da “Máquina Administrativa”, reduzindo direta e indiretamente os gastos públicos com encargos sociais. Por isso, o grande esforço do governo estadual de Tasso Jereissati em legalizar por licitação os serviços terceirizados, temporários, subcontratados e etc; e privatizar instituições estaduais (COELCE e TELECEARÁ) para melhor flexibilizar a administração pública de seu governo, ao atendimento dos interesses da livre iniciativa cearense e estrangeira. Por efeito, ampliou-se a desigualdade e a exclusão sociais, também, com o encarecimento demasiado dos serviços públicos. Segundo Luiz Fernando Dourado (2002):

---

<sup>8</sup> “Tal fenômeno foi determinado, sobretudo, pela diminuição da oferta de empregos, acompanhada das desigualdades de salários, com resultado da desregulamentação do mercado de trabalho e da diminuição da progressividade fiscal; isto é, da redução do encargo tributário direto, que onerava, progressivamente, quem possuía mais renda, e do aumento dos impostos indiretos, que incidia mais pesadamente sobre os trabalhadores e consumidores de baixa renda” (BRAVO e PEREIRA, op. cit., 2002:39).

*Esse mote político e econômico (...) implicou na última década uma maior concentração de riqueza, incremento da corrupção, privatização da esfera pública e, conseqüentemente, o alargamento das injustiças sociais e a diversificação e intensificação dos processos de exclusão social (DOURADO, 2002:237).*

Na contramão, como alternativa de combate à crise das relações de trabalho assalariado e intensificação da exclusão social, a “socioeconomia solidária” em Fortaleza (20 de janeiro de 1998) prefere desenvolver uma política microeconômica humanizada, planejando a sustentabilidade das relações de trabalho solidário, ao possibilitar a inserção social dos cearenses-que-vivem-do-trabalho. Assim sendo, “o trabalho autônomo (auto-sustentável)” é empreendido em favor do desenvolvimento da sociedade civil. Sem dúvida, nessa relação econômica do Terceiro Setor, “o valor de uso” será determinante do “valor de troca” ao estabelecer um fim social à produção de bens de consumo, combatendo as relações de alienação do trabalho assalariado (ANTUNES, 2002a).

Nesse momento, o Banco Palmas (1998) revela-se como principal financiador e organizador dessas relações solidárias na microeconomia do Conjunto Palmeiras. Além do mais, a criação desse Banco Popular pelos palmeirenses politizados faz parte de uma economia com caráter popular solidário, que prima pela sociabilidade e socialização das pessoas desempregadas, na intenção de inseri-las no mercado de trabalho local. Isso é uma peculiaridade dessas experiências de exercício na participação do poder local:

*As instituições e organizações criadas para desenvolver a economia solidária devem contribuir para o avanço da participação popular na definição dos rumos do desenvolvimento, permitindo a participação efetiva da sociedade civil no desenho e no monitoramento das políticas públicas. As instituições precisam ser constituídas de forma a ampliar a independência e a autonomia em relação ao governo. A ampliação do potencial de desenvolvimento na implementação destas políticas tende a ser na medida em que são envolvidos outros organismos governamentais e organizações sociais especializadas (**Desenvolvimento local e economia solidária: propostas de políticas públicas municipais**, 2001:09).*

Nesse sentido, ao interagir com instituições governamentais e organizações sociais não-governamentais especializadas, na forma de parcerias, o Banco Palmas busca executar seu papel democrático de financiador dos empreendimentos econômicos populares solidários no Conjunto Palmeiras, ao possibilitar *o trabalho solidário*

*participativo dos palmeirenses*<sup>9</sup>, como uma forma de combater os antagonismos socioeconômicos das políticas governamentais em Fortaleza.

Para tanto, o monitoramento de “políticas sociais” que viabilizem a socioeconomia solidária deve ser realizado sem interferência político-administrativa dos agentes governamentais, a fim de que os interesses político-econômicos dos palmeirenses não sejam apossados pelo Poder Público. Doravante, os governos do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza devem contribuir constitucionalmente à viabilização das relações socioeconômicas, investido em infra-estrutura urbana e em recursos humanos para a melhoria dos serviços públicos, também, no Conjunto Palmeiras.

Essas sugestões são algumas formas de construir ações autônomas locais para o desenvolvimento da socioeconomia solidária politicamente independente das instituições do Poder Público. E a consolidação dessa autonomia realizar-se-á de fato quando as leis federais, estaduais e municipais que regem o trabalho e a economia-política instituírem especialmente os limites, deveres, direitos e ações de instituições solidárias como independentes dos interesses do capital, criando “Secretarias Executivas Solidárias” e garantindo “fundos de investimentos ao desenvolvimento de empreendimentos solidários populares”, sempre vinculados às leis federais que condicionam a economia nacional.

Nessa situação, as leis que organizam as relações socioeconômicas no Brasil, no Ceará e em Fortaleza devem estar rigorosamente condicionadas aos interesses sociais. Porque a socioeconomia solidária palmeirense é um fenômeno econômico-político e social desenvolvido por segmentos organizados da sociedade civil (ONG’s e a ASMOCONP), frente à ausência de uma atuação eficaz dos representantes políticos e instituições subnacionais (Estado e Município), em possibilitar condições socioeconômicas para o exercício real da cidadania. Sem dúvida, ao Banco Palmas cabe apenas captar, gerir e fiscalizar os recursos públicos investidos e focalizá-los em benefício dos palmeirenses excluídos do mercado de trabalho fortalezense, fazendo com que os investimentos

---

<sup>9</sup> No interior da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras e do Banco Palmas, observa-se que a participação dos palmeirenses ainda é pouco freqüente, pois a socioeconomia solidária neste sub-bairro do Jangurussu está em processo de estruturação de seus projetos socioeconômicos e de mobilização comunitária. Além do mais, o Conjunto Palmeiras não conta mais com a maioria de seus antigos moradores, pois, com o aumento dos custos sociais, foram embora para outros bairros da periferia de Fortaleza. Sendo assim, a comunidade palmeirense organizada busca fazer um trabalho pedagógico de conscientização e de mobilização de seus moradores. Mas a Associação de Moradores e o Banco Palmas emperram nas limitações subjetivas e infra-estruturais (vide capítulo 1).

cheguem a quem realmente precisa, a fim de viabilizar adequadamente a realização e o desenvolvimento de empreendimentos solidários de combate a pobreza e ao desemprego. Então, nesse contexto, qual é a filosofia do Banco Palmas para o combate do desemprego?

*A filosofia do Banco é pautada em uma rede de solidariedade: produção x consumo x trabalho e renda. A idéia é melhorar e fazer crescer o bairro através de um círculo virtuoso. O Banco empresta dinheiro para a produção e para o consumo. Dessa forma, as famílias produzem e vendem em seu próprio bairro (DSS e economia solidária: debate conceitual e relatos de experiências, 2000:69).*

Ademais, a filosofia central do banco está voltada para equilibrar a produção com o consumo local, através de uma *rede de solidariedade entre os palmeirenses*<sup>10</sup>. Assim sendo, o Banco Palmas é uma tentativa de contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento humano sustentável para socializar o crédito, por intermédio de um planejamento microeconômico popular e solidário no Conjunto Palmeiras. Por efeito, este Banco de Crédito Popular Solidário deflagrou formas de trabalho solidário em comunhão com as necessidades dos palmeirenses. Ora, este banco popular possui uma linha de créditos para quem quer criar ou ampliar um pequeno negócio e outra linha que financia quem quer comprar aos produtores do bairro. Desta forma, fica facilitada a venda das mercadorias dos pequenos comerciantes e produtores da comunidade, fazendo a renda circular no próprio bairro, promovendo o crescimento econômico local.

---

<sup>10</sup> Nesse sentido, como nossa contribuição conceitual, trata-se de uma proposta de organizar as unidades produtivas palmeirenses (grupos de trabalhadores desempregados) na forma de rede de socioeconomia solidária, gerando um movimento microeconômico solidário popular de expansão do valor de uso sobre o valor de troca, possibilitando incorporar à produção e consumo os segmentos de trabalhadores que estão sendo excluídos pelas relações capitalistas. Ou seja, é uma estratégia popular anticapitalista centrada na produção econômica solidária, articulada com ações de conscientização política. Nessa rede de socioeconomia solidária, todos devem ser iguais, no exercício de seus direitos e deveres constitucionais. Ou seja, seus componentes devem possuir a iniciativa, enquanto sujeitos da ação social com relação a resultados de inclusão social, ao mesmo tempo em que guardam suas liberdades políticas. Também deve haver uma distribuição de funções. Estas não devem acontecer de forma espontânea e desorganizada. Isso significa que todos devem operar de maneira coordenada. Esta coordenação supõe a possibilidade de desenvolver a autonomia de cada componente em colaboração com outros, em torno de objetivos coletivos. A intenção é possibilitar a organização e a sustentabilidade de um trabalho solidário popular e democrático, que viabilize a integração das diversidades e que promova as liberdades coletivas e individuais no Conjunto Palmeiras — combatendo toda forma de exploração dos(as) trabalhadores(as), expropriação dos(as) consumidores(as), exclusão social, autoritarismo político e destruição ambiental. Sendo assim, uma rede de socioeconomia solidária deve estar sempre aberta à entrada de novos(as) palmeirenses que aceitem as regras democraticamente estabelecidas, ainda que as mesmas possam e devam ser revistas à medida que esse tipo de rede solidária vá realizando seus objetivos, ou definindo novos objetivos. O autodesligamento de qualquer de seus membros não deve, por outro lado, constituir problema, para que se assegure a plena liberdade de opção de cada um.

Desse modo, o desenvolvimento dessa experiência de um Banco de Crédito Popular Solidário é determinado tanto por condições sociais, políticas e econômicas exógenas, vinculadas ao próprio agravamento da questão social brasileira — nos processos de vulnerabilização do trabalho e da maximização da miséria —, quanto pelas relações socioeconômicas endógenas construídas na realidade do Conjunto Palmeiras. Essas relações sociais, por sua vez, são influenciadas pela forma como são constituídas politicamente as instituições públicas locais e como se movimentam os atores socioeconômicos relacionados à dinâmica da gestão da política-administrativa, no caso, do Município de Fortaleza (1998-2002). Inquestionavelmente, as políticas públicas focalizadas são fundamentais à realização sustentável e institucionalização da socioeconomia solidária em Fortaleza:

*A construção e implementação de uma política de incentivo à economia solidária deve estar articulada com o projeto de desenvolvimento municipal e regional. A economia solidária pode ser um elemento de destaque na construção do projeto de desenvolvimento do Município por constituir-se de um conjunto de práticas e instituições baseadas na solidariedade e cooperação, convergente com os princípios do desenvolvimento sustentável e solidário* (**Desenvolvimento local e economia solidária: propostas de políticas públicas municipais**, op. cit., 2001:10).

Destarte, o Banco Palmas é um fenômeno real da sociedade civil excluída do mercado de trabalho em Fortaleza, pois é a realização de uma ação social comunitária local, que tenta exercitar a cidadania e desenvolver seu potencial microeconômico popular por direito. Para tanto, a fim de que a qualidade de cidadão seja realizada também nos projetos de socioeconomia solidária, viabilizando o desenvolvimento do trabalho solidário, sugerimos que a implementação de políticas públicas ao desenvolvimento humano sustentável no Conjunto Palmeiras deve considerar as seguintes diretrizes:

- 1) *Políticas de fomento aos empreendimentos solidários* em termos de assessoria e acompanhamento por parte do Poder Público, para grupos populares interessados na organização do trabalho solidário;
- 2) *Políticas de formação e qualificação profissionais*, dirigidas à criação de centros públicos de formação profissional para a promoção de cursos de qualificação para a gestão de empreendimentos, gestão de crédito, gestão de mercado, novas tecnologias, novos produtos e serviços, etc.

Nesse ponto, a parceria com instituições governamentais e não-governamentais locais é condição imprescindível;

- 3) *Políticas de mercado*, priorizando a criação de sistemas de informações: preços, fornecedores, clientes, licitações, com o objetivo de ampliar o acesso de empreendimentos solidários ao mercado consumidor local;
- 4) *Políticas de crédito solidário*, direcionadas à criação de fundos de financiamento para empreendimentos populares solidários, através de um Banco de Crédito Popular.

Portanto, até agora em nossa discussão, tudo isso nos leva a refletir que algumas das condições socioeconômicas responsáveis ao surgimento dessa socioeconomia solidária no Ceará, bem como ao aparecimento de um Banco de Crédito Popular Solidário em Fortaleza, relacionam-se ao exercício antipopular do projeto de reformas político-administrativas e econômicas do Estado neoliberal que, por seu turno, contribuiu também ao aprofundamento da descentralização (ou flexibilização) administrativa dos governos subnacionais e para a vulnerabilização do trabalho assalariado cearense, ampliando a desigualdade e a exclusão sociais, no caso, dos palmeirenses-que-vivem-do-trabalho. A rigor, com essa flexibilização administrativa do Poder Público, dentro da lógica neoliberal do Estado Mínimo, o corte substancial do gasto público para liberar recursos para a *inversão privada* promoveu a desregulamentação do mercado de trabalho assalariado e, por consequência, a formação da força laboral informal no Ceará. Isso tudo significa a redução do efeito redistributivo das políticas sociais comprometidas com a inclusão socioeconômica e a socialização da renda.

## **CAPÍTULO 3**

### **O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONJUNTO PALMEIRAS E SUA RELAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE DO TRABALHO SOLIDÁRIO (1998 – 2002)**

Esse capítulo evidencia como ocorreu o desenvolvimento sustentável do trabalho solidário, como forma de isenção social daqueles-que-vivem-do-trabalho no Conjunto Palmeiras. A rigor, esclarecemos que o exercício da cidadania dos palmeirenses é o principal objetivo desse novo tipo de trabalho, mas que se encontra limitado por fatores endógenos (subjativos) e exógenos (político-econômicos). Além do mais, dois fatos sociais se tornam intrigantes nas relações de trabalho em Fortaleza, diante da impossibilidade do Poder Público cearense em atender as demandas sociais crescentes. São fatos que incentivam a maquinação do trabalho solidário por intermédio de populares associados em resposta as dicotomias na relação trabalho/capital. O primeiro refere-se à privatização dos serviços públicos e sociais que, por seu turno, não trouxe algum benefício ou vantagens para a sociedade diante da desigualdade social. Por fim, o segundo enfatiza a questão da exclusão social diante do aumento do desemprego formal e da flexibilização do trabalho. Aqui, o objetivo é explicar que o papel social do trabalho solidário é ser uma alternativa de inserção social dos palmeirenses no mercado de trabalho formal, fora da lógica do capital.

#### **3.1. A sustentabilidade do trabalho solidário**

Os movimentos sociais começam a manifestar-se de forma marginal, sofrendo desde seus primeiros momentos, uma escassa atenção de parte da sociedade fortalezense. Assim, o movimento chamado socioeconomia solidária está marcado por essa incerteza: não sabemos o que dará de si. Mesmo assim, já enxergamos algumas de suas realizações

na busca do trabalho solidário. No entanto, sua difusão crescente e sua diversificação são fatores que convidam a cercar-se dele com curiosidade e interesse. Em suas análises e realizações se intui uma sensibilidade inquieta e criativa diante dos problemas da sociedade e da economia local.

Alguns fatores socioeconômicos de expressão nacional, como o desemprego estrutural e a vulnerabilização das relações de trabalho, estão influenciando direta e indiretamente tais transformações no mercado de trabalho em Fortaleza (**ANEXO XI**) e suscitando um novo paradigma de atuação para os trabalhadores excluídos. Tudo isso como conseqüência das profundas modificações que as estruturas macroeconômicas brasileiras vêm sofrendo, tanto na sua organização produtiva, como nos seus ideais e valores.

No caso de Fortaleza, os governos subnacionais, na tentativa de justificar as reformas político-administrativas que flexibilizam as estruturas de intervenção do Poder Público, restringem suas funções e práticas sociais transferindo-as para a livre iniciativa privada (PARENTE, 2002). Hoje, os serviços públicos estão sendo fortalecidos com a expansão de muitos movimentos sociais na forma de organizações voluntárias e não-governamentais. Mas ainda não é o suficiente para garantir o bem-estar ou a seguridade social dos cidadãos, pois isto é o papel constitucional do Estado e do Município cearenses.

A maneira desfocalizada pela qual as políticas sociais cearenses vêm sendo orientadas revela uma única alternativa: o domínio absoluto do mercado. As ações sociais desenvolvidas pelo poder subnacional vão apenas minimizar as situações de extrema miséria daqueles-que-vivem-do-trabalho, distanciando-se dos seus objetivos precípuos de alterar as condições de desigualdades e exclusão sociais. Com uma certa mobilidade política das organizações voluntárias e não-governamentais em Fortaleza, esses movimentos sociais pelo menos garantiram um certo amadurecimento da base política popular, facilitando suas formas de agir que conduzirão à garantia dos direitos sociais por parte do poder subnacional. Para tanto, os agentes sociais devem reproduzir a cultura política democrática para a manutenção de seus espaços, e o fortalecimento dos diversos segmentos sociais.

É com essa preponderância de poder subnacional flexibilizado que os agravamentos provocados pela conhecida questão social ampliada — que corresponde aos



problemas sociais do país, no contexto da globalização — atingem crescentes parcelas da população fortalezense tornando-se um dos mais candentes desafios para a sociedade.

Em relação à política estadual de desenvolvimento sustentável do Governo das Mudanças (Tasso Jereissati), creditar exclusivamente ao progresso tecnológico a conta dos problemas de desemprego e exclusão social é ignorar a evidência dos desastrosos resultados dos itens da pauta neoliberal. Sendo assim, no bojo de seus ideais, o neoliberalismo confirma a reconfiguração das fronteiras subnacionais e prevê, antes de tudo, a modificação das funções do Estado cearense: a diminuição das suas atividades, a redução do seu tamanho econômico e o estabelecimento da supremacia do mercado. Surge assim o Estado Mínimo cearense que é o esvaziamento das chamadas funções do poder subnacional, o que se reflete na diminuição das propostas de políticas públicas, em todos os níveis e setores. Esta posição às vezes se torna extremada e equivocada, chegando às beiras de um “Estado Ausente” e, por conseqüência, numa total falta de rumos estabelecidos, ou seja, de políticas explícitas e bem pensadas (PARENTE, 2002).

Dessa feita, subjazem os pressupostos básicos de intervenção do poder subnacional que deveria assegurar e garantir todos os interesses e direitos da sociedade, possibilitando, assim, o afastamento das seqüelas malignas do capitalismo, que se tornaram impeditivos para a vida digna dos cidadãos. Todavia, ocorre justamente o contrário, a sobrevalorização da esfera econômica e limitado investimento nas áreas sociais.

No entanto, o investimento restrito nas áreas sociais fortalezenses torna-se problema crônico, acompanhado de processos burocráticos e de difícil configuração, deixando cada vez mais árdua a tarefa de se desenvolverem mecanismos que supram a falta de articulação subnacional em prol da emancipação da sociedade. Esse processo de descentralização e reorganização do Estado e do Município atinge todos os setores da sociedade civil e traz, aos profissionais que atuam na área social, especialmente os assistentes sociais, um novo desafio em relação ao âmbito das políticas sociais.

Os serviços considerados não exclusivos do poder subnacional passam a requerer planejamento e efetividade com orientação dos gastos públicos e projetos mais estruturados para a viabilização de resultados consistentes. O tema gestão amplia, assim, o seu enfoque ao se ligar às questões de enfrentamento da questão social. Seus detalhamentos técnicos, oriundos da área da administração, sustentam os preceitos das

funções gerenciais de Fayol — planejar, organizar, dirigir, controlar — e dentre essas uma série de orientações para a organização de projetos de ação subnacional para a gestão das políticas públicas.

Quando recorremos a discussão sobre a questão social na sociedade de Fortaleza é porque achamos conveniente analisar o ajuste das ações subnacionais à globalização, como já dissemos antes, e colocá-la frente a determinados procedimentos democráticos e de emancipação da sociedade civil para encontrar, nela, um item que nos permita entender o mundo do trabalho. Além de ser uma questão contemporânea e global a questão do trabalho torna-se também uma problemática local que deve ser trabalhada pelo sistema político, só que antes, difundida pelo conjunto da sociedade.

Afinal, é através da colocação de questões discursivas sobre determinados procedimentos democráticos, relativos à inserção do trabalhador no mercado de trabalho, que se busca obter consensos públicos para sua legitimação política. São idéias tiradas e trabalhadas do meio onde se encontra a classe trabalhadora, com o objetivo de cristalizá-las como opinião pública, valendo-se dos procedimentos democráticos legais (SINGER e SOUZA, 2002). Estes existem na forma original, como normas e leis presentes na Constituição brasileira.

Nesse momento, os indivíduos precisam atuar na esfera pública para que as questões sociais tenham ressonância, sendo trabalhadas pelo sistema político. Assim desejamos uma sociedade civil fortalezense revigorada e que esteja preparada contra as agressões e desvios de muitos agentes sociais da esfera pública, que visam apenas a manutenção do poder institucional nos processos políticos verticais. A esfera subnacional não tem sua existência firmada apenas na concepção de vantagens materiais e reforço de poder organizacional para aqueles agentes sociais que se utilizam dela com intuito de influenciar o sistema político. Na verdade são os procedimentos horizontais, os almejados pela sociedade civil, aqueles que visam estender seu raio de ação relacionado às questões sociais mais amplas.

Por isso, é compreensível estar sempre retomando as análises críticas sobre determinados grupos de interesses que comungam os ideais neoliberais. Também ter presente a discussão da forma arbitrária com que estes grupos estabelecem seu relacionamento com a esfera subnacional, submetendo-se ao conjunto de imposições

político-econômicas de grupos internacionais, em detrimento das obrigações do Poder Público perante a sociedade.

Nesse contexto, os governos subnacionais têm ao seu redor novas demandas, nas quais os trabalhadores, que não se encaixam a nova era da informatização e da globalização, estão destinados a pertencer a uma subclasse que não consegue garantir seus direitos de sobrevivência, sendo expulsos do mercado formal para o mercado informal.

Somado a esse agravante social, constata-se a constante diminuição da produtividade dos serviços públicos eficientes, devido aos ônus impostos pela própria evolução tecnológica incorporada nos serviços sociais com custos elevados. O que impera é a lógica ineficiente das concorrências públicas que coloca o setor público em um nível de baixa qualificação e ineficácia ao atendimento do interesse público. As relações clientelitas aprofundam demasiadamente esses antagonismos, em defesa de interesses particulares e de servidores parasitários do sistema de serviço público.

Contudo, duas questões se tornam intrigantes nesta virada de século, diante da impossibilidade do Município de Fortaleza em atender as demandas sociais crescentes. A primeira é saber se com a privatização (ou com a reforma administrativa) dos serviços públicos e sociais, a sociedade se beneficiará destas vantagens. A segunda, como evitar a exclusão social diante do novo modelo global com o aumento do desemprego formal e da flexibilização do trabalho.

Sem dúvida, é na esfera pública que as questões sociais poderão ser discutidas e processadas em favor das conquistas sociais trabalhistas, questionando a ofensiva neoliberal — que reduz as possibilidades de sobrevivência de grupos e classes sociais sem estarem inseridos nas relações de mercado. E, também, é na esfera pública que poderão ocorrer as principais discussões e os acertos necessários as conquistas em prol dos avanços democráticos da sociedade.

Com o fortalecimento da sociedade civil, essas questões, senão resolvidas, pelo menos garantirão o crescimento da base política, dos que não conseguem fazer parte desse mercado de trabalho cada vez mais seletivo, e terão forças para exigir a garantia dos seus direitos sociais por parte, também, do Município. Para tanto, num trabalho contínuo, os agentes sociais devem reproduzir a cultura política da democracia participativa para

garantia da manutenção dos direitos sociais.

Não se quer dizer que os agentes sociais devam recorrer a arranjos institucionais para a garantia dos direitos sociais. É necessário um questionamento mais crítico das condições que levam às extremas desigualdades por serem de ordem estrutural e estarem relacionadas com as mudanças no mundo do trabalho. Tais mudanças giram mais em torno da esfera que dita as normas econômicas do que da esfera que dita as normas políticas, sufocando as expressões coletivas de solidariedade e a perda da liberdade de contestação (GAIGER, 1998 e 1999).

Ademais, estamos na época da globalização do capitalismo, na qual o comércio é livre e assume um importante papel no sentido de devolver ao capital uma liberdade de escolha, dinamizado pelo desenvolvimento de novas tecnologias (IANNI, 2001ab). Com isso, muitas mudanças estão ocorrendo no mundo do trabalho, como consequência das profundas transformações que o capitalismo vem sofrendo, tanto na sua estrutura produtiva, como nos seus ideais e valores.

Em Fortaleza, o modelo neoliberal apresenta uma proposta de desregulamentação econômica gerando uma nova forma de pobreza que tem como foco a redução dos custos do Município e a precarização das condições de trabalho em uma sociedade cearense que se vale das políticas de Estado Mínimo. Não quer dizer que o seu tamanho tenha sido reduzido, mas sua responsabilidade perante o social é delegada a parceiros que devem seguir as pautas e metas do novo paradigma, por exigência de um mercado externo. Na tentativa de justificar essas políticas antipopulares, os governos restringem suas funções e práticas sociais transferindo-as para a coletividade.

Hoje, no Brasil, os serviços públicos são fortalecidos com a expansão de muitos movimentos sociais na forma de organizações voluntárias e não-governamentais. No entanto, há que se ter uma visão crítica com relação aos diferentes significados contraditórios que essas mesmas organizações podem revelar. Algumas colocam em pauta práticas que norteiam princípios igualitários, reconhecendo os reais direitos da população perante o poder subnacional. Outras criam o espírito de solidariedade que reforça o conceito de pobre e de fraco, ajustando-se como mais um dos instrumentos do neoliberalismo.

Em vista disso, a partir de nossa pesquisa empírica e na literatura sobre a temática abordada em nossa dissertação de mestrado, o presente trabalho discute como se deu a experiência popular de produção econômica solidária e de geração de renda que se dissemina em Fortaleza. Assim, encontramos a prática de um Banco de Crédito Popular Solidário (**ANEXO XII**) no Conjunto Palmeiras, indicada em alguns estudos, na formação de uma economia popular solidária — *integrada à economia de mercado* segundo uma lógica não-mercantil, distinta da lógica capitalista — na qual reside uma alternativa de luta para os palmeirenses de baixa renda diante dos processos de empobrecimento e de exclusão social que hoje os atingem. Destarte, compreendemos que o solidarismo econômico no conjunto Palmeiras, com algumas limitações subjetivas, incentiva uma nova forma social de produção — o trabalho solidário (ou empreendimento solidário).

A emergência e a discreta e progressiva estruturação dessa experiência popular de organização solidária e defesa de interesses em Fortaleza constitui um traço marcante, tendo por base estruturas de cunho comunitário e o apoio de instituições civis — como a Igreja Católica e as ONG's. Assim, essa mesma experiência está voltada ora às chamadas políticas públicas sustentáveis (saúde, habitação, educação, etc.), ora a atividades microeconômicas populares, segundo princípios cooperativos. É uma nova microexperiência popular pelo fato de visar soluções para demandas de trabalhadores excluídos de mercado de trabalho local, cujo atendimento se buscava anteriormente por meio de pressões de massa que acionassem a capacidade provedora do poder subnacional.

No rol dessa experiência de produção econômica solidária e geração de renda, no Conjunto Palmeiras, contam-se números empreendimentos de caráter semifamiliar ou grupal, sob forma de microempresas, pequenas oficinas e sociedades informais, funcionando de maneira permanente, temporária ou mesmo ocasional. Suas atividades econômicas solidária englobam, além do plantio e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, o beneficiamento e a produção semi-artesanal de alimentos, confecções, artigos de limpeza etc. Junto com outras formas de subsistência, nessa experiência de geração de renda encontram-se asilados os segmentos marginalizados dos sistemas convencionais de geração e distribuição de recursos, assentes no mercado capitalista, no Estado do Ceará e no Município de Fortaleza.

Apenas recentemente essa realidade da socioeconomia solidária no Conjunto

Palmeiras tornou-se objeto de estudos mais abrangentes e sistemáticos. Por um lado, devido ao caráter circunstancial e efêmero dessa iniciativa, o que, além de dificultar o registro e acompanhamento da mesma, afeta a sua identidade a as chances de constituírem um movimento comum. Por outro lado, em razão de sua presença polimorfa e difusa no tecido social, aparentemente alheia aos grandes embates travados no campo popular e, portanto, de menor expressão na óptica de interpretação predominante no período (GAIGER, 1998).

Essa experiência palmeirense vem propiciando resultados tangíveis que merecem atenção. Em primeiro lugar, tem garantido a sobrevivência imediata e a subsistência de alguns palmeirenses excluídos (1998-2002). Além disso, também possibilita o aprendizado de algum ofício, o domínio de técnicas simples e, portanto, algum crescimento profissional. A ação comunitária solidária a que nos referimos resgata ainda valores e práticas deixadas no esquecimento, dando aos palmeirenses um novo sentido e amplitude ao propiciar uma reconstrução pessoal aos trabalhadores; estar incluído em alguma coisa tem sido o primeiro passo para a recuperação da autoconfiança, da dignidade e da autonomia. Mesmo assim, em alguns casos observa-se uma não-ruptura com o padrão paternalista dominante na assistência às populações pobres. Já há uma limitação de base cultural que a subjetividade impõe ao desenvolvimento de uma atitude cidadã de parte das pessoas envolvidas nessa experiência solidária. A consciência em relação aos direitos civis e o envolvimento ativo na Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras são precários, quando nos referimos à maioria dos palmeirenses. A inexistência da organização política mobilizadora dos moradores é clarividente.

Ao que se tem observado, o desenrolar dessa experiência solidária depende da forma peculiar que assumem as pressões estruturais, combinadas às circunstâncias imediatas, sobre as diferentes categorias que a elas acorrem como meios de defesa e sustento. O perfil heterogêneo dessa população palmeirense varia de situações de penúria extrema a pequenos empreendedores com algum patrimônio e margem de capitalização — introduz metas e dinâmicas diferenciadas, a que se agregam fatores subjetivos decorrentes da natureza eminentemente voluntarista dessas iniciativas. Daí haver reticências quanto ao seu alcance social, à medida que poderiam resultar num simples acomodamento à ordem vigente, desviando as energias do campo popular das lutas maiores e decisivas, frente às quais deveriam ser meios e não fins (SINGER e SOUZA, 2000). Numa outra leitura, essa

microexperiência cumpriria um papel fundamental na formação de indivíduos e grupos com capacidade de ação, advinda não da assimilação dos modelos preconizados pela teoria social, mas da vivência de reorganização da vida cotidiana e, por extensão, das esferas da vida social (GAIGER, 1999).

Não obstante as controvérsias quanto ao alcance dessa experiência solidária, percebemos uma gradativa mudança de enfoque. Alguns anos atrás, ela era vista basicamente como resposta emergencial, tópica, com um efeito paliativo ou como um mero consolo diante de situações de pobreza e miséria. Colocada na larga vala do reformismo, ela poderia na melhor das hipóteses valer como uma ação temporária, na expectativa de melhores condições para o ingresso das populações marginalizadas na economia formal e para sua organização a partir — mesmo se não exclusivamente — das relações de produção. Atualmente, torna-se mais receptiva a interpretação que admite ser uma resposta necessária a demandas urgentes, vindo aí ademais a base para uma reconstrução do tecido social em que vivem os trabalhadores excluídos, cuja tendência à decomposição, sem essa ação contra-ofensiva, alcançaria níveis intoleráveis. Embora reativa em seu início, essa experiência solidária e os programas populares que as sustentam poderiam evoluir para uma ação propositiva, com reflexos concretos no campo vicejante das políticas públicas e nos embates que hoje definem os rumos da sociedade fortalezense. Ela poderia constituir não uma frente pré-política, mas uma ação de fronteira, geradora de embriões de novas formas de produção e estimuladora de formas devida econômica e social solidárias.

Destarte, o tema da pobreza e da erradicação da miséria voltou com urgência nos projetos subnacionais. Desfeita a expectativa depositada no crescimento econômico e constatada a insuficiência das políticas compensatórias, os empreendimentos solidários de geração de renda ganham novo valor. Eles adotam, em seu favor, o princípio de fortalecer a capacidade produtiva dos empobrecidos. E sua principal capacidade é, em primeiro lugar, seu trabalho (SINGER, 2002a).

Sendo assim, o contexto que viabilizou o surgimento do trabalho solidário em Fortaleza (1998) considerou as transformações na organização do processo de trabalho (flexibilização e vulnerabilização), que diminuíram gradativamente a capacidade de absorção de mão-de-obra pelo mercado local e, ao intensificarem a capitalização dos fatores de produção (como a terra), excluíram de sua posse os trabalhadores e, por

consequente, minaram seu acesso aos meios e aos serviços essenciais a sua subsistência. Ao mesmo tempo, o poder subnacional mergulhou nas crises fiscal e administrativa, reduzindo com isso sua capacidade de absorção da mão-de-obra excedente e os recursos disponíveis para as políticas sociais.

Diante desse novo cenário, na capital cearense cresceu então a aposta no potencial das pequenas experiências de economia comunitária, sem que, no entanto, até o momento se tenha verificado, com a devida atenção, sua real concretização. Contribuir reflexivamente para esse balanço parece-nos oportuno, no momento em que se acumula um longo período de progressiva desorganização e segregação social, em que se redesenham os atores e as condições de ação sociopolítica e em que os setores progressistas subnacionais reavaliam os seus modelos programáticos e estratégicos de transformação macrossocial.

Convém agora novamente frisar que os programas e as experiências solidárias estão em construção em Fortaleza. Nesse caso particular do Conjunto Palmeiras, observamos que a experiência do trabalho solidário busca transcender o patamar de subsistência e tornar-se empreendimento econômico local. Embora vulnerável, o trabalho solidário alcança estabilidade mínima e viabilidade em médio prazo. Nessa situação, o Banco Palmas planeja a construção da sustentabilidade desse novo tipo de trabalho, que se volta para inserção social dos palmeirenses-que-vivem-do-trabalho.

A experiência do trabalho solidário possui a tendência de multiplicar vínculos que se vislumbra a gênese de uma economia popular solidária, no espaço da economia de mercado e em contraposição à sua lógica mercantilista (SINGER, 2000 e GAIGER, 1991). Por tal assertiva, entende-se não um novo subsistema econômico, mas uma forma de inserção social diferente de outras racionalidades econômicas.

Essas iniciativas inserem-se numa realidade mais ampla, relativa ao desenvolvimento de uma economia tipicamente popular, em que coexistem atores diversos e se sobrepõem interações locais. Ela constitui uma forma de economia aos excluídos do mercado de trabalho em Fortaleza, por atender setores sociais sem porvir e apresentar condições de viabilidade. Esse segmento econômico por certo não exclui outros agentes e tampouco dispensa o poder subnacional. Sua viabilização e perdurância dependem ademais de modificações de maior envergadura no cenário social local. Por outro lado, o trabalho



solidário abre caminho para repensar de forma não dicotômica os vínculos entre o econômico e o social.

Contudo, nem toda a economia popular é solidária e esta envolve também outros segmentos sociais. Buscando melhor qualificá-la, diríamos que engloba os setores cuja ação econômica segue uma lógica distinta, referencia-se num novo espaço social e almeja um novo tipo de desenvolvimento (GAIGER, 1998). A socioeconomia solidária, em primeiro lugar, orienta-se primordialmente pela lógica da gratuidade, a partir da qual sustenta suas estratégias cooperativas e suas relações de troca, à diferença da lógica mercantil, fundada na mercadoria e na competição, e da lógica do direito, que pauta a ação do Estado e as reivindicações a ele dirigidas. Ela nasce de uma atitude crítica frente ao capitalismo: sem desconhecê-lo como único sistema econômico mundial na atualidade e ponto de partida inevitável, orienta-se por valores não mercantis, como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia (SINGER, 2002a e OLIVEIRA, 1995). Fundada na cooperação entre produtores e consumidores locais e buscando a satisfação possível (com vistas ao desenvolvimento humano sustentável), a socioeconomia solidária estaria abrindo a possibilidade de um mercado não-capitalista, no qual as experiências de geração de renda, bem mais que um último recurso, venham a orientar-se por uma lógica de crescimento e expansão. Mas ainda se encontra em construção na cidade de Fortaleza — Conjunto Palmeiras.

No que diz respeito à realidade fortalezense, as nossas observações têm constatado as dificuldades que os pequenos empreendimentos solidários enfrentam para tornarem-se viáveis e promissores. No entanto, experiências de trabalho solidário bem-sucedidas existem, cujo estudo pormenorizado poderia revelar em que condições os grupos de geração de renda vencem os principais desafios e evoluem para empreendimentos econômicos solidários, funcionando então como esteios de uma economia popular em formação.

No Conjunto Palmeiras, não se desconhece que as vantagens de iniciativas de trabalho solidário em pequena escala (flexibilidade, atendimento a necessidades urgentes, alto nível de motivação, desburocratização) constituem também seus pontos vulneráveis (voluntarismo, inconstância, baixa produtividade, limites à capitalização).

Muitos empreendimentos solidários formam-se por motivações imediatistas, de

curto prazo, como possibilidade de trabalho, acesso ao crédito, as políticas públicas, etc. Sem uma dimensão estratégica e ressentindo-se de processos formativos, os grupos de trabalhadores palmeirenses não mantêm um projeto coletivo e solidário de longo prazo.

*Ela exige dos seus integrantes uma opção contra valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho. Por isso, seu nascimento requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar amparar tais empreendimentos), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONG's) etc (SINGER e SOUZA, 2000:22-23).*

Além disso, a maioria dos trabalhadores ainda está presa ideologicamente à subordinação, possuindo precários conhecimentos de gestão e baixíssimo espírito empreendedor. Ora, essa debilidade empreendedora dos trabalhadores palmeirenses refere-se à impossibilidade de dirigir os próprios negócios, pois, culturalmente, encontram-se atados às relações alienadas do trabalho capitalista (MARX, 2001b), reproduzindo continuamente a relação de dominação legal centrada na obediência e na execução das ordens (WEBER, 1999, parte 2). Assim, esses trabalhadores não conseguem desenvolver uma participação democrática nos empreendimentos locais, porque estão acostumados a receber ordens, em vez de perpetuarem a participação solidária de todos nos interesses da organização local.

Nesse sentido, a socioeconomia solidária deve ser entendida como um sistema de organização das atividades sociais desenvolvidas mediante a cooperação entre trabalhadores locais, onde as decisões relativas à organização são diretamente tomadas por quantos aí participarem, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade. Como efeito, isso cria um interesse coletivo no desenvolvimento sustentável das relações de trabalho solidário ao possibilitar a descentralização do poder. Assim, entendemos que o sucesso dos empreendimentos solidários no Conjunto Palmeiras depende de um processo gradativo de mudança cultural e de comportamentos, combinado com a capacitação técnica.

Pensar teoricamente sobre essa realidade, nos requer cautela e certo distanciamento analítico, sob pena de o entusiasmo trair o realismo e deixar desapercibidos as ambivalências e as descontinuidades de um campo de possibilidades,

que importa reconhecer como tal e não como uma realidade inelutável. Olhar com interesse, por outro lado, pode ser um elemento de lucidez, no sentido de melhor perscrutar sinais positivos e, com a consciência de se trabalhar num terreno movediço, assumir a tarefa de clarificar ou reformular conceitos e teses seguidamente postos sob suspeita.

Um dos pontos nevrálgicos, em que resistências teóricas comumente se evidenciam, diz respeito à relação da socioeconomia solidária com o mercado. Conviria em primeiro lugar recordar que o mercado responde, em sua gênese, à necessidade de intercâmbio e encontro entre povos e civilizações, não sendo em absoluto uma criação ou apanágio da economia capitalista<sup>1</sup>. Da mesma forma, no Conjunto Palmeiras, a geração de excedentes e de benefícios, típicos das iniciativas caracterizadas como miniempreendimentos, não são exclusividades do capitalismo. A pergunta correta nos parece a seguinte: é possível para a socioeconomia solidária, no ambiente econômico contemporâneo, retirar o trabalho da condição de mercadoria e esta da condição de fetiche, descaracterizando assim, em seu âmbito próprio, a produção e o mercado capitalista?

As quebras da divisão social do trabalho e da apropriação unilateral do excedente constituem a base diferencial dos empreendimentos solidários no Conjunto Palmeiras. Eles criam um novo patamar de participação e satisfação, humanizando as relações entre produtores e consumidores e respondendo igualmente a aspirações não monetárias. Existem ademais deficiências e demandas estruturais não atendidas pelo mercado convencional. O fato de que os empreendimentos solidários busquem competitividade e eficácia, sem perder de vista as relações econômicas dominantes e lançando mão, simultaneamente, de alternativas não mercantis de captação de recursos, e quanto a isso altamente positivo. O desafio consiste em tirar proveito das estruturas e possibilidades oferecidas pelo sistema econômico para a consolidação de cada empreendimento e a multiplicação de vínculos recíprocos<sup>2</sup>. Numa realidade em que os agentes sociais encontram-se em estreita interdependência, a auto-suficiência não é um quesito indispensável da auto-sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Dizer que o Mercado nasceu para viabilizar as trocas não implica supor uma capacidade ou tendência natural para harmoniza-las.

<sup>2</sup> São oportunas as conclusões de NÚÑEZ, 1997:56 — “pouco a pouco, caem certos preconceitos: que os pobres não podem aceder o crédito como produtores ou pequenos empreendedores, que os produtores associados não podem desenvolver estratégias de mercado para sobreviver e fazer concorrência, que a economia popular não pode ter projeto de acumulação para reinvestir de forma associativa seus ganhos ou não pode competir suficientemente com a economia capitalista sem entrar no círculo vicioso de crescimento, acumulação e exploração. É a prática que o demonstra”.

O essencial é perceber que a lógica dos empreendimentos solidários difere da lógica da empresa capitalista e da lógica do Estado brasileiro. Nesse caso, o Estado cearense e o Município de Fortaleza vêm-se, de certa forma, compelidos a abandonar o papel de tutela e a assumir uma condição de parceiros de agentes que reclamam o pleno reconhecimento dos poderes públicos e que rejeitam serem vistos como meros alvos das políticas sociais.

É preciso superar o binômio Estado/mercado. Não vendo nele os vetores centrais, senão exclusivos, do desenvolvimento humano sustentável. A socioeconomia solidária luta contra os ditames de um sistema capitalista produtor de mercadorias, cuja marca fundamental é a mercantilização do trabalho e da vida (MARX, 2001b).

Conquanto, um ponto de partida para o delineamento de nossas reflexões atentas à realidade do trabalho solidário, no Conjunto Palmeiras, estaria em reconhecer que as iniciativas de socioeconomia solidária chocam-se seguidamente com obstáculos locais que tornam seus resultados passageiros. Barreiras diversas, muitas vezes intransponíveis, acabam por impedir sua viabilização a médio e longo prazo. Os desafios mais sérios apresentam-se sob a esfera econômica. Problemas de gerenciamento, por falta de preparo ou de soluções organizativas, ao lado de dificuldades para repor o capital de giro realizado pelo Banco Palmas, são muito frequentes a ponto de darem a impressão de que as feições solidárias que essas experiências procuram assumir tomam-se um empecilho, em certo momento, ao aprimoramento gerencial e à maior eficiência, comprometendo assim, já na raiz, as suas chances de continuidade e crescimento.

As razões que permitem a experiência solidária palmeirense superar essas barreiras não são plenamente conhecidas com clareza. No entanto, os dados já reunidos e analisados sobre o assunto permitem formular a hipótese de que a força dos empreendimentos solidários residiria no fato de combinarem, de forma original, o espírito empresarial — no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais — e o espírito solidário, de tal maneira que a própria cooperação funciona como vetor da racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente à ação individual.

O termo empresarial, dissociado da semântica que o vincula apenas ao empresário capitalista, designa aqui a incorporação de elementos necessários à sustentação

dos miniempreendimentos nas condições econômicas atuais, como seja a qualificação técnica, a produtividade, a estratégia de mercado e a ampliação do capital. A diferença está em que a busca de maior racionalidade vale-se nesse caso da cooperação e da exploração das potencialidades do trabalho consorciado, em benefício dos próprios produtores. Esse espírito distingue-se da racionalidade capitalista — que não é solidária nem inclusiva — e da solidariedade comunitária — à qual faltam os instrumentos adequados ao desempenho econômico na sociedade contemporânea.

Aqui se admite, portanto, que a união das forças e aptidões individuais pode funcionar como mola mestra da empresa solidária, apresentando efeitos reais e tangíveis no interior da operação econômica, tanto no processo de produção quanto nos de distribuição e consumo (RAZETO, 1993). O trabalho cooperativo representaria não somente uma opção pelo solidarismo, mas uma alavanca que toma os pequenos empreendimentos superiores ao trabalho artesanal e individualizado dos pequenos produtores autônomos, além de mais resistentes aos efeitos venenosos do capitalismo. A virtude dos empreendimentos solidários está em que permitem avançar nessa direção sem desfigurar, mas, pelo contrário, fortalecendo o seu caráter cooperativo (SINGER 2002a).

A auto-sustentação do trabalho solidário palmeirense pressupõe ademais não apenas a reposição dos fatores produtivos, mas investimentos continuados e, por conseguinte, alguma geração de excedentes, ainda que condicionada por fatores alheios ao controle do grupo. Da mesma forma, observamos que os benefícios adquiridos mantêm-se em fluxo crescente que justificam, em certa medida, o envolvimento progressivo dos indivíduos e permite maior utilização das vantagens do trabalho solidário.

Nos empreendimentos solidários palmeirenses encontramos um solidarismo que penetra o cotidiano dos indivíduos de cada grupo, não como algo oportuno ou ocasional, mas como um princípio para a vida diária e uma postura diante dos problemas pessoais e coletivos. Trata-se em suma de um trabalho socialmente produtivo e igualmente educativo que possibilitou o tratamento integrado das questões econômicas com outros aspectos da vida social.

Do ponto de vista da economia política, a incorporação, pelos empreendimentos solidários, do *modus operandi* e da base técnica da economia moderna, sem com isso descaracterizarem-se, pode ser indício de um processo de constituição de

uma nova forma social de produção, distinta e ao mesmo tempo compatível com as relações típicas do modo de produção capitalista (CAIGER, 1999). De acordo com as teorias elaboradas por Karl Marx para dar conta das relações entre as formas econômicas particulares e a totalidade social, essa hipótese asseguraria a reprodução da forma solidária de organização do trabalho, preservando sua natureza própria e criando a possibilidade de surgir um novo setor econômico, pequeno provavelmente, mas dinâmico e expansivo.

Por certo, trata-se de uma realidade viva e aberta a diferentes evoluções. As chances de transpor um novo patamar qualitativo tendem, no entanto, a crescer à medida que, além da incorporação da base técnica capitalista, a forma solidária começa ela mesma a renovar o conteúdo material do processo de trabalho, a desenvolver novas forças produtivas, materiais e intelectuais, adaptadas às suas especificidades.

Essa hipótese não quer obviamente sugerir que a socioeconomia solidária palmeirense venha a confrontar-se em pé de igualdade com o sistema capitalista. Corretamente entendida, ela pode servir como baliza para o estudo da gênese e da formação de uma economia popular de novo tipo. Sem dúvida, importaria para isso observar que, durante a vigência de um modo de produção, inúmeras formas secundárias podem surgir, expandir-se e desaparecer (OLIVEIRA, 1995). O modo de produção capitalista como os demais, articula-se com diversas formas de produção, além daquela que lhe é específica. Sua força reside em sua capacidade de renovar constantemente a sua base material e impô-la ao conjunto dos setores produtivos. Quando, no entanto, algum deles torna-se capaz de integrar a nova base técnica à sua forma social de produção peculiar, então assegura sua existência dentro do capitalismo, preservando sua natureza intrínseca e multiplicando suas chances de expansão (SINGER, 2002a). Nesse contexto, as estratégias de relacionamento com o capital ganham outro significado. A assimilação de determinados parâmetros, tais como a eficiência e a competitividade, não implica necessariamente que na socioeconomia solidária se reproduzam as relações hierárquicas ou a concepção restrita de modernização típica do capitalismo.

Ora, o trabalho assalariado no capitalismo é que produz mercadoria, atribuindo-lhe novo valor e significado. E algo que não pertence mais ao trabalhador, pois este não mais se identifica e, muito menos, se realiza em seu labor. É-lhe um objeto estranho (MARX, 2001b). Por isso, é fundamental à socioeconomia solidária humanizar as

relações de trabalho no Conjunto Palmeiras, excluindo os mecanismos criadores da “composição orgânica do capital” que são fundamentais à perpetuação da lógica econômica capitalista. Nesse sentido, Karl Marx avalia a condição do homem em seu trabalho assalariado:

*O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior o número de bens produz. Com a valorização do mudo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2001b:111).*

Sem dúvida, Marx propõe a valorização do mundo dos homens sobre o mundo das coisas: a realização da subjetividade do homem sobre a objetividade mecânica do trabalho. Com o intuito de valorizar o trabalhador ao torná-lo participativo e criativo à administração da sustentabilidade do trabalho humanizado, como recurso contrário à alienação do próprio homem. Ou seja, o valor de uso das coisas não deve estar subordinado ao seu valor de troca. Isso significa que os interesses da esfera social devem ser determinantes dos objetivos da esfera econômica, apesar de serem complementares entre si. A subordinação dos interesses econômicos aos do social é fundamental à humanização das relações de trabalho.

O que parece estar em jogo, efetivamente, é a ativação do princípio da reciprocidade num ambiente moderno e democrático, de forma que o solidarismo sustente um processo alternativo de desenvolvimento humano. Como já referimos, as observações mais recentes sobre os empreendimentos solidários palmeirenses sinalizam uma viva germinação, num indicio próspero de que a socioeconomia solidária venha a desempenhar um papel modelar e uma função de contrapeso na contenda entre diferentes alternativas de desenvolvimento local.

E nesse momento em que a socioeconomia solidária possibilita a inserção social dos palmeirenses ao organizar e desenvolver o trabalho autônomo local e o direito ao “crédito popular” capazes de construir não só o acesso ao consumo, e sim a cidadania, onde os moradores criam a sua própria renda, facilitando o acesso aos bens e serviços de

qualidade e de baixo custo à realização das necessidades individuais e coletivas. A realização dos palmeirenses em seu meio social é o objetivo da socioeconomia solidária. Por isso, os projetos de desenvolvimento da sustentabilidade do trabalho solidário combatem a vulnerabilização do trabalho local, como uma alternativa luta contra a ilusória democracia de mercado. É uma tentativa dos palmeirenses serem os sujeitos da própria história local. Segundo Karl Marx:

*Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (Ibidem, 2000:15).*

Portanto, o desafio está colocado para quem não vê na socioeconomia solidária mais uma moda empolgante em Fortaleza, mas uma possibilidade real, histórica de transformação das relações trabalho local, onde o desenvolvimento de políticas públicas no Conjunto Palmeiras favorece o processo de construção do trabalho solidário sustentável, cujo papel social é ser uma alternativa de inserção social dos palmeirenses no mercado de trabalho formal e fora da lógica do capital. Então, o Banco Palmas é apreendido como sujeito viabilizador desse processo de estruturação da sustentabilidade do trabalho solidário, porque busca modificar o sentido do trabalho e a formação de rentabilidade local, incentivando a geração de renda ao possibilitar a prática de suas estratégias de desenvolvimento humano sustentável. Eis como se deu o trabalho solidário como uma alternativa que vem sendo socialmente construída, através do Banco Palmas, como solução democrática à crise do trabalho assalariado diante da questão do desemprego, da exclusão social no Conjunto Palmeiras, de 1998 a 2002.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das experiências nacionais os diferentes atores sociais vêm redefinindo as políticas públicas e sistemas de emprego, assim como as formas de capacitação e crédito adequando-as aos elementos estruturais e conjunturais que se relacionam com o caráter precário e de baixa acumulação do universo dos pequenos e micros agentes econômicos. O referencial adotado no Brasil para tratar da questão do microempreendimento popular urbano é o da potencialidade para a geração de trabalho e renda. O tema do desenvolvimento humano sustentável, assim como das políticas de microcrédito solidários também se orientam nessa perspectiva. E, ainda mais, as temáticas sobre a socioeconomia popular solidária e a economia social se projetam como uma questão política decisiva no tratamento do contexto de precarização do trabalho nas regiões metropolitanas do país (SINGER e SOUZA, 2000).

O conceito de economia popular solidária introduz uma novidade na compreensão da economia e outra na compreensão da política. Ou seja, falar de economia popular solidária é transformar o significado da própria economia no sentido de recuperar sua dimensão ética — flagrantemente negada pelas posições neoclássicas de matriz liberal e de alguma forma também pelas posições marxistas ortodoxas. Mas não só, é entender o lugar da economia no processo de transformação social como exercício político, um novo lugar.

Os adjetivos “popular” e “solidária” cumprem um papel substantivo, reorientando o sentido do substantivo que qualificam. Ao dizer economia popular, podemos apenas estar nos referindo à chamada economia de sobrevivência, marginal à

economia de mercado. Prefiro entender popular no sentido substantivo de uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades — sempre novas — dos seres humanos, na perspectiva do bem viver de todos e para todos. A serviço, portanto, do homem - invertendo a lógica fetichista da economia capitalista.

E ao dizer economia solidária, damos o caráter prático que busca recuperar a igualdade como condição do exercício da liberdade, já que a realização da solidariedade implica na criação de condições históricas de igualdade no exercício da liberdade. A plenitude da liberdade, neste sentido, não se dá pela livre iniciativa individual, mas na liberdade de iniciativa solidária, como exercício público de objetivos, que deve levar em conta interesses individuais possíveis de ser tornados coletivos. E o exercício de redução da esfera privada pela construção de espaços públicos capazes de subsumi-la na perspectiva coletiva. Portanto, a economia popular solidária subverte o conceito funcionalista de economia e recoloca a economia no seio do mundo da vida, do mundo das relações humanas, desfazendo-a como sistema colonizador e sufocador de potencialidades. O mercado deixa de ser o agente obscuro que determina as relações sociais. Recupera-se a idéia de troca como a essência das relações econômicas — em contraposição a idéia de mercado. A economia solidária, portanto, nega o mercado como *não invisível*, e afirma relações de troca com função social.

Em termos políticos, na perspectiva de que a política é o exercício de condições para a transformação social em vista de uma vida centrada no bem viver, a socioeconomia solidária insere a novidade de que o exercício de novas relações produtivas não será consequência da reorganização do Estado, particularmente da burocracia governamental. Antes, implica centralmente uma profunda aposta na organização da sociedade civil. O significado disso na matriz revolucionária é fundamental. Isso porque, o processo de transformação da economia capitalista passa antes pela organização dos produtores e consumidores, do que pelo assalto ao aparelho burocrático do Estado que teria o papel de reorientar o mercado a favor deles. A transformação das relações de produção passa pela organização dos produtores e consumidores, desde já, numa nova forma de relações de produção a ser exercida em novas relações de produção. Isto não significa enfraquecer a necessária resistência e crítica contundente ao modelo e à prática hegemônica. Não se trata de gerar uma dicotomia entre os trabalhadores que abdicam da greve para administrar um empreendimento econômico e os trabalhadores que fazem greve

para derrubar os capitalistas. Trata-se de entender que ambas as ações são complementares e estrategicamente substantivas no sentido da construção de novas relações produtivas.

Agora, o que interessa em termos políticos está em apostar na Organização dos produtores e consumidores locais, no aperfeiçoamento da organização da sociedade civil — não para sobreviver dentro do sistema ou para arranjar o que fazer aos que já não têm lugar numa economia automatizada — para, a partir deles (os excluídos do sistema), gerar novas relações produtivas, revolucionárias. O revolucionário da organização da economia popular solidária está em mexer na estrutura produtiva, contrapondo-se ao sistema capitalista pela construção no seu seio de condições para sua superação pela organização social dos produtores e consumidores — de alguma forma recupera-se aqui todo o sentido dos socialistas utópicos, sem entendê-los ou depreciá-los em nome do socialismo científico, antes, complementando-os mutuamente. A imagem que me vem a mente é a do esforço de organização das comunas e dos ofícios no seio do feudalismo, como potencialização política dos séculos depois Revolução Francesa. A revolução é econômica e política ao mesmo tempo — contra todos os que acreditam que antes precisa ser política para depois ser econômica.

Neste contexto, merece especial atenção o lugar do Estado. Ele passa a ter um papel fundamental. Não no sentido de planejar a atividade econômica, mas no sentido de aportar condições para que a auto-organização livre dos produtores e consumidores possa ser efetivada. Supera-se a idéia de Estado como burocracia administrativa em nome da idéia de Estado como espaço público de enfrentamento de interesses privados e privatistas, palco de busca de soluções públicas, coletivas, que venham para reduzir a voracidade individualista em nome da satisfação de todos e de cada um. Aliás, sem que a sociedade civil esteja organizada de maneira autônoma, qualquer ação do Estado na perspectiva da economia popular solidária deporá contra ela, destruirá suas bases pelo paternalismo — sobre isso não sobram exemplos para analisar e que em virtude da exigüidade do tempo não podemos considerar. Neste sentido, o Estado, antes de ser burocracia é sociedade organizada. Para a burocracia, neste contexto, cabe oferecer suporte à auto-organização, nunca patrociná-la ou substituí-la.

Um projeto de desenvolvimento humano e solidário, que antes de mais nada precisa ser auto-sustentável, é tarefa, portanto, de toda a sociedade civil particularmente

organizada nesta perspectiva. A burocracia estatal e municipal, neste sentido tem um papel complementar e emulador. Não cabe a este ou àquele governo nacional ou subnacional fazer a transformação social, cabe aos produtores e consumidores, aos agentes sociais, à cidadania organizada, promovê-la, pela construção, desde já, de novas relações, de relações populares e solidárias. A aposta está na criatividade que emerge da participação popular. Na idéia de que a garantia dos direitos é exercício coletivo da cidadania, na criação de condições históricas transformadoras do *status quo*, em vista do bem viver. Daí que, a socioeconomia solidária é o exercício de construção de uma nova cultura que suplante o padrão individualista e consumista que grassa neste fim de século XX (SINGER e SOUZA, 2000). E também compartilhar o exercício paciente e permanente de construção de novas relações que sejam capazes de colocar o ser humano como fim, nunca como meio. Este é o desafio que está colocado para quem não vê na economia popular solidária mais uma moda empolgante, mas uma possibilidade real, histórica de transformação das relações sociais.

Doravante, a socioeconomia solidária em Fortaleza, especialmente no Conjunto Palmeiras, é um resultado da busca de alguns moradores palmeirenses em potencializar a capacidade de diversos grupos de trabalhadores, especialmente àqueles com desvantagens socioeconômicas para exercer sua cidadania e desenvolver uma atividade produtiva includente.

Dentro desse contexto de desigualdade e pobreza dura em Fortaleza, o trabalho solidário surge no Conjunto Palmeiras diante da existência de uma desigualdade demasiada na distribuição de renda local, com um desigual acesso dos palmeirenses aos mercados de trabalho e de consumo, que também se refere à situação de vários segmentos da população fortalezense que não tem mobilidade socioeconômica.

E como algumas de nossas sugestões à solução dos dramas sociais dos palmeirenses, deve-se incentivar políticas públicas que assegurem a sustentabilidade econômica e social para, por exemplo, incrementar o acesso dos palmeirenses ao trabalho e aos serviços públicos de qualidade.

Sendo assim, considerando nossa pesquisa empírica nesse contexto de desigualdade e exclusão sociais, conseguimos reconhecer a existência de dois tipos de mecanismos de exclusão social, que atuam de forma conjunta e independentemente no

Conjunto Palmeiras:

- a) *Mecanismos Institucionais* (exclusão processual): de privação de direitos através de arranjos institucionais (mercados, instituições jurídicas e políticas). Aqui deve ser percebido que o “trabalho informal” é um fator de risco social (maior vulnerabilidade) e de falta de mobilidade social;
- b) *Mecanismos socioculturais* (normas morais / valores / preconceitos): exclusão através da distribuição e/ou valoração desigual de bens simbólicos e identidade (gênero, idade, cultura, etnia, etc.). Tudo isso deve ser percebido como barreiras da subjetividade humana;

Dentro desse estudo empírico, a exclusão social também se apresentou em várias dimensões no Conjunto Palmeiras, entre elas:

- a) Econômica: baixa capacidade dos palmeirenses em ter acesso aos mercados (trabalho e consumo);
- b) Política: não participação dos palmeirenses nas decisões públicas, mesmo dentro do Banco Palmas e na Associação de Moradores local;
- c) Cultural: discriminação por razões de nível educacional e/ou de gênero;
- d) Social: enfraquecimento das principais relações democráticas geradoras de consensos sociais (ausência do Poder Público).

A rigor, a exclusão social é também resultado de falhas operacionais de políticas públicas governamentais no Conjunto Palmeiras que, por sua vez, demonstraram uma insuficiência crônica de dar aos palmeirenses oportunidades de acesso:

- a) Aos serviços básicos de qualidade;
- b) Ao mercado de trabalho;
- c) Ao crédito;
- d) A infra-estrutura;
- e) Ao sistema judiciário.

Ademais, as principais conseqüências da exclusão econômica e social naquele sub-bairro do Jangurussu referem-se ao aumento da população em situação de pobreza e de extrema pobreza; e a existência de uma sociedade fortalezense polarizada, com distâncias

cada vez maiores entre ricos e pobres. Isso ocorre porque não há, no emprego de políticas públicas governamentais, uma sensibilidade às especificidades do Conjunto Palmeiras. Em parceria com a sociedade civil organizada, os governos subnacionais deveriam ser mais atuantes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à inclusão social e ao amadurecimento de estruturas sociais mais justas.

Então, sugerimos que as novas políticas públicas empregadas localmente promovam a adequabilidade e a adaptabilidade da política social às necessidades e às mudanças locais. Sem sobreposição de programas sociais, com uma seleção adequada dos beneficiários ao garantir prioridade para quem mais necessita (focalização) e igualdade no acesso (equidade horizontal), sempre valorizando o conhecimento local sobre quais são as famílias mais necessitadas, respondendo sensivelmente às necessidades das famílias palmeirenses e explorando a ação simultânea de diversos agentes sociais, na realização de uma ação de retorno social. Para tanto, os governos subnacionais (e a ASMOCNP) devem estimular o engajamento social de cada família beneficiada na superação de sua pobreza, garantindo que os mesmos percebam que a igualdade de oportunidades estará presente durante todo o percurso de saída da pobreza, sempre que estejam conscientes de seu potencial humano.

A respeito do Banco Palmas e da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, a falta de mobilização da comunidade para dar soluções aos seus dramas socioeconômicos é evidente. Essa ação social de mobilização comunitária só ocorreu quando no início da construção desse sub-bairro na forma de mutirão. Ora, sem o conhecimento a respeito das características socioeconômicas da comunidade, como esses agentes sociais locais poderão ter eficácia na hora de combater seus principais dramas cotidianos e a omissão política subnacional? O primeiro passo para o desenvolvimento humano sustentável no Conjunto Palmeiras é levantar dados gerais sobre o próprio sub-bairro, formando grupos de moradores-pesquisadores para essa coleta. Caso contrário, é inviável desenvolver projetos sustentáveis de socioeconomia solidária que atenda os trabalhadores palmeirenses em suas necessidades. Como um referencial, para tanto, sugerimos o seguinte quadro:

**QUADRO A:**

<b>EQUIPE</b>	<b>FUNÇÃO</b>
<b>A</b>	Identificar e cadastrar a população pobre.
<b>B</b>	Elaborar diagnóstico e plano de desenvolvimento para cada família e monitorar a execução do plano.
<b>C</b>	Buscar atender a demanda das famílias a partir da oferta local dos serviços sociais.
<b>D</b>	Consolidar as informações sobre o contraste entre a demanda e a oferta de serviços sociais e participar no plano de desenvolvimento local.

Assim sendo, com o *Quadro A* pretendemos apoiar no Conjunto Palmeiras o aperfeiçoamento de políticas públicas para redução da pobreza e, sem dúvida, aumentar a disseminação de conhecimento e a capacidade das instituições envolvidas no processo de inclusão social e combate à pobreza. Ademais, a nossa sugestão de planejamento local objetiva:

- a) Facilitar a criação, compartilhamento e aplicação de conhecimento pelos diversos fatores sociais locais;
- b) Promover diálogo entre esses atores, criando relacionamentos duradouros;
- c) Multiplicar em rede experiências de ações públicas de sucesso;
- d) Visar ampliar a inclusão social e reduzir a pobreza locais;
- e) Incentivar a realocação dos gastos públicos para áreas prioritárias com ajuda da participação comunitária;
- f) Monitorar e avaliar políticas relacionadas à inclusão social e pobreza.

Todas as sugestões abordadas revelam falhas na estruturação de uma socioeconomia solidária no Conjunto Palmeiras, onde o Banco Palmas e a Associação de Moradores local não realizaram muitos avanços na área social, ao contrário da área microeconômica. Sendo assim, o trabalho solidário será uma proposta concreta para o desenvolvimento humano sustentável, quando as dimensões social, política, econômica e cultural somarem ações em uníssono, em vez de uma parte microeconômica prevalecer sobre as demais. Sem mobilização comunitária e, muito menos, informações socioeconômicas sobre os palmeirenses, os projetos de desenvolvimento obterão curta duração e nenhuma eficácia no atendimento das necessidades dos moradores. São pecados

mortais que esses agentes sociais locais realizam cotidianamente, minando sua relativa autonomia em relação à *ideologia política governamental* (clientelismo).

A respeito do trabalho solidário no Conjunto Palmeiras, é uma instituição popular solidária que não obedece a referenciais *tipos ideais* de uma organização desse porte. Nesse sub-bairro do Jangurussu, são instituições que se formam, por um lado, pela motivação subjetiva e, por outro, através de orientações de terceiros (ONG's e governos subnacionais). Ou seja, o trabalho solidário vai se adequando ao contexto local consoante a uma visão-de-mundo híbrida de agentes sociais exógenos da vida local. Portanto, a economia solidária palmeirense confunde-se com os interesses peculiares de seus empreendedores na ASMOCONP e Banco Palmas, onde o público e o privado misturam-se dentro de relações clientelísticas. Isso significa que é importante observar como esta forma de clientelismo tem, por resultado, não uma forma de consenso constitucionalizado, mas uma rede de fidelidades pessoais pela apropriação de recursos civis autônomos (BOBBIO, 2000).

Na realidade, essa forma de empreendimento solidário deve seguir um *tipo ideal de trabalho solidário*, como referencial racional, a fim de orientar correntemente a construção e o desenvolvimento dessa instituição popular local. Então, compreendemos que o trabalho solidário só sobrevive na forma de *rede solidária* e nunca de forma totalmente isolada das demais. O trabalho solidário deve ser encarado como um sistema de trabalho (rede) voltado ao atendimento das necessidades locais, possuindo capacidade de organizar as pessoas de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum. Sendo assim, sugerimos o seguinte quadro, com fundamentos à constituição de um tipo ideal de uma rede de trabalho solidário para o Conjunto Palmeiras:

**QUADRO B:**

<b>FUNDAMENTOS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Autonomia</b>	Cada integrante mantém sua independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação.
<b>Valores e objetivos compartilhados</b>	O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns.
<b>Vontade</b>	Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade.
<b>Conectividade</b>	Uma rede é uma costura dinâmica de muitos



	pontos. Só quando estão ligados uns aos outros é que indivíduos e organizações mantêm uma rede.
<b>Participação</b>	A cooperativa entre os integrantes de uma rede é o que faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir.
<b>Multiliderança</b>	Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.
<b>Informação</b>	Numa rede, a informação circula livremente, emitida de pontos diversos e encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores de informações.
<b>Descentralização</b>	Uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto de rede é um centro em potencial.
<b>Múltiplos níveis</b>	Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo “valor de rede” que a estrutura maior à qual se vinculam.
<b>Dinamismo</b>	Uma rede é uma estrutura plástica, dinâmica e em movimento, que ultrapassa fronteiras físicas ou geográficas. Uma rede é multifacetada. Cada retrato da rede, tirado em momentos diferentes, revelará uma face nova.

*Fonte de Pesquisa:* Incubadora de Cooperativas Populares (UFC), Secretaria Nacional de Economia Solidária, Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG).

Outra inovação digna de nota diz respeito às instituições de microcrédito e demais modalidades de financiamento de pequenos empreendedores solidários (formais e informais). Com a realização do Banco Palmas funcionam mediante empréstimos de curto prazo, renováveis e progressivos, com base em avais ou em garantias extramonetárias. Tais organismos estão multiplicando-se no Brasil, por obra da sociedade civil, do poder público e, seguidamente, mediante parcerias com organismos multilaterais. Os microempreendimentos solidários são sustentáveis através de crédito, suporte técnico e, sobretudo, de uma metodologia visando à formar uma consciência crítica, socialmente engajada. Sem dúvida, esse banco de crédito popular solidário tem um papel socioeconômico de oferecer recursos de formação para negócios, assessoria e diversas linhas de crédito à microempresa local.

Um papel de vanguarda, na transição de um modelo voltado apenas ao atendimento de demandas momentâneas, para um modelo de promoção e sustentação continuada das experiências microeconômicas solidárias. Um dos mecanismos básicos para esse efeito foi a alteração progressiva da avaliação dos projetos e da política de crédito. Oferecendo um acompanhamento preliminar mais próximo dos grupos, cobrando gradativamente maior solidez e solvência das propostas, respeitando sua cultura e suas condições reais de pagamento, a política de financiamento deixou o regime de doação e assumiu a forma de créditos subsidiados ou, em certos casos, com devolução integral. Para isso, o serviço de microcrédito deve funcionar com agilidade, flexibilidade e mínima burocracia. Porque busca desenvolver as premissas do trabalho solidário: valorizar a autonomia e a iniciativa própria dos beneficiários, operar com eficiência e estabelecer vínculos duradouros com os palmeirenses.

Contudo, o programa de microcréditos solidários do Banco Palmas possui limitações notórias. Elas dizem respeito à limitada poupança interna frente à demanda de palmeirenses a solicitar empréstimos populares solidários. Ora, os recursos desse banco de crédito popular solidário não são bem capitados através de projetos locais que, por sua vez, não incentivam investimentos exógenos (BNDES, SEBRAE, BIRD, etc.). Porque esse banco dos palmeirenses não comunga a lógica de reprodução ampliada do capital realizada pelos bancos capitalista. Segundo dados de IBGE (2002), o bairro do Jangurussu possui um dos IDH's mais baixos de Fortaleza (0,458 média geral < **0,421** bairro). E como sub-bairro, o Conjunto Palmeiras comunga dessa realidade socioeconômica drástica. Isso quer dizer que os altos índices de inadimplência podem levar a inviabilidade dos projetos de microcréditos solidários, pois são oferecidos para microempreendimentos formados por palmeirenses excluídos do mercado de trabalho formal — ou seja, sem condições reais de quitar os débitos junto ao Banco Palmas. Somando-se a tudo isso, os palmeirenses engajados nesses empreendimentos solidários são vulneráveis em relação à economia capitalista, pois seus produtos e serviços são ofertados nesse mercado em Fortaleza. Por fim, a baixa qualificação profissional dos funcionários do Banco Palmas acaba por contribuir para o agravamento do quadro socioeconômico local. Por efeito, o serviço público local ofertado por esse banco popular acaba comprometendo a qualidade, a eficácia e, principalmente, a sustentabilidade dos projetos de socioeconomia solidária que estão voltados à política econômica de microcréditos solidários.

A nossa intenção limita-se ao fato de que os empreendimentos solidários no Conjunto Palmeiras busquem competitividade e eficácia, sem perder de vista as relações econômicas dominantes e lançando mão, simultaneamente, de alternativas não-mercantis de captação de recursos — isso é altamente positivo. O desafio consiste em tirar proveito das estruturas e possibilidades oferecidas pelo sistema econômico para a realização de cada empreendimento solidário.

O essencial é perceber que a lógica dos empreendimentos solidários difere da lógica da empresa capitalista e da lógica do Estado. Sendo assim, os agentes subnacionais (estadual/municipal) vêm-se compelidos a abandonar seu papel de tutela e a assumir uma condição de parceiro de agentes locais (Banco Palmas/ASMOCOMP), que reclamam o pleno reconhecimento dos poderes públicos e que rejeitam serem vistos como meros alvos das políticas sociais.

Assim, o surgimento da socioeconomia solidária em Fortaleza se deu de forma condicionada por alguns fatos sociohistóricos e político-econômicos relacionados: 1) à inexistência de um *plano diretor* para a capital cearense, que organizasse democraticamente as infra-estruturas do meio urbano ao atendimento de sua população excluída; 2) à formação de uma modernização das estruturas macroeconômicas dessa cidade, que contribuiu também para *a reprodução das desigualdades no meio urbano e à concentração de renda* onde a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida, a maximização do desemprego e a precarização das relações de trabalho deslocaram comunidades inteiras às periferias fortalezenses; e, por fim, 3) à *falta de focalização de políticas públicas comprometidas com a realização de atividades com função social* nos empreendimentos financeiros e construções urbanas que, sem dúvida, ainda incentivam a precarização político-administrativa subnacional, bem como ainda possibilitam o surgimento de *mecanismos corruptos na gestão dos recursos públicos*. Nesse cenário citadino o Conjunto Palmeiras também é resultado da crise urbana e da desigualdade social de Fortaleza.

A modernização econômica e a despolitização de políticas públicas governamentais em Fortaleza somaram-se como condições favoráveis ao aprofundamento da descentralização administrativa subnacional, para a precarização do trabalho assalariado e ao surgimento de políticas populares solidárias, no período de 1998-2002. Sendo assim,

os efeitos relacionaram-se: 1) ao corte substancial do gasto público para liberar recursos ao emprego de capital, em empresas privadas, com fim especulativo ou em empréstimos a juros; 2) à desregulamentação do mercado de trabalho assalariado e da comercialização da força laboral; e, por fim, 3) à redução do efeito redistributivo das políticas sociais, que supõe a flexibilização ou retração da sua garantia, como as principais causas político-econômicas da crise do trabalho formal em Fortaleza — empregadas pelos projetos governamentais de reformas político-administrativas e econômicas de Tasso Jereissati e de Juraci Magalhães, sendo o grande referencial as políticas reformistas do Estado sugeridas por FHC (1995) — e que, por efeito, possibilitaram o desenvolvimento do trabalho referencial as políticas reformistas do Estado sugeridas por FHC (1995) e que por efeito, possibilitaram o desenvolvimento do trabalho solidário, por intermédio da socioeconomia solidária praticada pelo Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, desde 1998.

O desenvolvimento sustentável do trabalho solidário ainda não amadureceu como forma de inserção social daqueles-que-vivem-do-trabalho no Conjunto Palmeiras. A rigor, o exercício da cidadania é o principal objetivo desse novo tipo de trabalho, mas que se encontra limitado por fatores subjetivos dos palmeirenses e político-econômicos exógenos. Além do mais, dois fatos sociais se tornam intrigantes nas relações de trabalho em Fortaleza, diante da impossibilidade do Poder Público cearense em atender as demandas sociais crescentes. São fatos que incentivam a maquinação do trabalho solidário por intermédio de populares associados em resposta as dicotomias das relações de trabalho/capital. O primeiro refere-se à privatização dos serviços públicos e sociais que, por seu turno, não trouxe algum benefício ou vantagens para a sociedade diante da desigualdade social. O segundo enfatiza a questão da exclusão social diante do aumento do desemprego formal e da flexibilização do trabalho.

Portanto, o papel social do trabalho solidário é ser uma alternativa de inserção social dos palmeirenses no mercado de trabalho formal, que ganha sustentabilidade à medida que os projetos locais desenvolvem estruturas microeconômicas que viabilizem o exercício da cidadania. Contudo, não há uma socioeconomia solidária bem estruturada no Conjunto Palmeiras que viabilize essa sustentabilidade dos empreendimentos solidário em longo prazo. Sem dúvida, a falta de teorias que consigam cobrir e organizar a realidade dos excluídos nas sociedades contemporâneas é um grande fator imitante para os pesquisadores(as) da temática, bem como para aqueles que buscam organizar um tipo de

economia solidária local. De fato, o que existe no Conjunto Palmeiras é a experiência de um cooperativismo emotivo, como saída dos trabalhadores desempregados para sobreviver numa sociedade de mercado. O Banco Palmas e a ASMOCONP não devem ser encarados como panacéias para resolver o descaso das políticas governamentais e a pobreza, porque são experiências de agentes sociais que se encontram em construção numa sociedade capitalista antagônica e determinista. Infelizmente, a economia solidária no Conjunto Palmeiras está funcionalmente relacionada à economia de sobrevivência, marginal à economia de mercado.

**ANEXOS**













































## REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ADERALDO, Soriano Mozart. **História abreviada de Fortaleza e crônicas da cidade amada**. Fortaleza: EUFC, 1998.
- ALCÂNTARA, Lúcio Gonçalo de. **Desenvolvimento sustentável**. Caderno Debates. Brasília: 2000. (Coleção Idéias, nº 2).
- \_\_\_\_\_. **Por uma cidade sustentável**. Caderno Debates. Brasília: 2000. (Coleção Idéias, nº 5).
- \_\_\_\_\_. **Poder local: gestão municipal**. Caderno Debates. Brasília: 2001. (Coleção Idéias, nº 8).
- ALBUQUERQUE, R. C. de. **O Brasil social: realidades, desafios, opções**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas (SP): Cortez, 2002a.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002b. (Coleção Mundo do Trabalho).
- AQUINO, Rubim Santos Leão de [Et al.]. **Sociedade brasileira: uma história – através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. São Paulo: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais.** 32. ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1995.

ARON, Raymond. **As tapas do pensamento sociológico.** 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia solidária: desenvolvimento de baixo para cima.** Rio de Janeiro: PACS, 1998.

AZEVEDO, Otacílio. **Fortaleza descalça.** 2. ed. Fortaleza: EUFC, 1992.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade & HENRIQUE, Wilnês. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. *In: O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século.* São Paulo: Página Aberta, 1994.

BARREIRA, Irllys & VIEIRA, Sulamita (Org). Cultura e política no Brasil contemporâneo. *In: Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro.* Fortaleza: EUFC, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização as conseqüências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERNADO, João. **A economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores.** São Paulo: Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho)

BOBBIO, Norberto [Et al.]. **Dicionário de política.** 5. ed. Brasília: UnB, 2000, vol. I (A-J) & vol. II (L-Z)

\_\_\_\_\_. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOGUS, L & PAULINO, Y. **Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais.** São Paulo: Educ, 1997.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias.** Petrópolis: Vozes, 1986. (Coleção Comunicação Social).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2000.

BRAVO, M<sup>a</sup> Inês Souza & PEREIRA, Potyara A. (Orgs.). **Política social e democracia.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BURDEAU, Georges. **A democracia: ensaio sintético**. 3. ed. São Paulo: Publicações Europa-América, 1989. (Coleção Saber).

CAMARGO, J. **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Leituras Afins)

\_\_\_\_\_. **Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: o nascimento das ONGs**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, S & MACEDO, B. **O FAT e o Sistema Público de Emprego: a visão dos trabalhadores**. Seminário Internacional - DIEESE/CNPq, São Paulo: 1997.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. São Paulo: Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CAVALCANTE, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHATELET, F. **As concepções políticas do século XX: história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CAHUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos, nº 13).

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras Ltda., 1999.

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1992.

CORAGGIO, José Luis. A perspectiva da economia popular urbana: base para uma nova política socioeconômica na cidade. *In: O Futuro das metrópoles*. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000.

CUNHA LIMA, Jorge Luiz. **Autogestão empresarial e humanização do trabalho: uma alternativa em construção no Brasil**. Monografia de Graduação. Fortaleza: UFC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Histórico de Vida da líder comunitária Marinete Brito da Silva - ASMOCNP.** Entrevista realizada no Conjunto Palmeiras. Fortaleza: UFC, abril/ 2002.

DAL RI, Neusa M. (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

DEMO, Pedro. **Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil.** São Paulo: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, nº 80).

\_\_\_\_\_. **Participação é conquista: noções de política social.** São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. (Coleção Temas Sociais).

\_\_\_\_\_. **Política social, educação e cidadania.** São Paulo: Papirus, 1994.

DINIZ, Eli (Org.). **Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. (Coleção Debates Urbanos, nº 4).

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução local.** São Paulo: 1997.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURCK, M<sup>a</sup> da Graça. **Terceirização: (des) fordizando a fábrica.** São Paulo: Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho)

DURKHEIM, Émile [Et al.]. **Introdução ao pensamento sociológico.** Coletânea de textos organizada por Ana Maria de Castro e Edmundo Fernandes Dias. São Paulo: Centauro, 2001.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas.** São Paulo: Cortez: 2000 (Coleção Questões da Nossa Época, v. 73).

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura global, nacionalismo, globalização e modernidade.** São Paulo: Vozes, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicações.** São Paulo: USP, 1973.

FERNANDES, R. **Privado, porém público: o Terceiro Setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. (Coleção Princípios).

FOGAÇA, A & SALM, C. **Tecnologia, Emprego e Qualificação: Lições do Século XIX**. Seminário Internacional - DIESSE/CNPq, Brasília: 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. *In: Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GAIGER, Luiz Inácio. **A solidariedade como alternativa econômica para os pobres**. Ijuí-SP: Contexto e Educação, 1998, nº 50.

\_\_\_\_\_. **As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária**. Revista de Ciências Sociais, nº 159, p. 103 - 151, 2001.

\_\_\_\_\_. **Significados e tendências da economia solidária**. In: Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999.

GICO, Vânia de Vasconcelos; LINDOSO, José Antônio Spinelli & SOBRINHO, Pedro Vicente Costa (Orgs.). **As Ciências Sociais: desafios do milênio**. Natal (RN): EDUFRN, 2001.

GIDDENS, Antony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2000.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho)

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. 2. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. (Org.) **Temas básicos da Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1989.

HOUTART, François. **A economia solidária em seu contexto geral**. Revista de Ciências Sociais, n. 159, p. 11 - 25, 2001.

HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard. **História do pensamento econômico**. 15. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

- \_\_\_\_\_. **A sociedade global**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Estado e capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JACOBI. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.
- JUCÁ, Gisafran nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945 – 1960)**. 2. ed. Fortaleza: Annablume, 2003.
- JÚNIOR, Osmar de Sá (org.). **Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão**. Fortaleza: Expressão, 2000.
- JUNIOR, Augusto Garcia Bava. **Introdução à Sociologia do Trabalho**. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Princípios).
- KOWARIK, Lúcio. Considerações finais. As lutas sociais e a cidade: impasses e desafios. *In*: KOWARIK, L. (org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho e vadiagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KRAYCHETE, Gabriel; COSTA, Beatriz; LARA; Francisco (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LAMOUNIER, Bolívar & FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.) [Et al.]. **A Era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- LANE, Silvia T. M. & Wanderley Godo (Orgs.) [Et al.]. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- LEMOS, J. J. S., BRANDÃO, R.J.B. **Níveis de qualidade de vida dos municípios brasileiros: fundamento para o planejamento sustentável do país**. São Luís: UEMA, 1996.
- LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desastre da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_ & MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

MARTINS, José de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. **A consistência das redes solidárias**. Revista de Ciências Sociais, nº 159, p. 177 - 204, 2001.

MARX, Karl. **A origem do capital: acumulação primitiva**. 4. ed. São Paulo: Global, 1991. (Coleção Bases, nº 03).

\_\_\_\_\_. **Estratos de elementos de economia política de James Mill**, in *Opere. Cit.*, vol. 3, p. 233. In: HOBBSBAWM, Eric J. **História do marxismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, vol. I., p. 79.

\_\_\_\_\_. **História**. Organizador da coletânea: Florestan Fernandes. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 36).

\_\_\_\_\_. **O Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1999. (Coleção Clássicos do Pensamento Político, nº 24).

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Organizador da coletânea: Octavio Ianni. 7. ed. São Paulo: Ática, 1992. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 10).

\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital**. 4. ed., São Paulo: Global, 1987. (Coleção Bases nº 27 - Economia).

\_\_\_\_\_. **Marx: vida e obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

\_\_\_\_\_. **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de emprego nos anos 90**. São Paulo: Função Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desastre da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MÉDICI, Miriam de Cássia & ALMEIDA, Miriam Lino de. **Geografia: a globalização econômica**. São Paulo: Nova Geração, 1999. (Coleção Nova Geração - módulo 2)

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.



NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. *In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O desastre da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, B. **O mundo do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1994.

OLIVEIRA, Carlos Roberto. **História do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção Princípios).

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Ética e economia**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.). **Economia e trabalho: textos básicos**. Campinas (SP): UNICAMP, 1998.

OLIVEN, Ruben G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PINCHOT, Gifford & ELIZABETH, Pinchot. **O poder das pessoas: como usar a inteligência de todos dentro da empresa para conquista de mercado**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho)

\_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

PONTE, Rogério Sebastião. **Fortaleza Belle Époque, reformas urbanas e controle social (1860 - 1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PORTUGAL, Marcelo S. & GARCIA, Lúcia S. Notas sobre o desemprego estrutural no Brasil. *In: Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*; São Paulo: HUCITEC – ABET, 1997.

RAZETTO, Luiz. “Economia de solidariedade e organização popular”. *In GADOTTI, M. & GUTIERREZ, F. (Orgs.) Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993, p. 34-58 (Coleção Questões da Nossa Época, 25).

\_\_\_\_\_. **O papel central do trabalhador e a Economia de solidariedade**. Revista Proposta, nº 75, 1998.

RIGOTTO, Raquel M. (Org.). **As tramas da (in) sustentabilidade: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2001.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. (Org.) [Et al.]. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. **Que Brasil é este? Dilemas nacionais no século XXI**. São Paulo: Atual, 1999. (Coleção História Viva)

SANDRONI, Paulo. **O que é mais-valia**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos, nº 65).

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organizador da coletânea: Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 34)

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Economia Política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo, Editora Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto, 2002b.

\_\_\_\_\_. **O Brasil na crise: perigos e oportunidades**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Utopia Militante**. São Paulo: Vozes, 1998.

SIQUEIRA, C. **Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso**. Rio de Janeiro: DP&A. 1999.

SOLA, Lourdes. **Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SOUTO, Anna Luiza Salles [Et al.]. **Como reconhecer um bom governo? O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida**. São Paulo: Polis, 1995, nº 21.

SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

SWINGEWOOD, Alan. **O mito da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

TAVARES, José Nilo. **Marx, o socialismo e o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Documentos da História Contemporânea, nº 79).

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital**. São Paulo: Ensaio, 1995.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez / Fortaleza: UECE, 1998.

TEIXEIRA, Francisco José Soares [Et al.]. **Globalização e mercado de trabalho no Estado do Ceará: transformação da organização da produção, das relações de trabalho e do padrão demográfico no estado do Ceará**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1999.

\_\_\_\_\_. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? *In: Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998.

TESCH, Walter. Identidade e desenvolvimento da economia social: fortalecimento da autogestão e da cidadania. *In: RI, Neusa Dal (Org.). Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Artes e Ciência, 1999.

TEVOEDJRE, A. **A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade**. São Paulo: Cidade Nova, 1981.

TIRIBA, Lia. Economia popular e cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. *In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida – a dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2001.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia**. *Organização e introdução de* H. Hans Gerth e C. Wright Mills & *Revisão Técnica de* Fernando Henrique Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. (Biblioteca de Ciências Sociais)

\_\_\_\_\_. **Metodologias das Ciências Sociais**. Tradução de Augustin Wernet. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1999. (Parte I & II)

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. 7. ed. Organizador da coletânea: Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2001. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 13).

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. 34. ed. São Paulo: 1999.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as origens populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

## REFERENCIAIS DOCUMENTAIS

### 1. Via Internet:

CUT - **Projeto Desenvolvimento Solidário: bases para uma ação estratégica no campo da economia solidária**. Disponível em: <[www.cut.org.br/a21001.htm](http://www.cut.org.br/a21001.htm)> São Paulo: junho a dezembro de 1999.

Eleições 2000 (Fortaleza). **Diagnóstico eleitoral sobre Juraci Magalhães**. Disponível em: <[www.tre.gov.br/eleicoes2000.html](http://www.tre.gov.br/eleicoes2000.html)> Acessado em: 24/10/2002.

Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará. **Dados gerais sobre a cidade de Fortaleza**. Disponível em: <[www.iplance.ce.gov.br](http://www.iplance.ce.gov.br)> Acessado em: 31/10/2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Dados Gerais sobre a cidade de Fortaleza**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acessado em: maio de 2002.

PIMENTEL, José. **A Era Mudancista: o maior dos pecados**. Disponível em: <[www.ptceara.org.br/politica/ceara/pecados.asp](http://www.ptceara.org.br/politica/ceara/pecados.asp)> Acessado em: abril de 2001.

**Políticas alternativas para o Cone Sul (PACS)**. Carta de princípios do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~pacs/index.html>> Acesso em: dezembro de 2000.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - **Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho in: Trabalhadores e Universidade criam alternativas de emprego e renda. & Economia Solidária: Rede integra ações para gerar trabalho e renda aos excluídos e contribui com a construção de um marco teórico**. Ano III, nº 10, janeiro de 2000. Disponível em: <[www.unitrabalho.ufrgs.br/boletim/index.html](http://www.unitrabalho.ufrgs.br/boletim/index.html)>.

## 2. Revistas, jornais, informativos, relatórios e cadernos:

Almanaque Abril – **Brasil e Mundo**. São Paulo: Abril, 2001.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ (1998-1999). **Emprego e renda**. Fortaleza: IPLANCE, 2001.

**A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

Cadernos do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social). **A Cara do Brasil, Utopias do Capital, Trabalho e Modernização, Campanha da Fraternidade** (mar/abr 2000, nº 186) & **Economia Solidária, Dívida Externa, América Latina, Seca e Saques** (set/out 2000, nº 189). Publicações Bimestrais. Salvador: CEAS, 2000.

Cadernos de Sociologia. **Políticas públicas**. Mestrado em Sociologia (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Campinas (SP): UNICAMP, nº 1, 7 a 15 Jan / Jun, 1996.

CHAVES, Denise. **Economia solidária: o mercado às avessas**. Jornal *OPovo*, Fortaleza, 11 /março/ 2001. Caderno Economia.

**Comunidade se une para melhorar a vida - Banco Palmas cria alternativas para gerar renda**. Jornal Diário do Nordeste, Fortaleza, 19 dez. 2001. Caderno Cidade, p. 12.

**Desenvolvimento local e economia solidária: propostas de políticas públicas municipais**. São Paulo: CUT, setembro / 2001.

**DSS e economia solidária: debate conceitual e relatos de experiências**. Recife: Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste/Edições Bagaço, 2000.

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IDM)**. Fortaleza: IPLANCE: 2002.

INFORMATIVO – **Banco Palmas, uma prática de socioeconomia solidária: PALMATECH**. Fortaleza: ASMOCONP, abril de 2000. (Vol. III)

INFORMATIVO – **Desenvolvimento local sustentável: o exemplo da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras com o Banco Palmas**. Fortaleza: PRORENDA Urbano-Ceará, setembro de 2000.

Instituto de Pesquisa e Estatística Aplica (IPEA). **Receitas e despesas municipais por categoria econômica - Estado do Ceará** (2000).

\_\_\_\_\_. **Relatórios sobre desenvolvimento humano no Brasil - 1996**. Brasília: PNUD, 1996.

Jornal da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – **O Girassol**. Nº 1 Ano I, Rio de Janeiro: jan/2001.

Jornal da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – **O Girassol**. Nº 2 Ano I, Rio de Janeiro: jun/2001.

Jornal da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – **O Girassol**. Nº 3 Ano I, Rio de Janeiro: nov/2001.

LAHÓZ, André. País injusto. *In: A pobreza do debate*. Entrevista cedida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso à Revista EXAME, em Brasília. 698. ed., ano 33 – nº 20. São Paulo: 6 / outubro / 1999.

LISBOA, Armando de Melo. **A socioeconomia solidária diante da grande transformação**. Revista de Ciências Sociais, nº 159, p. 27 - 57, 2001.

\_\_\_\_\_. **Desafios da economia popular solidária**. Cadernos do CEAS, nº 189, p. 51-67, set. / out. 2000.

MAGALHÃES, Maria Vilacir Catunda & PAIVA, Victoria Régia Arrais de (Orgs.). **Sistematização dos diagnósticos e planejamentos dos empreendimentos econômicos solidários assessorados pela ADS**. Fortaleza: CUT/ADS-Ce, Jan / 2002.

**PERFIL BÁSICO MUNICIPAL: FORTALEZA**. Fortaleza: IPLANCE, 2000.

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CEARÁ (1995-1998): AVANÇANDO NAS MUDANÇAS**. Fortaleza: SEPLAN (Ce), 1995.

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (1999-2002): Consolidando o Novo Ceará**. (Estratégias e Programas Previstos) Fortaleza: SEPLAN (Ce), 2000.

REIS, J.N.P, LIMA, P.H. **Desenvolvimento sócio-econômico e hierarquização dos municípios cearenses**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza: BNB, v. 26, nº 4, p. 401-428, out. / dez. 1995.

Relatório de Estudo sobre o Conjunto Palmeiras. **Complexo Cooperativo Banco Palmas**. Fortaleza: CUT/ADS-Ce, Fevereiro / 2002.

Relatório de Gestão do Banco do Nordeste – 2002.

Revista Trimestral Ensaio. **Avaliação e políticas públicas em educação in: políticas públicas: a necessidade de uma visão de totalidade em oposição a uma visão reducionista e fragmentária**. Vol. 3, Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, Out /Dez, 1995, p. 411.


**SEMINÁRIO INTERNACIONAL - Ética, Governabilidade e Desenvolvimento Humano**. (Programas e Currículos) Fortaleza: ESAF: 11 e 12 Setembro de 2000.

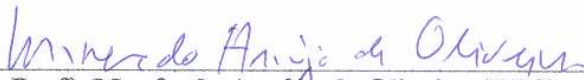
**SEMINÁRIO INTERNACIONAL – Modelos e Políticas de Desenvolvimento**. (Tributo a Aníbal Pinto) Rio de Janeiro: BNDES, 22 e 23 Junho de 1998.

SINGER, Paul. **Cooperativismo e sindicatos no Brasil**. Disponível em: <[www.cut.org.br/b210.htm](http://www.cut.org.br/b210.htm)> São Paulo: junho a dezembro de 1999.

**ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE**

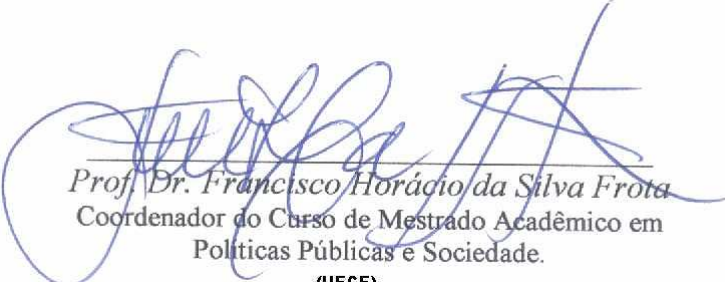
A Coordenação do Curso de *Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade* do Departamento de Pós-graduação (CH/CESA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) certifica que, no dia 28 / 11 / 2003, às 15:00 horas, em sessão pública, o mestrando **JORGE LUIZ CUNHA LIMA**, matrícula nº 038.002, concluiu defesa da dissertação, de título BANCO PALMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONJUNTO PALMEIRAS: UM ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL E O TRABALHO SOLIDÁRIO, tendo sido aprovado com o conceito *satisfatório*, último requisito para obtenção do título de *Mestre em Políticas Públicas*, conforme atesta a Comissão Julgadora abaixo discriminada:

  
 Prof.<sup>a</sup> Maria Neyára de Oliveira Araújo (UFC)  
 1<sup>a</sup> Examinadora

  
 Prof.<sup>o</sup> Manoel Araújo de Oliveira (UFC)  
 2<sup>o</sup> Examinador

  
 Francisco José Camelo Parente  
 Professor Doutor do Programa de Pós-graduação  
 (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e  
 Sociedade)  
 Orientador

Fortaleza (CE), 28 de novembro de 2003.

  
 Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota  
 Coordenador do Curso de Mestrado Acadêmico em  
 Políticas Públicas e Sociedade.  
 (UECE)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)